

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

**Dissertação**



**ESFORÇO DE GUERRA: A mobilização portuguesa para socorrer a Colônia do Sacramento e o cotidiano da guerra (1735 – 1737)**

**Rodrigo Salaberry dos Santos**

**Pelotas, 2015**

ESFORÇO DE GUERRA: A mobilização portuguesa para socorrer a Colônia do Sacramento e o cotidiano da guerra (1735 – 1737).

Dissertação acadêmica apresentado ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Possamai

Pelotas, 2015

Rodrigo Salaberry dos Santos

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas

Catálogo na Publicação

S237e Santos, Rodrigo Salaberry dos

Esforço de guerra : a mobilização portuguesa para socorrer a Colônia do Sacramento e o cotidiano da guerra / Rodrigo Salaberry dos Santos ; Paulo César Possamai, orientador – Pelotas, 2015.

141 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1 . Colônia do Sacramento. 2. História militar. 3. História do cotidiano. I. Possamai, Paulo César, oriente. II. Título.

CDD : 940.3

**ESFORÇO DE GUERRA: A mobilização portuguesa para socorrer a Colônia do Sacramento e o cotidiano da guerra**

**Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.**

**Data da Defesa: 23/04/2015**

**Banca examinadora:**

**Prof. Dr. Paulo César Possamai (Orientador)**  
**Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)**

**Prof. Dr. Fábio Kühn**  
**Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)**

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Bohn Martins**  
**Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)**

Aos super-heróis da minha vida dedico este trabalho: A Supermãe chamada Estela, que mesmo diante das maiores dificuldades não esmoreceu, ao Superpai Francisco que sempre me salvou em momentos de crise, e a Mulher Maravilha Merielen que me deu ânimo e coragem para seguir em frente.

## **AGRADECIMENTOS**

Durante minha jornada para escrever essa dissertação, não foram poucas as pessoas que de alguma forma me auxiliaram a desenvolvê-la, seja através de grandes conversas em sala de aula até o mais simples questionamento acerca do meu trabalho. Existem aqueles que só pelo incentivo e segurar as pontas nos momentos que precisei merecem ser mencionados, pois sem estes, talvez me faltasse a força de vontade necessária para um trabalho dessa envergadura. A essas pessoas, dedico esse humilde agradecimento, pois de cada uma tem um pouco nas longas páginas que se seguem.

Primeiramente, e não podia ser diferente, gostaria de agradecer meu mentor, pois sem ele, esse trabalho nunca teria existido nem em pensamentos. Foi com o professor Paulo César Possamai que iniciei minha trajetória pela história militar, e ele que me despertou o prazer necessário para passar longas transcrevendo documentos extensos e de difícil compreensão. Agradeço aqui também, a oportunidade de ter sido seu bolsista nos anos de 2010 e 2011, onde além de praticar mais e mais a paleografia, me permitiu ter um exemplo de seriedade na administração das atividades acadêmicas. Por fim, agradeço por ter acreditado na minha capacidade e pela atenção dedicada dada a mim mesmo distante durante a realização do seu pós-doutoramento.

Agradeço aos meus pais, Francisco e Estela, pelo carinho que nunca deixaram de ter comigo, pela preocupação que demonstravam quando literalmente sumia em meio aos livros e documentos, e por sempre estarem dispostos a me ouvir em qualquer momento. Igualmente agradeço meus dois irmãos, Felipe e Patrícia pelos momentos de descontração e pela implicância características dos consanguíneos.

Um agradecimento especial a minha companheira Merielen Sampaio de Moura, que desde o início dessa jornada esteve comigo demonstrando amor e afeto inigualáveis.

Agradeço também aos meus colegas e amigos que sempre se mostraram presentes, entre eles Anderson Nunes, Everton Otazú, Mario Marcello Neto, todos

eles dividindo as angustias da pós-graduação. Merecem referência também Gustavo Christ, Paulo Adrian Hoffman, e Jonathan Sampaio de Moura pelas horas de descontração numa roda de violão onde este era revezado.

Aos que partiram e deixaram saudades eternas também dedico este trabalho: a minha tia Rosangela, sempre carinhosa e preocupada comigo; e ao meu avô materno Euclides pelo companheirismo e amizade que sempre demonstrou com todos os netos.

Por fim, deixo meus agradecimentos ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, em especial, aos coordenadores, que mesmo com a saída da competente secretária Andria não deixaram de dar suporte a todos os alunos do mestrado. Agradeço a todos os professores das disciplinas que frequentei, pelo aprendizado e espaço para debate aberto durante as tardes, mesmo com o incessante barulho dos automóveis em frente ao prédio.

## RESUMO

SANTOS, Rodrigo S. dos. *ESFORÇO DE GUERRA: A mobilização portuguesa para socorrer a Colônia do Sacramento e o cotidiano da guerra (1735 – 1737)*. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A presente pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas, objetiva investigar a organização militar portuguesa e o cotidiano dos soldados envolvidos no conflito entre Portugal e Espanha no Rio da Prata pela posse da Colônia do Sacramento entre os anos de 1735 e 1737. Esse evento mobilizou um grande número de tropas e mantimentos de vários locais do Brasil e também da metrópole portuguesa, que levou assim a criação de uma vasta documentação, como diários e relatos de cronistas, o que nos permitiu uma maior aproximação com o cotidiano dos militares. Nesse sentido, esse estudo objetiva analisar diversos aspectos que afetavam o dia-a-dia dos soldados rasos, tão pouco trabalhados na maior parte da bibliografia que aborda o conflito, que muitas vezes o reduz a meras cifras numéricas, assim como a organização militar portuguesa. Esse trabalho segue a tendência da nova história militar, uma renovação historiográfica que traz um novo olhar para as instituições militares incorporando aspectos sociais, culturais, econômico entre outros para serem objetos de estudos. Inicialmente foram investigadas as especificidades da Colônia do Sacramento e as causas do conflito referido. Depois, foi analisada a mobilização militares feita para socorrer a praça. Por fim, o estudo trabalha com diversos aspectos da vida cotidiana dos militares envolvidos do conflito.

Palavras-chave: Colônia do Sacramento, História Militar, História do Cotidiano.



## **ABSTRACT**

This research is linked to the Graduation Program in History on Universidade Federal de Pelotas(UFPEL), the propose of this study is to investigate the Portuguese military organization and the daily life of the soldiers involved in the conflict between Portugal and Spain located in the River Plate for possession of Colonia del Sacramento between years 1735 and 1737. This event mobilized a large number of troops and supplies from several places in Brazil and the Portuguese metropolis, thus allowing the creation of an extensive documentation such as diaries and chronicles reports, it took to get closer to the daily life of the military. Therefore, this study is proposed at analyzing the various aspects affecting the private's daily routine, rarely found in most of the literature that aborts the conflict, which often reduces it to mere numerals, as well as the Portuguese military organization. This study follows the trend of the new military history, historiographical renewal that brings a new look to the military institutions incorporating social, cultural, economic and others to be objects of study. Initially, were investigated the specificities of Colonia del Sacramento and the causes of that conflict. Then, were analyzed the military mobilization made to rescue the war square. Finally, the study works with various aspects of the military daily life, involved in the conflict.

Key-words: Colonia del Sacramento, Military History, Daily History.

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos</b>	<b>6</b>
<b>Resumo</b>	<b>8</b>
<b>Abstract</b>	<b>9</b>
<b>Índice de Figuras</b>	<b>12</b>
<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I: Origem da guerra: o desenrolar histórico que levaram aos enfrentamentos de 1735</b>	<b>27</b>
1.1 Rumo ao Sul: O processo de expansão para a América Austral e fundação de Colônia do Sacramento.	<b>27</b>
1.2 “Por fúteis razões do prestígio real”: As razões que motivaram o sítio espanhol a Colônia do Sacramento.	<b>38</b>
1.3 O viver na fronteira e as especificidades de Colônia do Sacramento.	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO II: “Todos a bordo”, a organização do Socorro Militar à Colônia do Sacramento</b>	<b>59</b>
2.1 As Tropas do Brasil	<b>64</b>
2.2 As tropas de Portugal	<b>74</b>
2.3 Navegação no estuário do Prata	<b>90</b>
<b>CAPÍTULO III: Comida, saúde e trabalho – o difícil cotidiano dos militares em meio à guerra.</b>	<b>95</b>
3.1 O sustento das tropas	<b>96</b>
3.1.1 O Soldo	<b>111</b>
3.2 Inúteis, doentes e mutilados: A saúde dos militares durante a guerra	<b>115</b>
3.3 As obrigações militares em meio à guerra	<b>127</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>134</b>

**Fontes**

**137**

**Bibliografia**

**139**

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Planta de levantamento da Colônia do Sacramento elaborada por Bernardo Antonio Meza, Desenhada em Madri em 1691 .....	24
Figura 2 – Mapa da foz do Rio da Prata .....	25
Figura 3 – Demonstração do sítio posto por mar e terra a Nova Colônia do Sacramento, 1735 .....	39

## INTRODUÇÃO

Para se tornar um soldado a serviço da Coroa Portuguesa durante o século XVIII não era necessário nenhum esforço. Segundo o *Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores*, de 10 de dezembro de 1570, todos os vassallos de 18 a 60, capazes de combater, tomar armas, exercitarem-se, deveriam ser organizados para servir na defesa da terra em caso de necessidade, não podendo, a partir de então, eximir-se do serviço militar não remunerado. O alistamento estendia-se a todos os lugares, cidades, aldeias e vilas. Os recrutas eram então agrupados em companhias de homens armados, sob o comando superior de um Capitão-Mor, cargo que deveria ser assumido por membros abastados da sociedade que, além do comando, estavam encarregados de listar todos os que poderiam servir, e organiza-los de acordo com as disposições nas tropas auxiliares, tropas de linha, ou ordenanças<sup>1</sup>.

Os nomes de todos os homens incumbidos da obrigação militar estavam registrados nas listas de ordenanças, de onde se retiravam os militares pagos que deveriam constituir a tropa de linha, sendo principalmente os filhos segundos das famílias. Os filhos primeiros ou únicos e homens casados constituíam as tropas auxiliares ou milícias, que eram organizadas em terços, comandados por um Mestre de Campo. Todos os restantes de homens válidos faziam parte das Companhias de Ordenanças.

As tropas de linha constituíam o exército de campanha, sendo responsáveis pelas operações de grande porte em qualquer lugar que fosse necessário. Os auxiliares tinham como obrigação defender as fronteiras às quais estavam designados e, enquanto estivessem mobilizados no exercício da guerra, haveriam de receber soldo. Por sua vez, as ordenanças serviam para a guerra local e em casos extremos, acudir às praças vizinhas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e as auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 45, 2006. p. 4.

<sup>2</sup> COELHO, José Maria Latino. *História militar e política de Portugal – Desde os fins do XVIII século até 1814*, tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. p.18.

A responsabilidade adquirida pelo capitão-mor tornou-se um instrumento decisivo para esses notáveis locais. A eles cabia o poder de fazer soldados, ou não fazer, tornando assim, a prática do recrutamento, um poderoso instrumento de poder econômico e social<sup>3</sup>. Esse sistema de recrutamento criou diversas redes de clientelismo com esses plenipotenciários locais, na medida em que uma boa relação com estes poderia garantir a participação na companhia de ordenança, posição que dava um certo status social, ou então, do contrário, a obrigatoriedade de servir nas tropas regulares, que era considerada na época como uma condenação perpétua, e por muitos vista como uma forma de “servidão”, ou mesmo “escravidão”<sup>4</sup>.

Não somente as boas relações com os senhores locais poderia dar a isenção da obrigatoriedade nas tropas regulares. A Coroa portuguesa privilegiava certas profissões, e também isentava aqueles que devotavam sua vida à religião, o que servia de refúgio a muitos contra a atuação dos recrutadores<sup>5</sup>.

A disseminação desses privilégios de colocação, ou mesmo isenção do serviço militar, criou uma ampla rede de proteção contra o recrutamento compulsório, fazendo, por sua vez, que os recrutadores procurassem aqueles que não tinham a proteção das comunidades locais, como os trabalhadores itinerantes, malfeitores, vagabundos, mal quistos pela população e, conseqüentemente, os que eram alvos de vinganças pessoais por parte dos recrutadores<sup>6</sup>.

A fuga do serviço militar era justificável, não apenas pelos perigos que uma possível batalha apresentava, mas também pelas intermináveis viagens a pontos distantes, em embarcações decrepitas infestadas de doenças, pouca comida e água de péssima qualidade. Além disso, os soldados eram encarregados das tarefas de fazer muralhas e construções das fortalezas, serviço braçal pesado, sem contar os

---

<sup>3</sup> MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 13.

<sup>4</sup> COSTA, Fernando Dore. “Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)”. *Separata das Actas do VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996. p. 13.

<sup>5</sup> COSTA, Fernando Dore. “O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar”, in: *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 149, XXXIII, 1998. p. 972.

<sup>6</sup> COSTA, Fernando Dore. “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação”, in: *Revista Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 130, vol. XXX, 1995, p. 126.

treinamentos constantes que deveriam ter. Na desobediência de alguma ordem, os castigos eram severos e na tentativa de deserção a pena era capital.

Acessar as vivências desses militares por vezes sem voz na historiografia é o nosso objetivo. Também o é perceber suas relações, na posição de subalternos e desqualificados, uns com os outros, com seus comandantes e com o restante da sociedade. Como atuavam esses atores diante da dura realidade imposta? Quais as rotinas e passatempos? Anseios e medos? Enfim, como era o seu cotidiano? Acessar essas informações não é tarefa fácil em uma época em que grande parte, se não toda documentação gerada, é de caráter oficial e pouco nos revela sobre a vivência daqueles que eram representados apenas como cifras numéricas.

O período em que nos ocupamos destes atores sociais começa em 1735, ano da deflagração das hostilidades entre portugueses e espanhóis pela posse da Colônia do Sacramento, e finaliza dois anos depois, em 1737, com a assinatura do armistício que pôs fim às lutas e garantiu a posse de Colônia por mais algumas décadas aos portugueses, além de permitir a fundação do forte *Jesus-Maria-José*, primeiro núcleo populacional oficial português no atual território do estado do Rio Grande do Sul.

Um estudo focado nas formas de organização do exército luso-brasileiro para o socorro à Colônia do Sacramento (1735-1737) é imprescindível para o entendimento dos eventos ocorridos no mesmo, além de uma melhor compreensão das consequências, como a manutenção da fronteira, os efeitos do recrutamento em larga escala nas capitanias da colônia e fundação de novos povoados e fortificações. Sendo assim, esse estudo pode permitir um entendimento maior sobre funcionamento das forças armadas luso-brasileiras, já que o evento permitiu uma intensa mobilização de combatentes tanto da metrópole quando das capitanias da América portuguesa.

Outro fator que justifica o trabalho é a tentativa de abordar os aspectos do cotidiano dos militares envolvidos no conflito, na perspectiva de uma aproximação mais profunda no universo militar colonial, retratando a margem de escolhas a disposição desses combatentes, os riscos envolvidos, a religiosidade na Era Moderna, as formas disciplinares, as relações com o inimigo, com os indígenas e até

relações entre as tropas presentes luso-brasileiras, já que vinham de vários cantos do império colonial português.

Sendo assim, esse trabalho tem por objetivo fazer um estudo alternativo sobre a organização militar luso-brasileira responsável pela manutenção e expansão das fronteiras coloniais portuguesas. Para tal efeito, analisaremos o esforço de guerra português para a formação do socorro de 1735 à praça de guerra da Colônia do Sacramento, situada em um território de intenso litígio entre as coroas ibéricas na Banda Oriental. Não temos por objetivo estudar as batalhas, ou as relações diplomáticas presentes no episódio, mas sim analisar a organização militar portuguesa em casos críticos como este, o sistema de recrutamento empregado, a logística utilizada, moral dos combatentes, treinamento, religiosidade e cotidiano.

Este estudo vai de encontro a uma grande produção historiográfica tradicional factual que se insere num processo de criação de identidades nacionais típico da conjuntura brasileira e sul-americana<sup>7</sup>, no qual se procura exaltar as grandes figuras, sendo os soldados tratados como reles “peças de xadrez” dentro dos contextos históricos. Portanto, o trabalho se insere na perspectiva de uma história vista de baixo<sup>8</sup>, visão da qual várias correntes historiográficas têm se beneficiado, incluindo a chamada “nova” história militar, na tentativa de dar voz a esses militares que muitas vezes encontram-se representados apenas por números dentro da historiografia.

Quanto ao referencial teórico que fundamentará o presente trabalho, ele se insere no campo do que é chamado atualmente por alguns autores de “Nova” História Militar, que tem sido reativada durante os últimos anos.

Desde a Grécia Antiga, até o início do século XX a história militar sempre teve seu lugar de importância, nas narrativas das grandes batalhas, dos grandes heróis, dos grandes feitos, dos grandes chefes militares. No quadro dos movimentos nacionalistas do século XIX, essa história tinha o papel de legitimação dos estados

---

<sup>7</sup> ALVES, Francisco das Neves. Brasilidade X Platinidade: a construção historiográfica acerca das revolução sul-rio-grandenses. In: *Primeiras Jornadas Internacionais de História Regional Comparada*, 2000, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: FEE-RS/PUCRS, 2000. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s16a3.pdf>> Acesso em: 20 set. 2013. p. 1.

<sup>8</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 40.



nacionais, sendo a guerra, a batalha, os feitos militares e os heróis, muitas vezes utilizados como os mitos fundadores dessas nacionalidades. No entanto, a história militar entra em crise com o surgimento de novas perspectivas historiográficas, sendo a principal delas a escola dos *Annales*. Os historiadores começaram a fugir da temática militar, ficando está cada vez mais circunscrita aos quartéis, feita por militares para militares<sup>9</sup>.

No cenário historiográfico brasileiro a história militar passou ainda por mais dificuldades. Segundo Castro, Izecksohn e Kraay:

“A história militar acadêmica tem tido uma trajetória difícil no Brasil. A expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão (a partir da segunda metade do século XX) coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e, acima de tudo, com o regime militar de 1964-85, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas. A academia dedicou pouca atenção à história militar para além do estudo do envolvimento militar na política – ponto problemático num regime autoritário”<sup>10</sup>.

Fora do país, desde os anos 1970, em razão das aproximações da história com a Teoria Social e com a Antropologia, novas abordagens, métodos e objetos começaram a ser aplicados pela historiografia geral. Nesse contexto de renovação historiográfica, percebe-se também uma mudança significativa de compreensão e produção da história militar. Tal renovação é assumida por alguns historiadores como uma “Nova” História Militar. Segundo Moreira e Loureiro:

“Em suma, os historiadores que assumem este ponto de vista censuram uma história militar considerada “tradicional”, cuja narrativa, sobremaneira memorialista, estava pautada exclusivamente na descrição densa de batalhas, sem a busca de uma problematização analítica ou reflexão central. Criticam também o culto de grandes heróis, que eram tratados como exemplos incontestes para as gerações futuras, bem como o modo como eram entendidos, agiam e movimentavam a realidade. Outra crítica é a de que a historiografia militar tradicional naturalizava o comportamento humano e as instituições militares, tornando-os, em última instância, ahistóricos. Isso ocorria, segundo os críticos, porque não havia interesse em se compreender o comportamento e as instituições militares em seus contextos social, político, econômico e cultural.”<sup>11</sup>

<sup>9</sup> TEIXEIRA, Nuno Severiano. A História Militar e a Historiografia Contemporânea. *A Defesa Nacional*, nº 768, pp. 83 – 96, Abril-Maio-Junho, 1995. p. 03-06.

<sup>10</sup> CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004. pp. 13.

<sup>11</sup> MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Nova História Militar e a América Portuguesa: Balanço Historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender:*

Sendo assim, a história militar alargou seu campo historiográfico, compreendendo que os militares e suas instituições não se encontram isolados da sociedade abrangente, mesmo entendendo que possam guardar uma relativa autonomia em alguns aspectos. A guerra está intrinsicamente ligada às características econômicas, políticas e culturais nas quais os militares estão imersos.

Um expoente desse pensamento é o historiador John Keegan, que em sua obra *Uma história da guerra* dá ênfase sobre a guerra como um aspecto cultural, colocando o seguinte pensamento:

A guerra está indiscutivelmente ligada à economia, à diplomacia e à política, como demonstram os teóricos. Mas a ligação não significa identidade ou mesmo semelhança. A guerra é completamente diferente da diplomacia ou da política porque precisa ser travada por homens cujos valores e habilidades não são os dos políticos e diplomatas. São valores de um mundo à parte, um mundo antigo, que existe paralelamente ao mundo do cotidiano mas não pertence a ele. Ambos os mundos se alteram ao longo do tempo, e o do guerreiro acerta o pé com o do civil. Mas o segue à distância. Essa distância nunca pode ser eliminada, pois a cultura do guerreiro jamais pode ser a da própria civilização<sup>12</sup>.

Sendo assim, os militares apresentam uma cultura e identidade diferenciada dos civis, mas nem por isso desconectada. O encontro dessas características peculiares pode ser muito frutífero, pois ajuda a compreender o militar não como “peça de xadrez” nas mãos do estado, mas sim como portadores de uma identidade comum que os diferencia dos demais.

No Brasil, por volta dos anos 1990, a confluência entre a nova abordagem dos estudos militares e o movimento de democratização, vai remover aos poucos os estigmas associados à história militar que limitavam a pesquisa acadêmica. Assim, a produção desses estudos vai promover novas interpretações para antigas questões.

Portanto, a “nova” história militar apresenta-se como profundamente interdisciplinar, envolvendo, de acordo com cada temática ou problema, a filosofia, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a economia, etc. para poder dar conta da amplitude das questões que envolvem as forças armadas. Arno Wehling nos mostra o quanto essa perspectiva pode ser abrangente, dizendo:

---

Portugal, Países Baixos e Brasil. *Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 16.

<sup>12</sup> KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.16 – 17.

“...podemos citar os seguintes temas/problemas: relações Exército/Forças Armadas x sociedade; estrutura institucional e administrativa das Forças Armadas; o locus institucional das Forças Armadas no estado; os diferentes tipos de guerra, já mencionado; a Opinião Pública e As Forças Armadas; as fortificações; a evolução da ética militar; a estratégia; a batalha; a logística; a formação militar; a motivação para a guerra, etc. Essa interação, atualmente, é típica da ciência histórica e talvez por isso ela tenha se tornado um dos campos mais interdisciplinares na área das ciências sociais”<sup>13</sup>.

Dentro dessa perspectiva de uma história militar interdisciplinar, capaz de envolver várias correntes teóricas, criar diversas problemáticas que antes não foram trabalhadas, este trabalho almeja criar uma confluência entre essa nova corrente da história militar e a chamada história do cotidiano. Uma vez que acreditamos que essa união pode ser muito frutífera na medida em que privilegiará uma tentativa de reconstrução da história dos militares envolvidos do conflito luso-espanhol no Rio da Prata. Diante disso, faz-se necessário uma explanação sobre o conceito de história do cotidiano que norteará esse trabalho.

Nossa primeira dificuldade, entre tantas outras encontradas no aprofundamento do conceito de cotidiano, como bem exemplifica Silvia Pertersen<sup>14</sup>, é a diferenciação entre cotidianidade e vida privada. Para o grupo ligado a *École des Annales*, tanto cotidiano como a vida privada são, essencialmente, uma maneira de abordar a história econômica e social. A história da vida cotidiana não é definida somente pelo estudo do habitual por oposição ao excepcional, nem é, tão pouco, concebida como a descrição de um cenário de uma época. Para eles a história do cotidiano deve fazer-se através do estudo do habitual, mas de um habitual imbricado na análise dos equilíbrios econômicos e sociais que subjazem às decisões e aos conflitos políticos<sup>15</sup>.

Diante desse pensamento, ainda nós parece difícil delimitar a área de atuação do cotidiano em oposição à vida privada. Ronaldo Vainfas propôs um diferencialmente das duas perspectivas dizendo que:

<sup>13</sup> WEHLING, Arno. A Pesquisa da História Militar Brasileira. In: *Da Cultura*. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, Jan/Jun 2001, p. 37.

<sup>14</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v.6, jan./jun. 1992. p.24-44

<sup>15</sup> PRIORE, Mary del. “História do Cotidiano e da Vida Privada”, in: Ciro F. Cardos e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 265-266.

“Cotidiano é conceito que diz respeito ao tempo, sobretudo ao tempo longo, seja no plano da vida material seja no plano das mentalidades ou da cultura, embora possa ser operacionalizado na dimensão restrita de uma cidade, uma região, um segmento social, um grupo sócio profissional. Mas é conceito mais passível de ligar-se às estruturas e ao social global, como indica aliás parte da historiografia que o adota. Vida privada é conceito mais explicitamente ligado à domesticidade, à familiaridade ou a espaços restritos que podem emular a privacidade análoga à que se atribuiu à família a partir do século XIX.”<sup>16</sup>

Mesmo admitindo a diferença entre os dois conceitos, Vainfas assegura que não há motivo para pensa-los como excludentes, já que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ser ou deve ser percebida dentro da cotidianidade.

Outra preocupação dos historiadores é a ligação da história do cotidiano com as explicações estruturais da sociedade. Um expoente nesse pensamento é Jaques Le Goff, afirmando que “o cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento<sup>17</sup>”. Peter Burke compartilha essa ideia e vai além. Para ele o cotidiano não é o estudo daquilo que não muda, apesar de as vezes ele nos parecer o eterno. Por isso o desafio de analisar ou descrever a relação das estruturas do cotidiano e as mudanças, mostrar que realmente ele faz parte da história e relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos<sup>18</sup>. Assim, Burke abre a possibilidade de estudá-lo numa perspectiva de curta duração.

Portanto, concordamos que grandes mudanças na sociedade conduzem a mudanças significativas no cotidiano, como a dos militares que, apesar da vida no exército, foram deslocados de seus locais de origem e levados a um lugar considerado como uma zona de degredo do império lusitano<sup>19</sup>. Concordamos também que a vida cotidiana está intimamente ligada às estruturas da sociedade, e não deve ser vista isoladamente.

<sup>16</sup> VAINFAS, Ronaldo. “História da Vida Privada: Dilemas, Paradigmas, Escalas”, in: *Anais do Museu Paulista*, vol. 4, p. 14.

<sup>17</sup> LE GOFF, Jacques. “A História do Cotidiano”, in: DUBY, Georges et alii. *História e Nova História*. Trad. de Carlos da Veiga Ferreira. 3ª ed. Lisboa: Teorema, 1986. p. 93.

<sup>18</sup> BURKE, Peter. “A Nova História, seu Passado e seu Futuro”, in: BURKE, Peter(org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 24-25.

<sup>19</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 82-83.

### **Historiografia: Colônia do Sacramento e a História Militar**

As primeiras tentativas de escrever a história de Sacramento remontam ao século XVIII. Simão Pereira de Sá, na *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, (1993) manuscrito de 1737, conta a história e Sacramento sob o ponto de vista militar, descrevendo em minúcias as batalhas e dificuldades encontradas pelos militares na luta contra os espanhóis. Numa linguagem que tenta imitar *Os Lusíadas*, de Camões, o autor defende a legitimidade da posse da margem esquerda do Prata pelos portugueses, ao mesmo tempo em que tenta mostrar a bravura e o heroísmo dos portugueses na defesa de seus direitos sobre a região, através da narração das diversas batalhas travadas pela posse de Colônia.

O alferes Silvestre Ferreira da Sylva, testemunha ocular do sítio sofrido pela população de Sacramento entre 1735 e 1737, descreve, na sua *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*, (1993) editada pela primeira vez em 1748, o povoado e a fortificação, ao que se segue a história do cerco. Inclui mapas de Buenos Aires e Sacramento, além de reproduções de cartas trocadas entre os governadores de Buenos Aires e Colônia durante as negociações que se seguiram ao cerco.

Essas duas obras são essenciais para nossa pesquisa, pois, embora não tenham o objetivo de descrever o cotidiano dos militares, mas sim glorificar a Coroa portuguesa e mostrar o heroísmo dos lusitanos, contém importantes informações de como se deu a ocupação e defesa desse espaço em disputa que era então conhecido pelos portugueses pela vaga expressão de “território da Colônia do Sacramento”.

Diferentes são as obras que apresentaremos a seguir, pois foram escritas na perspectiva da busca das origens dos estados nacionais que atualmente dividem entre si a bacia platina, dando grande ênfase às guerras e à diplomacia: Antonio Bermejo de la Rica. *La Colonia del Sacramento*. Madri: Católica Toledana, 1920; Luis Enrique Azarola Gil. *La Epopeya de Manuel Lobo*. Madrid: Compañia Ibero-Americana de Publicaciones, 1931; Jonathas da Costa Rego Monteiro. *A Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Globo, 1937.

Em resumo, trata-se de uma abordagem marcadamente factual, no estilo denominado *histoire événementielle* pelos historiadores ligados à Escola dos *Annales*. Porém, a maior parte dessas obras traz, transcrita em anexo, a documentação utilizada por esses historiadores, que serviu de fonte para nossa pesquisa. Referências à fundação da Colônia do Sacramento e Rio Grande e às lutas contra os espanhóis também podem ser encontradas nas obras clássicas que tratam da história do Rio Grande do Sul, escritas por Souza Doca, Aurélio Porto, Moisés Vellinho e Guilhermino César.

Uma nova abordagem sobre a história de Colônia foi feita por Luís Ferrand de Almeida em suas obras: *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil* (1957) e *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha* (1973). Embora ainda centralize o enfoque na situação político-diplomática de Colônia, analisando-a e relacionando-a ao contexto europeu, dedica-se também ao estudo dos diferentes grupos que compunham a população de Sacramento, ao papel da agricultura, da pecuária e do comércio dos couros, principais fontes de renda da população de Colônia na época

Walter F. Piazza, em: *O Brigadeiro José da Silva Paes, O Estruturador do Brasil Meridional* (1988), faz várias citações de documentos escritos pelo brigadeiro José da Silva Paes quando de sua permanência em Colônia, que tratam de aspectos militares, econômicos e administrativos.

As publicações mais recentes sobre a história da Colônia do Sacramento são as seguintes: *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*, de Fabrício Prado (2002) e *A vida Quotidiana na Colônia do Sacramento*, de Paulo César Possamai (2006). A primeira obra aborda vários aspectos da história de Colônia, dos caminhos por terra e mar, análises sobre a história urbana e econômica e ainda uma discussão sobre o papel de Sacramento na historiografia nacional. A segunda aborda as tentativas de instalação dos portugueses na região platina, através do domínio da campanha (que garantia a exploração do gado selvagem) e da instalação de colonos, o cotidiano dos soldados e as práticas do contrabando com os espanhóis.

A bibliografia apontada até aqui, embora não tenha os mesmos objetivos que nos propomos a estudar, contém informações necessárias à nossa pesquisa, na medida em que descrevem determinados aspectos da ocupação do sul da América portuguesa. A bibliografia relacionada abaixo se aproxima muito do estudo que pretendemos realizar, embora privilegiem outros recortes espaciais, como Portugal ou o Norte da América portuguesa. Portanto é essa a lacuna que nosso projeto preencher: uma abordagem sobre o cotidiano dos militares que construíram o Brasil meridional.

Ao lado de obras que abordam a temática da guerra, como: *Uma História da Guerra*, de John Keegan (1995); *A Guerra*, de Luigi Bonaparte (2001); *A Pena de Marte: Escrita da Guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI-XVIII)*, de Rui Bebiano (2000), também faremos uso da bibliografia que aborda temas com recortes cronológicos e geográficos precisos. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*, de Enrique Peregalli (1986) é um importante estudo sobre as condições de vida dos soldados alistados em São Paulo para lutar contra os espanhóis no Brasil meridional na segunda metade do século XVIII. *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial*, de Kalina Vanderlei Silva (2001), nos mostra que o sistema de recrutamento e o cotidiano dos soldados no nordeste não diferia muito do vivido em outras partes da América portuguesa. Já a coletânea de textos *Nova História Militar Brasileira* (2004) apresenta uma série de artigos que vão do período colonial aos nossos dias.

Outra contribuição importante são os artigos Fernando Dores Costa, que se dedica a estudar o sistema militar vigente durante o Antigo Regime português, a partir do processo da Restauração (1640): “Os Problemas do Recrutamento Militar no final do Século XVIII e as Questões da Construção do Estado e da Nação” (1995); “Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)” (1996); “O Bom Uso das Paixões: Caminhos Militares na Mudança do Modo de Governar” (1998).

## As fontes de pesquisa

Como fontes de pesquisa utilizamos a documentação do Conselho Ultramarino, órgão criado pelo governo português em 1642, que recebia toda a documentação encaminhada pelas autoridades coloniais<sup>20</sup>, e hoje se constituiu no mais rico acervo de documentação administrativa portuguesa, o Arquivo Histórico Ultramarino. A documentação avulsa, referente ao Brasil, desse acervo foi digitalizada através de uma iniciativa chamada Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”, que digitalizou grande parte da documentação do Arquivo e disponibilizando o acesso aos documentos pelo site e através de CD-ROMs, que na UFPel estão disponíveis no Núcleo de Pesquisa em História Regional. Também foi utilizado um diário de viagem que fez ao rio da Prata o Coronel Luiz Pereira de Abreu Prego, onde é narrada a viagem da esquadra de guerra de Portugal até os embates no rio da Prata. Essa documentação pertence à Biblioteca Nacional de Portugal, do qual temos uma cópia do microfilme digitalizado. Além deste, dispomos de outro diário sobre a relação do sítio efetuado pelos espanhóis à Colônia do Sacramento transcrito.

Em geral, a documentação utilizada para o desenvolvimento da pesquisa utilizara de fontes oficiais, pois devido às conjecturas do período, raras são as oportunidades de trabalhar com outros tipos de fontes que não as produzidas pelos aparelhos de poder do Estado. Sendo assim, as principais fontes foram cartas de governadores, correspondências que davam informação à Coroa portuguesa, documentação castelhana como do *Archivo General de la Nación* que dá conta sobre a *Campaña del Brasil: Antecedentes Coloniales*, além de, troca de informações entre autoridades e relatos de viajantes.

As fontes que foram utilizadas estão escritas em caligrafia e no português da época, sendo necessária a transcrição da documentação utilizando os critérios paleográficos, mantendo a grafia original na medida em que “é sempre mais interessante do que as tentativas de modernização. Esta sempre traz embutido o risco de má interpretação, alterando-se o sentido original do texto”<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> BARBOSA, Maria do Socorro Ferras; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de. *Fontes repatriadas*: anotações de História colonial. Recife: UFPE/Ed. Universitária, 2006. p.16.

<sup>21</sup> BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-76.



Outras fontes impressas foram utilizadas, dentre elas várias publicações de documentos sobre o conflito e sobre a história da Colônia de Sacramento, outras são impressões de cronistas e viajantes, coleções de memorialistas entre outras, que foram de grande utilidade, na medida em que não precisam ser transcritas, uma vez que estão publicadas, muitas vezes em anexos, como fizeram Jonathas da Costa Rego Monteiro e Luiz Enrique Azarola Gil, por exemplo.

### **O texto e sua organização**

O primeiro capítulo objetiva analisar, especialmente, a Colônia de Sacramento (1680), situando-a dentro do contexto da expansão dos territórios portugueses na América. Serão discutidas, neste momento, questões referentes à contextualização das motivações e funções que exercia o entreposto português instalado no Rio da Prata. Para isso levantamos um histórico de sua fundação, as dificuldades de estabelecimento, conflitos e relações com os espanhóis. Além disso, esse capítulo objetiva introduzir o contexto não apenas platino, mas também europeu, que são de importância crucial para o entendimento das políticas de ambos os lados, assim como buscar uma reflexão sobre as causas do enfrentamento entre as duas coroas ibéricas na bacia do Prata. E por fim, buscaremos introduzir os primeiros passos das hostilidades, como o início do cerco e a consequente mobilização das forças militares espanholas e portuguesas.

O segundo capítulo, propõe-se a analisar, efetivamente, o processo de recrutamento empreendido pelas autoridades lusitanas, na medida em que procura traçar o rastro de onde vieram os soldados empenhados em defender Colônia do Sacramento. Consequentemente, através das fontes e bibliografia consultadas, tentaremos reconstruir o cotidiano dos militares embarcados, tanto os que vieram em socorro do reino, quando os soldados destacados da colônia. Analisaremos também a preparação e treinamento a que foram submetidos esses homens antes de adentrarem no Rio da Prata.

Por fim, o terceiro capítulo pretende analisar esses atores sociais do teatro da guerra, ou seja, compreender o seu cotidiano durante os embates no Rio da Prata. Para isso vamos estudar tanto as operações terrestres quanto marítimas. Buscaremos, também, verificar as condições de vida dos soldados: o abastecimento

das tropas, o pagamento, alojamento, aspectos relacionados a saúde como assistência médica, doenças, mortes, e, por fim, o trabalho das tropas durante a campanha.

## **CAPÍTULO I: Origem da Guerra, o desenrolar do contexto histórico que levaram aos enfrentamentos de 1735.**

Na terça-feira, 9 de maio de 1679, chegou ao Rio de Janeiro o encarregado de fundar uma fortaleza no lado norte do Prata. Seu nome era D. Manuel Lobo, que estando na capitania do Rio de Janeiro tratou logo de tomar as providências para a expedição que o devia acompanhar ao Rio da Prata com o objetivo de cumprir as ordens que recebeu da Coroa Portuguesa. Para isso o governador recorreu a “um recrutamento que pecava pela falta de método”, pois além de procurar a homens experientes em guerra, também eram recrutados “operários, aprendizes, negociantes, vagabundos e presidiários”, tudo em troca de perdão<sup>22</sup>.

D. Manuel Lobo e seus recrutados chegaram ao Rio da Prata em janeiro de 1680, e elevaram ali, na margem norte do rio, em frente a Buenos Aires, a praça de Colônia do Sacramento, mudando drasticamente a relação entre portugueses e espanhóis, que até então tinham sido profícuas durante o período da União Ibérica, com o estabelecimento de um intenso comércio informal. Diversos conflitos emergiram desde a sua fundação. Foi destruída no mesmo ano, como represália e indicando o mal-estar que a presença lusa causava nas autoridades castelhanas. Foi reconstruída dois anos mais tarde e entregue ao inimigo em 1705. Novamente retornou para as mãos dos portugueses em 1716. Sitiada em 1735, libertou-se dois anos mais tarde.

Diante desses acontecimentos, podemos observar a importância da praça para a Coroa Portuguesa. Mas quais as motivações para fundar um entreposto tão distante das demais capitanias? O que se ganharia com isso? Essas e outras questões que tentaremos elucidar nas páginas seguintes.

---

<sup>22</sup> MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 42.

### **1.1 Rumo ao Sul: O processo de expansão para a América Austral e fundação de Colônia do Sacramento.**

Com o término da União Ibérica (1580 – 1640), Portugal perdeu grande parte de suas possessões e pontos de comércio no Oriente para as outras nações que se erguiam com força no quadro das potências europeias, como Inglaterra, França e Holanda. As dívidas contraídas pela Guerra da Restauração também pesaram para a perda de poder português. Segundo Evaldo Cabral de Mello:

“Ao fim da Guerra da Restauração (1640-1668), Portugal encontrava-se em péssima situação financeira, pois estava pesadamente endividado junto às nações que auxiliaram-no a garantir sua independência com relação à Espanha. Fato esse agravado pelo grande número de concessões feitas aos estrangeiros no comércio colonial, para assegurar o reconhecimento da ascensão da dinastia de Bragança ao trono português e também pelo início da produção açucareira nas Antilhas, responsável pela baixa no preço internacional do açúcar, até então a principal fonte de rendimentos da Coroa.”<sup>23</sup>

Todos esses fatores vão fazer com que Portugal volte seu olhar para sua maior e mais promissora colônia, o Brasil. A Coroa passou a adotar uma política que visava o desenvolvimento de todas as potencialidades da América Portuguesa, mudando o eixo que antes era voltado para o Oriente, para o Atlântico. Dentro desse novo quadro Portugal reviveu o interesse pelo Rio da Prata, lugar que daria acesso ao interior da colônia, e por onde escoavam a prata e outros minérios vindos das minas de Potosí, no alto Peru. Aliado a isso estavam o enfraquecimento do poder militar espanhol.

A fundação da Colônia do Sacramento foi, de fato, a concretização do regresso lusitano ao Rio da Prata após 1640. Essa empresa objetivava restabelecer os antigos vínculos comerciais existentes durante o período da União Ibérica. A fundação de um presídio militar, nessa nova etapa, estava ligada principalmente ao Rio de Janeiro, cidade de onde saíram os recursos logísticos, financeiros e humanos para o estabelecimento do entreposto platino. A Coroa portuguesa visava, desta forma, reativar o comércio entre suas colônias e a região platina, reestabelecendo as

---

<sup>23</sup> Evaldo Cabral de Mello. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641 – 1669*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975. pp. 248-249.

vias de acesso aos veios de prata das minas de Potosí, extremamente necessária para a economia lusitana que se encontrava em crise, com grande escassez de metal, sendo sentida principalmente nas capitanias brasileiras<sup>24</sup>.

Sacramento correspondeu às necessidades tanto da Coroa quanto de grupos influentes da sociedade colonial, tendo a finalidade de novamente ligar o comércio do Atlântico Português com o Rio da Prata. Como aponta Charles Boxer, a fundação de Colônia foi uma das estratégias da Coroa contra a escassez crônica da prata na segunda metade do século XVII na colônia, o que causava grande desvalorização monetária no Brasil. Esse plano de retorno ao Prata já vinha sendo seriamente discutido pela Coroa, que vinha sofrendo pressão de grupos locais do Rio de Janeiro, sendo até mesmo sugerida a invasão de Buenos Aires, como forma de novamente garantir o acesso à prata que vinha pela região<sup>25</sup>.

Buenos Aires tinha se demonstrado como forte ponto de comércio ilícito entre portugueses e castelhanos durante os séculos XVI e XVII. Vale lembrar a política das autoridades espanholas em garantir a conservação do rigor das rotas comerciais, que tinham como objetivo exercer o controle sobre o comércio com as colônias ultramarinas, buscando a exclusividade comercial, acumulando capital através das economias coloniais. Fugindo destas restrições, a cidade de Buenos Aires veio a se configurar como um importante centro de contrabando que era alimentado pela prata de Potosí<sup>26</sup>.

Além disso, as especificidades do Rio da Prata desempenharam um grande papel no desenvolvimento do comércio ilícito, principalmente durante o período da União Ibérica (1580-1640). Sua posição no atlântico sul era afastada das rotas oficiais, e seu estuário muito extenso impedia uma vigilância que fosse eficiente. Através do rio se tinha uma relativa facilidade de acesso ao interior pelas vias fluviais. Tudo isso somado à necessidade da população de abastecimento de

---

<sup>24</sup> PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002. p. 39.

<sup>25</sup> BOXER, Charles R. *A Idade do Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, 3ª ed. p. 265.

<sup>26</sup> POSSAMAI, Paulo César. *O Cotidiano da Guerra: A Vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. 2001. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. pp. 28.

manufaturas tendo a possibilidade de obtê-las através do contrabando, com preços muito menores e em maiores quantidades dos que os obtidos pelo comércio legal<sup>27</sup>.

Há de se salientar que os principais agentes do contrabando em Buenos Aires eram os portugueses. Obviamente isso se deve a relativa proximidade do Rio da Prata com os portos brasileiros, além da facilidade de obtenção de escravos das feitorias africanas, produtos alimentícios de São Paulo e açúcar da Bahia e Pernambuco, dando assim, aos luso-brasileiros, o predomínio comercial na bacia do Prata. Os comerciantes não apenas conseguiam grandes lucros através da venda de suas mercadorias, como também lucravam na conversão da prata, já que no Brasil ela valia quase o dobro do preço que tinha em Buenos Aires<sup>28</sup>. No entanto, esse comércio altamente lucrativo diminuiu drasticamente com o fim da União Ibérica.

Como dito anteriormente, após o fim da guerra da restauração a coroa portuguesa implementou uma efetiva política de expansionismo rumo ao Prata. Tal política foi legitimada por uma importante vitória diplomática do príncipe D. Pedro junto à Igreja Católica, com a criação da diocese do Rio de Janeiro em 22 de novembro de 1676. Na bula papal, Inocêncio XI estabeleceu o alcance da nova diocese, que ia do Espírito Santo até o Rio da Prata, tanto pela costa quanto pelo sertão<sup>29</sup>. A confirmação, obtida através da bula que criou a diocese do Rio de Janeiro, de que as terras ao norte do Rio da Prata faziam parte do Estado do Brasil, legitimou a tentativa de fundar uma povoação no Prata.

No experimento da Coroa portuguesa de reabrir o comércio com o Rio da Prata, encerrado com o fim da União Ibérica, os lusitanos partiram para uma audaciosa ação. Fundaram em janeiro de 1680 a Colônia do Sacramento. Uma praça de guerra criada na margem esquerda do Rio da Prata, em frente à cidade de Buenos Aires, que nos anos subsequentes foi motivo de grande disputa entre as duas coroas, devido ao desenvolvimento do contrabando e disputas territoriais.

---

<sup>27</sup> ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1973. p. 148

<sup>28</sup> POSSAMAI, Paulo César. *Op. cit.* p. 34.

<sup>29</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, vol. 6, p. 534.

A responsabilidade de dar vida aos planos portugueses recaiu sobre D. Manuel Lobo, que, seguindo as instruções de Lisboa tomou posse do governo do Rio de Janeiro em 9 de maio de 1679, tratando logo de dar início aos preparativos para a expedição que viria a fundar a Colônia do Sacramento. Recorreu ao recrutamento compulsório, que como vimos no início desse capítulo, apelava para toda sorte de pessoas, causando descontentamento entre a população do Rio de Janeiro que “queixava-se de que sobre ela recaísse todo os ônus que deviam também atingir as mais capitanias”. Dirigiu-se então a Santos e São Paulo, onde foi auxiliado pelo governador Diogo Pinto do Rego a arrecadar mantimentos. A expedição partiu em 8 de dezembro de 1679 de Santos com aproximadamente 200 militares, chegando somente 23 dias depois, devido aos ventos ruins a Maldonado.<sup>30</sup>

A pequena frota chegou à ilha de São Gabriel em 20 de janeiro de 1680. O governador decidiu então construir a fortaleza em frente a esta ilha, diante da maior facilidade de proteção em caso de ataque. Além disso, a enseada de Colônia era o porto natural da margem norte mais próximo a Buenos Aires, ao mesmo tempo, era também, o último ponto onde naus de grande calado poderiam chegar, sendo, dali em diante, a navegação podendo ser feita apenas com pequenas embarcações, que poderiam adentrar nos pequenos afluentes do delta do Paraná e passar pelos bancos de areias comuns no Rio da Prata. Tudo isso facilitava ainda mais o progresso do comércio ilícito.

---

<sup>30</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa. op. cit. p. 43.



Figura 1: Planta de levantamento da Colônia do Sacramento elaborada por Bernardo Antonio Meza. Desenhada em Madri em 1691.

Fonte: < [http://fortalezas.org/midias/jpg\\_originais/00449\\_002800.jpg](http://fortalezas.org/midias/jpg_originais/00449_002800.jpg) > Acesso em: 02/02/2014.



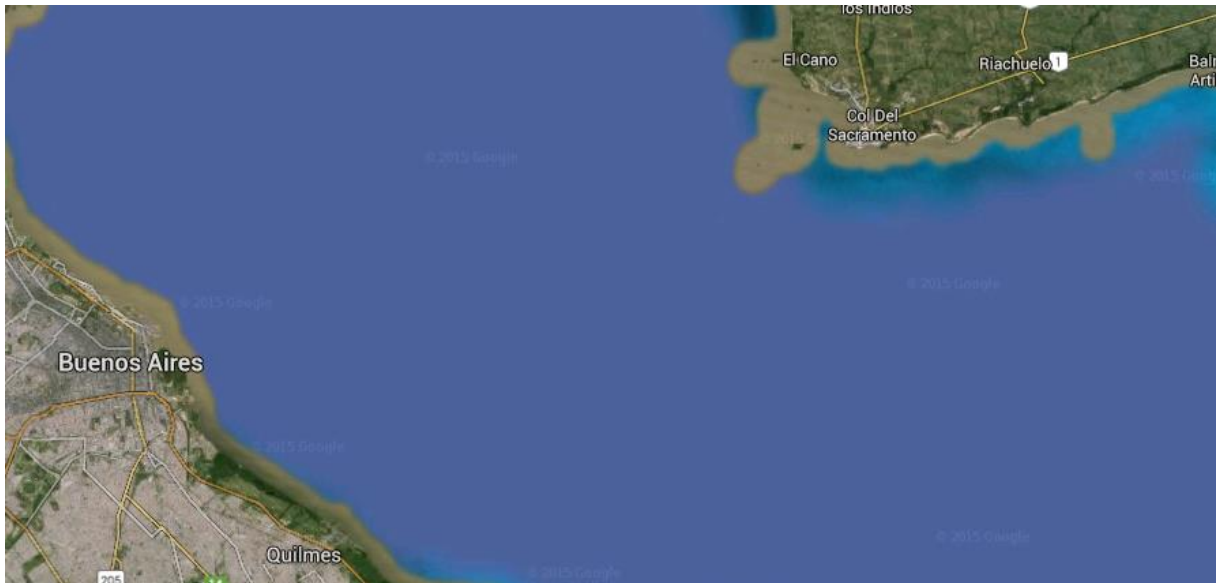


Figura 2: Mapa da fóz do Rio da Prata.

Fonte: Google Earth.

Contudo, oito meses após sua fundação, Colônia do Sacramento não pôde resistir ao ataque espanhol, que combinava forças coloniais castelhanas e indígenas das missões jesuíticas, descontentes com a presença lusa no Prata. No entanto, o príncipe D. Pedro forçou a Coroa espanhola a restituir-lhe a posse do território, o que foi concedido através do Tratado Provisional de 1681.

Os primeiros anos após o restabelecimento dos portugueses em 1682 foram bastante difíceis diante das restrições do governo de Buenos Aires, com a política de impedir o contrabando e a exploração do gado selvagem existentes na campanha. Somado a isso está o péssimo governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689), que foi marcado pela corrupção generalizada. Devido ao pouco desenvolvimento da praça e as notícias sobre as atitudes de Ornelas, o rei português acabou por substituir o governador por D. Francisco Naper de Lencastre, que participou da primeira expedição de D. Manuel Lobo. Com Naper (1689 – 1689) e seu sucessor, Sebastião de Veiga Cabral (1699-1705), Colônia deixou de ter somente o caráter militar, e se transformou num ativo centro colonizador, com o comércio ilícito e

incerto com os espanhóis somado a utilização da campanha com a prática da agricultura e a caça ao gado<sup>31</sup>.

Com a fundação de Laguna em 1684, formou-se um eixo com a Colônia do Sacramento, em que duas atividades comerciais passam aflorar nesse espaço territorial: o contrabando de gêneros e o apresamento e comercialização de gado, cavalos e mulas. Essas atividades apresentaram-se como fonte de grande lucro para comerciantes, tropeiros e para a Coroa. No entanto, não garantia a ocupação efetiva do território.

A guerra da sucessão espanhola colocaria Portugal e Espanha em lados opostos nos jogos de poder da Europa, resultando, novamente, no rompimento de hostilidade no Prata, e na perda de Colônia aos castelhanos em 1705. A guerra terminou com a ascensão dos Bourbons ao trono espanhol, fazendo com que o novo rei, Felipe V, tivesse que fazer várias concessões a fim de obter o reconhecimento das nações europeias. Dentre algumas cláusulas do tratado de Utrecht, assinado em 1715, estava a devolução do território de Colônia do Sacramento.

As disputas de Espanha e Portugal na região platina, assim como em todos os territórios coloniais das duas Coroas, como podemos observar, eram regidas por interesses mais abrangentes discutidos no cenário europeu. Como dito anteriormente, os reinos ibéricos ao longo do século XVII, perderam a preponderância que antes exerciam, sendo que o século XVIII iniciou-se sob a supremacia da Inglaterra. Assim, a manutenção e a expansão das posses coloniais vão depender das possibilidades de cada metrópole no jogo de interesses entre França e Inglaterra. Com a ascensão dos Bourbons no trono da Espanha, em 1715, consolida-se a aliança hispano-francesa. Já Portugal vinha com uma aliança tácita com a Inglaterra de longa data, mas oficializada através do Tratado de Methuen (1703), que estabelecia a troca de favores comerciais pela proteção política e militar<sup>32</sup>.

Desde a metade do século XVII, Portugal vinha reestruturando sua economia, adotando, sempre que possível, uma política cautelosa, evitando um

---

<sup>31</sup> POSSAMAI, Paulo César. op. cit. . p. 47

<sup>32</sup> QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737 – 1822*. Rio Grande: FURG, 1987. p. 30.

confronto direto com a Espanha no Prata. Assim, opta por uma estratégia de ocupação desenvolvida por etapas, lenta e gradual, respeitando suas próprias limitações econômicas, fazendo assim, com que se dependesse menos da Inglaterra. Assim sendo, observa-se que a conjuntura internacional foi decisiva no ritmo do processo de expansão.

A partir do restabelecimento, em 1716, buscou-se estabelecer na Colônia do Sacramento não apenas um ponto comercial, mas um núcleo de povoamento, que deveria ser capaz de resistir às pressões espanholas, que mais de uma vez já haviam tomado a Praça. Sendo assim, nos anos seguintes, a coroa portuguesa promoveu a imigração de casais acostumados na agricultura das ilhas de Madeira e Açores e Trás-os-Montes, além de encarregar-se da distribuição de sementes de diversos grãos, especialmente de trigo, para provimento da alimentação inicial<sup>33</sup>. Também fortaleceu o desenvolvimento da criação de gados, assim como buscou garantir uma guarnição militar permanente com a vinda desses casais, diante das constantes deserções comuns naquela praça, alegando que “à experiência de tantos desertores será melhor que vão casais porque não é tão fácil largarem suas mulheres e filhos e irem viver em reino estranho”<sup>34</sup>. Sendo assim, grande parte dos novos povoadores foram enquadrados no sistema de ordenanças, garantindo assim uma melhor defesa da Praça em novas hostilidades.

Na tomada de posse em 1716, o novo governador Manuel Gomes Barbosa enfrentou problemas com as autoridades castelhanas em Buenos Aires, descontentes com a entrega de Colônia aos portugueses. Alegavam os castelhanos que o território de Colônia do Sacramento estipulado pelo tratado de Utrecht estendia-se até o alcance de sua artilharia, ou seja, o alcance de um tiro de canhão, já Gomes Barbosa expôs o que os portugueses entendiam como sendo o território de Colônia, que ia “tanto para a parte do norte, por onde se continua atualmente o domínio de Portugal, como para a parte do leste, e foz do Rio da Prata”.<sup>35</sup> Pediu então o governador que os comissários espanhóis retirassem a guarda do rio San

---

<sup>33</sup> PRADO, Fabrício Pereira. op. cit. p. 48.

<sup>34</sup> *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.21, ff. 344v-346.

<sup>35</sup> “Protesto do governador da Colônia do Sacramento, Manuel Gomes Barbosa, feito a D. Balthasar García Ros, governador de Buenos Aires”, 29/01/1721. In: Monteiro, Jonathas da Costa Rego. *Op. Cít.*, vol. 2, pp. 58-59.

Juan, situada a cinco léguas de Sacramento, limitando as atividades dos portugueses.

Na tentativa de demarcar de vez a posse da margem norte do Rio da Prata, e evitar o possível estabelecimento castelhano no mesmo, em 1723 as autoridades portuguesas tentaram criar uma fortificação em Montevidéu. Logo que soube do intento português, o governador de Buenos Aires protestando contra o fato, não perdeu tempo em iniciar os preparativos para desalojar o portugueses da nova fundação, convocando tropas da província do Rio da Prata e pedindo reforço ao governo de Corrientes e aos jesuítas das Missões. Sem tempo para preparar as fortificações de defesa e sem recursos, não conseguiram os portugueses resistir ao cerco e abandonaram Montevidéu em 1724.<sup>36</sup>

Logo após o abandono português os castelhanos não tardaram a dar eles mesmos início à fortificação da praça, fazendo assim, com que os espanhóis estabeleçam um ponto para rivalizar com Sacramento na margem norte do Prata, vindo a dar origem a um presídio militar que serviu de base para o núcleo populacional do que viria a ser a cidade de *San Felipe de Montevideo*.

Apesar dos luso-brasileiros não possuírem Montevidéu, durante a segunda metade da década de 1720 e primeira metade da década de 1730, os habitantes de Colônia procuraram avançar na campanha o máximo possível, buscando consolidar caminhos existentes na Banda Oriental, extraindo couro e implementando atividades agrícolas. Mesmo com os protestos espanhóis os colonos realizavam suas atividades sem impedimentos na campanha. Com a vinda do governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749), substituindo então Manuel Gomes Barbosa (1716- 1722), podemos observar o momento de apogeu da presença portuguesa no Rio da Prata. Isso se deve a junção da excelente capacidade administrativa do novo governador com o auxílio mais decisivo da Coroa portuguesa.

Devemos compreender as políticas e estratégias implementadas pela coroa na primeira metade do século XVIII, especialmente após 1716 dentro de um panorama maior. Além da expansão agrícola estimulada, a Colônia do Sacramento tinha como papel principal missão ser um porto comercial pelo qual se poderiam introduzir gêneros no mercado de Buenos Aires, além disso, servir de porta de

---

<sup>36</sup> MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. op. cit, vol. 1, p. 186.

entrada para a prata vinda por diferentes caminhos, desde o Alto Peru até a Praça portenha. A entrada dessa prata era, ainda, o mais importante atrativo que justificava a manutenção de Colônia e a política de expansionismo. Não obstante o auge das extrações de ouro nas Gerais, o grande mercado existente na região somado as experiências antes acumuladas, faziam de Sacramento um lugar que despertava grande interesse tanto para a Coroa portuguesa, quanto para os mercadores do Rio de Janeiro, sendo uma fonte constante de couro e prata, ao mesmo tempo que era mercado para manufaturas, açúcar, aguardente, fumo e escravos. Essa ligação política, econômica e social de Sacramento ao Rio de Janeiro é de grande importância para a compreensão das políticas implementadas no rio da Prata, pois, com o controle sobre as rotas com a Colônia, garantia-se aos comerciantes da capital fluminense a posição polarizada das exportações de ouro e prata americanas, dos metais das Minas e de Potosí, além do mercado para gêneros<sup>37</sup>.

A prosperidade dos habitantes da Colônia do Sacramento incomodava a coroa espanhola, que se via lesada pelo intenso contrabando, além da concorrência pela exploração do gado selvagem enfrentada pelos colonos espanhóis e índios missioneiros. Por volta de 1730, o crescimento das atividades da praça tomava um rumo inaceitável para os espanhóis. Para eles, deveriam ser mantidos os limites de Colônia a um tiro de canhão estipulado anteriormente. Mas, devido ao alargamento das estâncias e um aumento nos rebanhos já ressurgiam os protestos castelhanos, que se sentiam ameaçados pelo crescimento do entreposto português. Em 1729, autoridades espanholas escreviam para Antônio Pedro de Vasconcelos, governador de Colônia, para que este ordenasse o abandono das estâncias<sup>38</sup>.

Essa tensão permanente chegaria ao auge com mais um conflito entre as duas coroas no Rio da Prata no ano de 1735, quando em outubro as tropas castelhanas sitiaram Colônia do Sacramento, iniciando um embate que duraria dois anos até a notícia de paz, trazida em setembro de 1737.

---

<sup>37</sup> PRADO, Fabrício Pereira. op. cit. p. 49.

<sup>38</sup> POSSAMAI, Paulo César. op. cit. p. 35.

## **1.2 “Por fúteis razões do prestígio real”: As razões que motivaram o sítio espanhol à Colônia do Sacramento.**

No domingo, dia 20 de fevereiro de 1735, um pequeno incidente na Europa mudaria drasticamente toda a situação no distante rio da Prata. Quem nos relata tal evento é o historiador Jaime Cortesão na sua coletânea de documentação intitulada: *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid*, publicada no ano de 1950. Alexandre de Gusmão (1695-1753) foi um importante diplomata português, nascido em Santos. Notabilizou-se pela sua atuação nas negociações no Tratado de Madrid, e entre 1730 a 1750 foi secretário particular do monarca D. João V. A documentação deixada por esse ilustre diplomata revela em minúcias os eventos ocorridos na Europa que deflagraram as hostilidades no Prata entre espanhóis e portugueses. Nos permitiremos, então, entendermos esses eventos em detalhes, ou, mais precisamente, como eles chegaram a ser descritos a corte portuguesa nas páginas a seguir.

As ruas de Madrid estavam abarrotadas de pessoas e carruagens, pois era domingo de Carnaval. No meio da multidão surgem alguns oficiais de justiça e soldados espanhóis trazendo consigo um prisioneiro montado em um jumento chamando a atenção de curiosos e desocupados. Vendo que tinha a atenção para si, e provavelmente incentivado por alguma palavra de consolo e compaixão, o homem que estava sendo conduzido ao cárcere pede por clemência e jura inocência, pedindo com toda voz por socorro, alegando que havia sido tirado à força de uma igreja e mostrando papéis que supostamente confirmavam sua inocência.

Algumas pessoas, atendendo às súplicas do prisioneiro, o acudiram, libertando-o dos soldados espanhóis. Três desses eram criados que trabalhavam para o senhor de Belmonte, Pedro Álvares Cabral, então embaixador português na Corte espanhola. Estavam estes na frente do palácio quando resolveram acudir ao preso. Levaram-no então, a seguir, para dentro da residência.

Estava o embaixador português conversando com o ministro da Sardenha quando seu mordomo lhe deu a notícia do ocorrido. Segundo ele, logo que soube o que aconteceu mandou imediatamente que se retirasse o preso de sua casa, e que se despedissem os criados que o haviam socorrido e feito tal calamidade. O

mordomo alertou que não se sabiam quais eram os criados que tinham participado do incidente, a que mandou o embaixador que então se despedisse a todos. No entanto, foram demitidos apenas três como participantes na tentativa de libertação do prisioneiro.

Para encerrar o ocorrido e evitar qualquer tipo de represália ou mal entendido, tratou logo o embaixador de escrever ao Governador do Conselho de Castela, dando conta de tudo que aconteceu, e como consequência havia expulsado de sua casa o réu e demitidos os três criados que ajudaram a liberta-lo. No entanto, dita carta não foi respondida, sabendo o embaixador apenas de palavra, que o governador estava doente, mas que sabia do conteúdo da correspondência. Diante disso o senhor de Belmonte deu o assunto por encerrado e tranquilizou-se.

Dois dias depois, na terça-feira por volta das 10 horas da manhã, as portas do palácio foram irrompidas por uma centena de soldados espanhóis acompanhados de três oficiais, que foram adentrando e violentamente prendendo todos os criados e demais pessoas que se encontravam na residência. Diante dos protestos e tumulto chegaram os militares a câmara do ministro, que perguntou de quem era a ordem de tal abuso, ao que respondeu um dos oficiais que a ordem era no próprio monarca espanhol, e que sendo assim, não podiam deixar de executá-la.

Não podendo se defender desta bruta medida, o embaixador apelou para sua imunidade diplomática, a que tinha direito, e retirou-se do palácio para não ser testemunha das ações dos militares. Foram levados, ao todo, 17 pessoas presas, nem todos criados, sendo conduzidas pelas ruas lotadas de Madri, em plena terça de carnaval, até o presídio.

Sentindo-se desrespeitado em seu próprio domicílio e não entendendo a situação, foi o Pedro Álvarez ao Prado, procurar D. José Patiño, então principal ministro de do rei Filipe V. Diante das muitas reclamações do embaixador português o ministro espanhol não lhe deu satisfações, alegando que Pedro Alvarez merecia muito mais diante da insolência cometida pelos seus criados, não podendo o embaixador alegar imunidade, pois era dever do soberano selar, como havia feito, pelo seu prestígio e autoridade.

As ações do ministro espanhol são justificáveis de acordo com a sua versão dos fatos. Segundo uma carta circular que Patiño redigiu a todos os ministros estrangeiros, o alegado prisioneiro era acusado de assassinato, e sua libertação por parte dos criados havia sido premeditada. Continua dizendo que assim que adentrou o palácio foi lhe retirados os ferros e que no mínimo passou 30 horas na residência até que foi ajudado na fuga com muita precaução.

Sem alternativas, voltou Pedro Álvarez Cabral a sua residência e imediatamente enviou uma correspondência a Lisboa dando conta do ocorrido, colocando assim a Coroa Portuguesa em uma difícil situação. Retrata, assim, Alexandre de Gusmão, a recepção que o Rei português teve das súplicas do embaixador:

“Vendo Sua Majestade as cartas do seu Plenipotenciário, em que lhe referia um insulto tão inaudito, nunca executado ainda pelas nações mais bárbaras, desprezado o direito das gentes, quebrada a imunidade destas duas coroas, e injuriada toda a nação portuguesa, no desprezo do respeito Real, com suma razão cuidou imediatamente em se aconselhar com aquelas pessoas que julgou que mais prontamente podiam dizer-lhe o que em caso tão novo e repentino devia obrar.”<sup>39</sup>

O conselho do monarca português foi cauteloso, resolvendo que antes de tomar qualquer medida mais enérgica deveria a corte espanhola dar satisfação sobre o ocorrido, encarregando o próprio embaixador Pedro Álvarez Cabral de exigilas. No entanto, o embaixador se negou a pedir os esclarecimentos exigidos pela corte portuguesa, desacatando assim a ordem régia. Tal escolha complicou ainda mais a situação do conselho português, já que no dia 11 de março, procurou o embaixador espanhol que se encontrava sediado em Lisboa o Secretário de Estado Diogo Mendonça, pedindo satisfações sobre o porquê estava proibido de visitar o paço além de pedir mais esclarecimentos sobre as atitudes do embaixador português em Madri. Tal iniciativa inverteu o jogo, deixando assim o rei de Portugal D. João V saísse da posição de ofendido e passasse a figurar como ofensor.

Novamente o monarca recorreu ao seu conselho real que, por unanimidade, foi de parecer que novamente se exigisse do embaixador português, diante da sua inobediência anterior, que este pedisse esclarecimentos à corte espanhola. Além

---

<sup>39</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, tomo II, p 60-61.



disso, como medida mais enérgica, mandou o conselho imediatamente exercer represália sobre os criados do embaixador espanhol, marquês de Capecelatro. No dia 13 de março, as 9 horas da manhã, sessenta soldados portugueses, juntamente com três oficiais invadiram a casa do embaixador espanhol e prenderam 12 criados que foram levados à cadeia do Limoeiro<sup>40</sup>.

Assim, na historiografia que aborda o conflito em Colônia do Sacramento em 1735-1737, esse relato aparece como o motivo principal das desavenças no Rio da Prata. No entanto, como podemos perceber na documentação analisada, e como o próprio Jaime Cortesão suspeita “teríamos, se assim fosse, de acreditar que as duas monarquias ibéricas podiam, por fúteis razões do prestígio real, arriscar os seus povos a todas as consequências de uma guerra inesperada”<sup>41</sup>. Nossa opinião é que, a crise diplomática narrada acima, longe de ser o principal fator da guerra, foi o estopim de uma série de tensões que se exacerbavam tanto na Europa entre as coroas ibéricas, quanto entre espanhóis e portugueses pela posse da Banda Oriental.

As relações entre Portugal e Espanha já se encontravam estremecidas diante das negociações para promover os casamentos entre o príncipe português, futuro D. José I e a infanta espanhola, assim como o matrimônio entre a infanta portuguesa com o príncipe das Astúrias, Fernando VI. José da Cunha Brochado, enviado a Madrid pra dar início às negociações do casamento dos príncipes em 1725, tinha a instrução de D. João V para insistir que se obtivesse o reconhecimento do domínio português sobre a margem norte do Rio da Prata, informando que “só da Colônia para a parte do ocidente é que se há de limitar o distrito dela, até o tiro de canhão da sua fortaleza, e por que da dita fortaleza para a mesma parte começa o território de Castela”, sendo da Colônia do Sacramento para o oriente começavam os domínios portugueses. Além disso, diz D. João V que “no sobredito território se inclui Montevideu, deveis solicitar que El Rei Católico mande expedir as ordens necessárias ao governador de Buenos Aires para que retire a gente que ainda ocupa injustamente aquele sítio”<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Ibidem. p, 59-63.

<sup>41</sup> Ibidem. p, 63.

<sup>42</sup> Instruções de D. João V a Cunha Brochado, 24/05/1725. In: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro, 1950, parte III, tomo I, pp. 133-142.

As negociações para os matrimônios dos príncipes incluíam interesses muito conflituosos para os dois lados. Os espanhóis propuseram uma aliança ofensiva e defensiva entre os dois reinos, o que não agradava à coroa portuguesa. Do outro lado, Portugal insistia na entrega da Banda Oriental, o que também não agradava os espanhóis. Diante dessas dificuldades, Cunha Brochado chegou a sugerir ao Cardeal Cunha que era melhor “largar a Colônia que não vale nada e não tem utilidade nem serventia mais que para dar-nos desgostos e cedo ou tarde hão de tomá-la”, e que se entregasse a praça em dote a sua filha<sup>43</sup>. No entanto, D. João V parece ter tomado a questão da conservação de Colônia do Sacramento com um ponto de honra. Sendo assim, as negociações estenderam-se até 1729, quando se deram os casamentos, no entanto não significou uma aproximação entre as coroas, e pelo contrário, parece ter azedado ainda mais com a questão da posse da banda oriental.

Enquanto as discussões sobre a presença lusitana no Rio da Prata esquentavam os ânimos na Europa, Colônia do Sacramento vivia seu momento de maior prosperidade sob o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos. Diz Jonathas Costa Rego Monteiro que por volta de 1733 ia a praça...

“...em marcha progressiva [...], as estâncias estendiam-se para o interior, cobriam-se os arredores com chácaras de arvoredos frutíferos variados, importados de Portugal, grandes trigais estendiam-se pela planície, seu comércio incrementava-se, exportando trigo, carnes salgadas, sebos, couros etc... para os portos do Brasil.”<sup>44</sup>

Apesar da competência administrativa de Vasconcelos, somada à cooperação da corte no auxílio a Sacramento, nos parece, diante da bibliografia e fontes consultadas que houve uma certa inoperância por parte do governador de Buenos Aires D. Bruno Zabala. Mesmo com as várias reclamações enviadas a Antônio Pedro, Zabala não tomou medidas efetivas no sentido de limitar as atividades tanto de contrabando, quanto de expansão do território dos portugueses, excetuando, é claro, a expulsão dos portugueses de Montevideu e sua seguinte fortificação. No ano de 1733, tanto jesuítas quanto o *cabildo* de Buenos Aires escreviam ao rei

<sup>43</sup> Cunha Brochado ao Cardeal da Cunha, 09/08/1725. In: CORTESÃO, Jaime. op. cit, pp, 150-151.

<sup>44</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa. op. cit. p. 202.

queixando-se de “los excesos cometidos en los ganados vacunos de la outra vanda por los portugueses de la Colonia”.<sup>45</sup>

Essa calma que corria em Sacramento mudou drasticamente com a substituição do governador de Buenos Aires D. Bruno Zabala por D. Miguel de Salcedo. O novo governador foi inteirado das reclamações do *cabildo* e trouxe consigo rígidas ordens de Madri para que informasse dos novos caminhos abertos pelos portugueses para o Brasil e destruísse todos os estabelecimentos, quintas, estâncias e animais que os portugueses possuísem fora da área coberta pela artilharia dos muros de Sacramento, solicitando ajuda dos índios missioneiros se fosse necessário. Além disso, deveria o novo governador, impedir todo o comércio entre portugueses e espanhóis e limitar aos lusos a navegação da Prata às rotas estritamente necessárias para a ligação de colônia aos demais domínios portugueses<sup>46</sup>.

Logo que chegou, em 20 de março de 1734, não tardou o novo governador a executar suas ordens recebidas. No mesmo mês escreveu ao governador de Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcelos informando-lhe da que tinha...

“expresa ordem del Rey mi Amo para arreglar, y demarcar los limites de essa Colonia, em fueça, y vigor de la observância de lo que fué estipulado, y pactado em los artigos 5º, y 6º de la paz ajustada com su Magestad Portuguesa el año de 1715...”<sup>47</sup>

Como podemos observar, Salcedo toca no ponto acertado no Tratado de Utrecht, onde dizia que as atividades de Colônia do Sacramento deveriam se estender apenas nos domínios portugueses. No entanto, como observamos anteriormente, essa é questão de disputa. Para os espanhóis o limite deveria ser o de alcance da artilharia, para os portugueses a Banda Oriental pertencia a eles, consequentemente as atividades de Colônia poderiam avançar livremente.

Diante da primeira carta de D. Miguel de Salcedo, respondeu o governador de Colônia alegando que se achava “sem as intrucções, ou poderes de El Rey meu

<sup>45</sup> “Acuerdo del cabildo...” 27/03/1734. In: *Campaña del Brasil: Antecedentes Coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1932, tomo I, p. 501.

<sup>46</sup> *Manuscritos da Coleção Angelis. Tratado de Madrid – Antecedentes: Colônia do Sacramento (1669-1749)*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1954, p. 244-252.

<sup>47</sup> SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 62.

amo, q. V. S<sup>a</sup> supõem para entrar nesta conferencia”. Apesar da resposta de Vasconcelos, o governador de Buenos Aires continuou a insistir, alegando que “havendo se solicitado esto mismo em destinctas ocasiones desde el año de 1721 por mi Antecessor el Señor D. Bruno de Saballa, se le dio igual resposta sin q. desde entonces se aya tomado providencia para esta concordia” e que o próprio Vasconcelos representasse seu soberano nessa matéria<sup>48</sup>.

Sendo diplomático, Antônio Pedro de Vasconcelos redigiu uma nova resposta ao governador espanhol pedindo paciência, pois mesmo em 1721 tinha o então governante de Colônia pedido a coroa para iniciar a demarcação e não teve resposta. E continua dizendo que “apartarme de huma matéria (na minha ponderação) tão horrorosa, q. só de me meter a ouvir discorrer nella, presuma me faça cumplice no atentado de usurpador da potestade Regia”<sup>49</sup>.

Ainda não contente, em 28 de abril escreveu novamente Salcedo. Dessa vez a correspondência passa a ter um tom de ameaça diante das negativas de Vasconcelos. Impôs o governador espanhol que os portugueses se contivessem dentro do limite de tiro de canhão, que era o espaço que ocupavam em 1705, e o que foi acertado nos artigos do Tratado de Utrecht. Em 2 de maio em mais uma resposta, Antônio Pedro insistia a Salcedo que não tinha o poder dos plenipotenciários que negociaram o Tratado, e que mesmo estes deixaram as dúvidas quanto aos territórios por conta das cortes, e quanto ao espaço ocupado em 1705, Salcedo estava enganado, pois somente durante o sítio espanhol, que durou seis meses é que os portugueses estiveram limitados a esse lugar, e que antes tinham o uso da campanha tanto que a “guarda de S. João sempre esteve da outra banda do Rio, e não desta, como presentemente se acha”, e insiste para que novamente em matéria de demarcação territorial deveria esperar o posicionamento da corte portuguesa, para não alterar a harmonia que até então se mantinha na fronteira<sup>50</sup>.

A guerra travada em correspondências e bandos continuou. Salcedo promovia correrias na campanha com o objetivo de limitar as ações portuguesas e Vasconcelos promoveu fortificação das muralhas e postos avançados. Os dois

---

<sup>48</sup> Ibidem, p, 63.

<sup>49</sup> Ibidem, p 63-64.

<sup>50</sup> Ibidem. p,65.

governadores preparavam-se para a guerra, só faltava o motivo, pois até então Vasconcelos tinha sido evasivo nas correspondências, nunca ameaçando Buenos Aires e seu governador. O contrário não acontecia, pois as ações que Salcedo dava a entender que queria um motivo para atacar Colônia do Sacramento<sup>51</sup>.

A motivação que faltava a Dom Miguel se Salcedo foi dada por D. José Patiño, em correspondência de 18 de abril de 1735. Carta que instruía as ações que deveriam ser tomadas para surpreender Colônia do Sacramento. D. José Patiño estava presente durante o incidente diplomático que aconteceu entre as duas Coroas, e viu nele a oportunidade para dar fim as pretensões portuguesas no Prata. Dizia ele a Salcedo:

“No obstante que hasta ahora no se haya declarado la Guerra com Portugal; cuyo caso es muy probable llegue muy luego, segun el estado presente de las cosas; me manda el Rey despachar esta embarcacion para prevenir a V. S. que combinando a su real servicio anticipar y praticar todas quantas operaciones militares conduzcan a la gloria de sus Armas, y fines de sus reales intenciones em su ejecucion todos los instantes posible: Há resuelto que sin esperar a que formalmente se declare la Guerra con los Portugueses, y solo em virtude de esta orden, se Sorprenda, tome y ataque la Ciudad y Colonia del Sacramento, despojando y echando fuera de ella á los Portugueses que la poseen con tanto perjuicio de su real Servicio y del Comercio de sus Vasallos.”<sup>52</sup>

As notícias sobre o desentendimento entre as coroas ibéricas agradaram muito os espanhóis, que se sentiam prejudicados pela prosperidade do entreposto português no Prata, principalmente o governador de Buenos-Aires, Dom Miguel de Salcedo, que empenhava-se, desde sua chegada ao posto, em março de 1734, a reprimir as atividades dos colonos portugueses, como o contrabando e ordenando o apresamento de gado na campanha. A partir da notícia o governador espanhol iniciou os preparativos para a guerra, mobilizando tropas das missões jesuíticas.

Enquanto isso, na Europa, as coroas ibéricas iniciavam os preparativos para a guerra. Em junho de 1735, entrou no Tejo uma esquadra inglesa composta de 30 navios e mais de 12 mil homens. O auxílio inglês era previsto em cumprimento aos tratados de aliança com Portugal. Ao mesmo tempo, a coroa ordenou que Vasconcelos se prevenisse contra qualquer ataque espanhol, aviso que era

<sup>51</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. op. cit. vol. 1. p.202-226.

<sup>52</sup> Carta de D. José Patiño a Salcedo, 18/04/1735. In: *Campaña del Brasil*, op. cit., p. 504-505.

desnecessário, já que este estava ciente do que se passava em Buenos Aires<sup>53</sup>. Um dos cronistas do sítio afirmou que uma embarcação saída de Lisboa em fins de março que chegou em 21 de junho trouxe ao governador a seguinte ordem de:

“Sua Majestade para que se preparasse para um longo sítio por suspeitar que os espanhóis lhe romperiam a guerra por esta parte, mas que o fizesse com toda a cautela, sem que eles o pudessem prevenir por não ser motivo de se anteciparem ao rompimento”.<sup>54</sup>

D. Miguel de Salcedo já havia promovido o bloqueio terrestre com tropas espanholas e indígenas quando em 29 de julho iniciou o bloqueio naval a Colônia do Sacramento, quando um navio que saía carregado de Colônia com destino à Bahia foi aprisionado pelos espanhóis<sup>55</sup>. No entanto, Vasconcelos só ficou sabendo em 9 de setembro, em carta recebida por José Meira da Rocha enviada pelo pároco de Montevideu, avisando que navios espanhóis haviam apreendido duas embarcações portuguesas. Ao saber do conteúdo da carta o governador deu ordem para reforçar a muralha<sup>56</sup>. Apesar da cautela inicial nos preparativos para a defesa da praça, quando Antônio Pedro tomou conhecimento dos preparativos de ataque em Buenos Aires mandou “lançar bando que assim à gente de guerra como de ordenanças acudissem a trabalhar por faxina na muralha”<sup>57</sup>. E assim os preparativos para as defesas ganharam mais vigor “a que concorreram todos os soldados, moradores, escravos de ambos os sexos e meninos no que trabalhou-se de dia e de noite sem excetuar domingo nem o dia santo [que] deveria vir”<sup>58</sup>.

No dia 22 de outubro de 1735 os espanhóis acamparam no arraial de Veras, distante uma légua e meia da praça, de onde lançaram suas primeiras escaramuças. Diante do posicionamento do inimigo, o governador de Colônia tratou de retirar os moradores das cercanias. Apressou-se em armar lavradores e qualquer homem que pudesse pegar em armas e levantar dinheiro entre os mercadores da praça para

<sup>53</sup> CORTESÃO, Jaime Cortesão. op. cit. parte I, Tomo I, p. 68-69.

<sup>54</sup> “Relação do princípio da guerra da Colônia até a chegada da nau Esperança [...] escrita por Henrique Manuel de Miranda Padilha”. In: Revista do IHGRS, Porto Alegre, n.99, 1945, p. 41.

<sup>55</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Arcano, 1993, p. 41.

<sup>56</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento...* Biblioteca Nacional, Lisboa, Seção de Reservados, cód. 1445, f. 5v.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> “Relação do princípio da guerra da Colônia...” In: *RIHRS*, nº 99, p.41

pagar o soldo atrasado dos soldados<sup>59</sup>. A partir de então teve início o sítio à Colônia do Sacramento que analisaremos com mais detalhes nos capítulos seguintes.

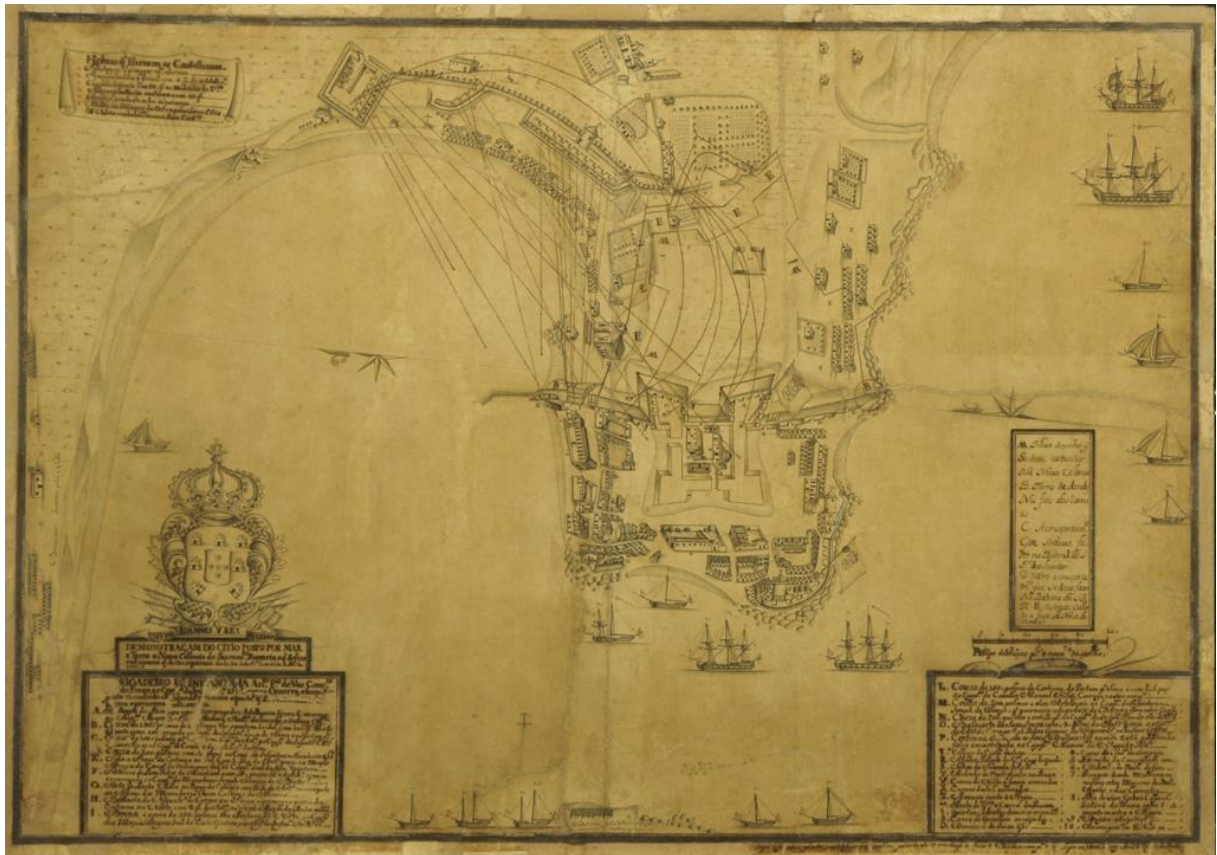


Figura 3: Demonstração do sítio posto por mar e terra a Nova Colônia do Sacramento, 1735.

Fonte: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=449](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=449). Acesso em: 24/01/2014

<sup>59</sup> SÁ, Simão Pereira. op. cit. p. 75

### 1.3 O viver na fronteira e as especificidades da Colônia do Sacramento.

A Colônia do Sacramento veio a se constituir como um núcleo urbano fronteiriço, sendo seguidamente alvo de disputas entre os agentes sociais da região. Diante destas características bélicas, Colônia não foi uma grande produtora de documentação durante o período de dominação lusitana, diferentemente de outras cidades coloniais que possuíam câmaras onde eram registradas as decisões tomadas pelos homens encarregados do governo. No entanto, as poucas fontes administrativas que dispomos esclarecem a peculiaridades da praça acerca de questões sociais, políticas e econômicas ligadas não somente a ela, mais a toda a bacia do Prata.

A cidade funcionava como um polo de convergência na região, que era integrado ao seu complexo portuário. No período que vai de 1716 a 1735 podemos observar a ligação de um entorno agrícola com a atuação comercial portuária. Seu comércio estava intensamente ligado com o de Buenos Aires através do contrabando, fazendo parte do complexo portuário rio-platense. Por outro lado, estava mais ainda ligada ao Rio de Janeiro, tanto administrava quanto comercialmente, pois como podemos observar anteriormente, muitas das políticas aplicadas no Rio da Prata estavam ligadas aos interesses de comerciantes e do governo da capitania fluminense.

O objetivo dessa parte do capítulo é fazer uma breve análise, com o auxílio da bibliografia consultada e das fontes disponíveis, sobre as nuances da vida numa praça fronteiriça, onde podemos observar claramente sensações de precariedade, instabilidade e provisoriedade, o que era comum do viver nas colônias, como aponta Fernando Novais<sup>60</sup>. No entanto, acreditamos que essas sensações eram mais latentes na Colônia do Sacramento, pois seus habitantes estavam sujeitos a qualquer momento a um ataque repentino, já que viviam próximos do inimigo em potencial, e muito distantes de qualquer outro ponto oficial do império português que poderia auxiliar. Além disso, poderiam ser retirados pelo próprio monarca português, diante de algum acerto ou desentendimento na Europa.

---

<sup>60</sup> NOVAIS, Fernando A. "Condições da Privacidade na Colônia", in: NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.), *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1, pp. 31-32.



Além do medo contínuo de serem desalojados, as tensões se avolumavam diante das dificuldades de relacionamento com os outros atores da região, como índios, gaúchos<sup>61</sup>, e é claro, os espanhóis, que eram inimigos tradicionais dos lusitanos. Sendo assim, Colônia do Sacramento possuía um cotidiano muito próprio e perigoso, sendo um temido local de degredo, como poucos períodos de prosperidade e muitos outros de trabalho e luta.

Antes de prosseguirmos na análise mais apurada de alguns aspectos do cotidiano, sente-se a necessidade de definir alguns termos referentes à natureza administrativa de Colônia do Sacramento. Na documentação do período, Sacramento aparece geralmente sendo designada como “praça”, mas em outros documentos, principalmente os espanhóis, e em cartografias é comum a designação “cidade da Colônia do Sacramento”. O termo “núcleo urbano” pode ser usado para designar Colônia, já que designa um núcleo populacional com algum órgão de administração da Coroa, contava com a presença de religiosos e de habitantes fixos, sendo estabelecida economicamente e socialmente na região<sup>62</sup>. Um melhor entendimento destas definições auxilia na compreensão de como era vista pelas autoridades a Colônia do Sacramento, além de nos ajudar a buscar uma terminologia que adéque-se a ela.

Ao encontrarmos definições como vila e cidade na documentação, é possível que elas não se refiram a categorias administrativas, já que tanto cidade quanto vila deveriam possuir uma Câmara com seus oficiais e juízes, constituindo um canal para grupos locais exercerem seu poder político. A Câmara constituía um poderoso instrumento de poder para os grupos locais e para a Coroa, que utilizava esta instituição como forma de controle sobre as autoridades locais. Uma comandância militar poderia se transformar em vila, como é o caso de Rio Grande em 1751.

Tanto vila quanto cidade estavam submetidas em termos administrativos, a uma Capitania, ou podiam ser sede dessa, desde que possuíssem as estruturas administrativas adequadas para tal. Assim sendo, podemos sugerir que tanto cartógrafos quanto as outras pessoas que se referiam a Colônia como vila ou mesmo cidade não estavam relacionando esta categoria em termos administrativos,

---

<sup>61</sup> Aqui entendemos gaúchos como agentes que lidavam com a retirada do couro e contrabando na campanha.

<sup>62</sup> PRADO, Fabrício Pereira. op. cit. p. 86.

mas sim, estavam definindo enquanto cidade diante de uma estrutura urbana bastante desenvolvida. Portanto, Sacramento era como uma cidade na sua estrutura física, no entanto, não possuía tal categoria jurídica<sup>63</sup>.

Praça era uma denominação militar e comercial. Consistia num núcleo militarizado, provavelmente uma cidadela militar com finalidades comerciais ou de colonização, semelhante as feitorias africanas e presídios no Atlântico sul. Tinha como autoridade máxima o Governador. Tinha similaridades em funções com os governadores de capitanias e sub-capitanias, no entanto sua área de jurisdição era menor, pois uma capitania poderia ter várias vilas sob sua incumbência, já o governador de uma praça limitava seu poder ao local. Raphael Bluteau nós dá uma definição mais apurada sobre o termo praça no sentido militar, diz ele que:

“Praça. Em termos Militares, he a palavra genérica, com que se significa qualquer lugar fortificado com muros, reparos, baluartes flanqueados, &c, em que a gente se pode defender do inimigo... Praça de armas, nas Cidades, ou Fortalezas he huma grande praça, em que em ocasião de rebates, ou alardos se ajunta a gente do presidio para tomar as ordens do Governador da praça. Praça de armas he a Cidade, ou Fortaleza, em que se guardão as armas de hua Provincia. Praça de armas no arrayal, he hum grande terreno no testa do Exercito, em que, quando convem, se põem a Infanria, & cavalaria em ordenança militar”<sup>64</sup>.

Como podemos observar, o termo praça se adequa bem às características de Sacramento, um entreposto comercial, juntamente com um posto militar pronto a defender a posse do território. No entanto, no século XVIII, Colônia apresentou um desenvolvimento demográfico, econômico e político que veio a transcender o de uma simples praça militar, onde houve uma clara política colonizadora, e uma agricultura desenvolvida, mas nunca chegou a efetivamente se tornar uma vila e permaneceu subalterna ao Rio de Janeiro. Alguns aspectos peculiares da praça podem nos dar luz quando a não elevação da praça em vila ou mesmo cidade.

A praça, como dito anteriormente, denotava a existência de um governador militar como autoridade máxima. Na Colônia do Sacramento, a presença dessa autoridade no poder pode ser entendida em face da vizinhança de Buenos Aires, na margem oposta do Rio da Prata, que era onde residia o Governador da Província do

---

<sup>63</sup> PRADO. Fabrício Pereira. op. cit. p.87

<sup>64</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/002994-06>> Acessado em 02/02/2014

Rio da Prata, de Espanha. Seria difícil o estabelecimento que uma negociação diplomática paritária entre duas autoridades com o status diferenciado<sup>65</sup>. Sendo assim, os contatos oficiais sempre se deram entre os governadores de uma margem para a outra do Rio da Prata, representando uma especificidade requerida para o sucesso da empresa.

Outro fator que poderia ter impedido a elevação à vila foi a localização de Colônia, que, como dito anteriormente, estava sujeita a ataques tanto dos inimigos espanhóis quanto de índios missioneiros. Além disso, a experiência obtida desde 1680 de embates e conflitos criou a Colônia do Sacramento com suas próprias especificidades. Portanto, convém entender o modelo administrativo como uma adaptação e resposta às necessidades da Coroa, de particulares que nela atuavam. Além disso, a região platina exigiu que a monarquia criasse alternativas de adaptação para o território hostil, exigindo que a empresa lusitana tomasse várias formas misturadas de empresa lusitana, de fortaleza, praça, feitoria, vila, cidade, etc, constituindo uma experiência ímpar no Império Português.

Diferente também foram as experiências dos inúmeros agentes sociais presentes da praça. Soldados, colonos, escravos, religiosos, homens, mulheres, mercadores, estrangeiros, índios, espiões, gaúchos entre outros, criaram um cotidiano diferente. Apesar da pouca documentação deixada, podemos tentar vislumbrar um pouco como era a vida na fronteira no império lusitano. Fronteira em disputa como era a região platina em finais do século XVII e início do XVIII, o que favorecia os movimentos populacionais de um lado pro outro.

Na procura de outras oportunidades e fugir do penoso serviço militar, muitos soldados portugueses desertores passaram para a América espanhola, mas sabemos que o movimento contrário também ocorria. Muitas vezes a deserção era fomentada nas tropas inimigas, tanto por portugueses quanto por castelhanos, uma vez que os desertores além de diminuir o efetivo contrário, poderia servir de informantes sobre as atividades dos inimigos.

No ano de 1719 o mestre de campo Manuel de Almeida pertencia às tropas que estavam guarnecidas em Colônia do Sacramento e nos dá uma ideia da quantidade de militares presentes no entreposto. Fala ele que a praça estava

---

<sup>65</sup> PRADO, Fabrício Pereira. op. cit. p. 89

assistida apenas com 193 soldados nas tropas de cavalos, sendo que destes 28 estavam doentes, restando 165 soldados capazes de pegar em arma. Da tropa de cavalaria relata de 51 tinham fugido para a guarda de São João. Dos artilheiros mais 51 estavam foragidos, restando 59 capazes. Das tropas de ordenança encontravam-se 102 registrados e 8 indivíduos fugiram<sup>66</sup>. Os números não passaram despercebidos pelo Conselho Ultramarino, que propôs ao rei que se enviassem duzentos soldados metropolitanos, pois o Rio de Janeiro já não tinha condições de ajudar, pois sua guarnição também estava incompleta<sup>67</sup>.

Além disso, propôs o conselho que assim que os reforços chegassem ao Prata deveriam ser incorporados ao Terço de Colônia, e o mestre de campo e os capitães de infantaria deveriam cuidar para que as tropas não baixassem de trezentos homens, pois se persistissem as deserções os oficiais teriam seu soldo cortado pela metade. Aconselhava também que se negociasse com o governo de Buenos Aires acerca da devolução dos desertores refugiados. Por fim propôs o conselho a substituição do governador Manuel Gomes Barbosa, pois sobre ele pesavam acusação de maus tratos<sup>68</sup>.

Percebemos então, que as autoridades lusitanas sabiam da violência cotidiana a que estavam submetidos os militares, e que esta era uma das razões que levavam à deserção, e por isso a substituição do governador. No entanto, os conselheiros incentivavam a repressão para a manutenção do efetivo das tropas, colocando nos oficiais a responsabilidade de controlar a situação, ao mesmo tempo que tentava recuperar os desertores foragidos no território castelhano, através de negociações com as autoridades platinas.

O destino desses desertores era restrito. Poderiam se unir aos desertores espanhóis que viviam da extração do couro para contrabando. Se tivessem algum conhecimento técnico poderia ir a Buenos Aires para tentar a vida, caso contrário, poderiam ir para as estâncias ganhar a vida como peões. Porém, nem todos desertores queriam permanecer no Prata. Provavelmente, muitos procuravam o regresso para suas famílias, sendo que alguns até mesmo pretenderam retornar à Europa a bordo de navios comerciais, como relata o governador Antônio Pedro

---

<sup>66</sup> *Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]*, Colônia do Sacramento, cx 1, doc. 46.

<sup>67</sup> POSSAMAI, op. cit. pp. 185.

<sup>68</sup> *IHGB*, Arq. 1.1.25, ff. 296v-298v.

Vasconcelos em carta enviada ao Conselho Ultramarino, dando satisfações sobre as condições das tropas e dizendo que “desertaram oito com o sentido de passarem a Europa nos Navios Inglezes que a Companhia do Sul manda a Buenos Aires<sup>69</sup>”. O governador, numa tentativa de impedir essa rota de fuga, pediu à Coroa que comunicasse o governo inglês e que ele proibisse que seus súditos ajudassem aos desertores lusitanos.

A medida de Vasconcelos não deveria surtir efeito num porto tão movimentado como era o de Sacramento. A posição geográfica de fronteira com os domínios espanhóis e a natureza comercial sendo constantemente visitada por navios nacionais e estrangeiros atraídos pelo rendoso comércio do contrabando contribuía no aumento da mobilidade, e dificultada o controle das autoridades sobre soldados e degredados.

Outras medidas eram utilizadas para repelir o contrabando. O regimento de 1716 dizia, que caso necessário, o governador poderia promover uma “mostra seca”, com o objetivo de verificar a ausência de algum militar<sup>70</sup>. Caso a falta do soldados fosse constatada o governador ordenava a perseguição do desertor na campanha. A cavalaria era acionada para patrulhar os arredores em busca dos foragidos, tal como nos conta Vasconcelos<sup>71</sup>. Se fossem capturados os desertores eram submetidos a castigos corporais, seguidos de um determinado tempo de trabalho forçado em obras de fortificação, além do corte no soldo.

Alguns desertores também se arrependeram de seu ato e pediram perdão ao governador, como de fato aconteceu quando “alguns depois de estarem na Guarda de S. João, se tem arrependido, e de lá mandão capitular comigo se lhes perdoar o castigo, o que tenho concedido a todos”<sup>72</sup>. Esses casos se davam principalmente quando os desertores não encontravam melhores condições do que as que tinham na guarnição, e o ato de pedir perdão poderia livra-los das punições.

A deserção era compreensível, na medida em que percebemos as difíceis condições de vida dos soldados, que muitas vezes eram recrutados a força, sofrendo com a disciplina e brutalidade dos oficiais, além dos soldos que geralmente

---

<sup>69</sup> AHU, Colônia do Sacramento, cx 1, doc. 97.

<sup>70</sup> *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre, 1977, vol. 1, p.28.

<sup>71</sup> AHU, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 97.

<sup>72</sup> *Idem*.

atrasavam. Tudo isso parecia não sensibilizar as autoridades, que insistiam nos castigos e penas exemplares, pois viam a deserção como um mero vício<sup>73</sup>. No entanto, como em 1732, quando as condições de vida eram melhores, as tropas regularmente paga, fardada e alimentada, o governador Vasconcelos teve que admitir ter quase cessado a deserção dos soldados<sup>74</sup>.

Como visto anteriormente, uma das motivações para a vinda de casais era o controle da deserção. No entanto, mesmo com essa política, observamos um grande desequilíbrio entre os sexos, gerado principalmente pela grande concentração de soldados numa pequena povoação.

Em 31 de outubro de 1722, remeteu o governador Vasconcelos “Mapa Geral de tudo oq[ue] está na Praça da Nova Collonia do Sacramento”<sup>75</sup>, com grandes informações demográficas e ocupacionais da praça. Nele Vasconcelos faz um levantamento da população e suas profissões. Através dele podemos perceber a discrepância existente entre a população masculina e feminina, distribuídos em 235 fogos. Apesar dos 82 casais presentes temos um número de 639 homens, 172 mulheres, 99 meninas, 123 meninos, 45 índios, 16 índias, 204 escravos e 90 escravas<sup>76</sup>.

Além de exemplificar a diferença de contingente entre os sexos, os dados acima são riquíssimos para elucidar as características demográficas da sociedade de Colônia nos inícios de 1720. Chegamos, com esses dados a quase 1500 habitantes somente no núcleo urbano.

Como explicamos acima, a concentração de tropas militar, que segundo o mapa era de 403 soldados<sup>77</sup>, elucida o número maior do contingente masculino, mas além disso, devemos perceber Colônia como uma região distante dos outros centros de colonização, como uma fronteira, zona de guerra, além de sua recente colonização, o que não contribui para o aumento da população feminina.

Com o obtivo de reverter essa situação, a Coroa portuguesa enviava algumas mulheres solteiras, condenadas ao degredo por pequenos crimes ou

---

<sup>73</sup> IHGB, Arq. 1.1.26, ff. 67-71.

<sup>74</sup> IHGB, Arq. 1.1.26, ff. 193-195.

<sup>75</sup> AHU. Colônia do Sacramento. Cx. 1. Doc. 86.

<sup>76</sup> *Idem*.

<sup>77</sup> *Idem*

prostituição para lá se casarem com os soldados, na tentativa de criar famílias estáveis, garantindo assim o sucesso na política de povoamento. Tal prática era comum no período colonial, continuando durante o período pombalino, onde vadios, índios, mulheres adúlteras e prostitutas eram enviados para povoar as novas vilas que se formavam<sup>78</sup>. Apesar da presença das mulheres desterradas, grande parte da população feminina era formada por aquelas que vieram acompanhando seus maridos, militares ou colonos. No entanto, assim como os militares, todas sofreram com a insegurança de viver na fronteira, sempre com o perigo de ataque dos inimigos, medo que era somado a uma possível deserção do marido deserção do marido<sup>79</sup>, o que poderia levar algumas a fugir dessa situação.

Evidentemente que as mulheres, assim como os soldados poderiam passar para o outro lado, ou fugir de Colônia, pois a deserção, ou nesse caso abandono da praça estava difundido entre os colonos. Como diz em carta ao rei Diogo Soares tratando sobre as deserções diz que sobre os...

“...moradores, se vendo-se este expostos a padecer em suas próprias cazas, o que sofrem todos os dias na campanha aos castelhanos, buscarão em outra parte da America ou vivão mais seguros, e sem o temor e risco, que são comumente certos em huma praça fronteira, exposta e sem defesa.”<sup>80</sup>

Diante da difícil posição estabelecida de Colônia do Sacramento, era vital o estabelecimento de uma relação amistosa com a população indígena, sendo desde cedo a ideia de uma aliança com os indígenas uma possibilidade visada pela Coroa portuguesa. D. Manuel Lobo, fundador da praça, partiu de Lisboa com instruções bem detalhadas que regulamentavam as futuras relações entre lusitanos e indígenas platinos, bem como almejava a sua conversão ao catolicismo. Para isso, o primeiro passo a ser dado, deveria ser a conquista de sua confiança, através da entrega de presentes e de uma proposta de aliança contra os espanhóis. Posteriormente deveriam dar início ao aldeamento, onde “o Principal os governe, e sejam administrados no temporal por ele, e no Espiritual pelo Padre que lhe nomeardes

<sup>78</sup> FLEXOR, Maria H. Ochi. “Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil”, in: SILVA, Maria B. Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995, pp 79-88.

<sup>79</sup> AHU, Colônia do Sacramento, cx.1, doc 40.

<sup>80</sup> Carta de Diogo Soares ao rei, 27;06/1731, in: MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. *op. cit.* v. 2, pp. 80-81.

para seu Paroco”. Os indígenas que se recusassem a se submeterem ao aldeamento, mas que mantivessem a amizade e comércio com os portugueses, deveriam ser protegidos pelo governador de seus inimigos<sup>81</sup>. No entanto, os planos portugueses foram impedidos com a destruição de Colônia poucos meses depois de sua fundação.

A relativa esperança na amizade profícua com os indígenas vai ser substituída em 1716 por um certo resguardo. Manoel Gomes Barbosa, governador de Colônia após sua restauração tinha ordens para que utilizasse de “grande cautela com os índios vizinhos”<sup>82</sup>. Porém, em janeiro de 1718, o governador queixou-se de que as autoridades do Rio de Janeiro negaram-lhe uma remessa de mercadorias com as quais pretendia atrair os minuanos, pois justificavam dizendo que “não havia dinheiro para nada, porque Vossa Majestade o manda ir todo para Lisboa”.<sup>83</sup>

O governador Antônio Pedro de Vasconcelos, no ano de 1727, enviou uma correspondência ao Conselho Ultramarino, em que dá conta das dificuldades dos jesuítas em cristianizar os minuanos pelos métodos tradicionais, o que era indispensável na busca de uma aliança duradoura. Segue o governador dizendo que o gentio “he tão inútil, e tao pouco astuto q igualmente peza na Balança a boa e má conrrespondencia com elle”.<sup>84</sup> Vasconcelos segue reclamando da inconstância dos indígenas. Embora, tanto portugueses quanto castelhanos buscassem, através da cristianização e vassalagem ao monarca, assegurar a lealdade dos indígenas aos seus projetos coloniais, eles nunca vieram a conseguir assegurar a fidelidade dos indígenas nômades por um longo período, pois, como observamos, charruas e minuanos buscavam alianças que duravam o tempo necessário para tirar vantagens delas. No entanto, essas curtas alianças foram cruciais para a manutenção da campanha, através do fornecimento de montarias<sup>85</sup>.

Apesar de serem inimigos tradicionais no Prata, as relações entre os súditos castelhanos e portugueses na região platina nem sempre foi marcada por

<sup>81</sup> “Regimento que o Governador do Rio de Janeiro, Dom Manuel Lobo, levou para a Fortaleza do Sacramento no Rio da Prata”. In: MONTEIRO, Jonathas Costa. op. cit., v2. pp. 5-16.

<sup>82</sup> “Instruções para Manoel Gomes Barbosa tomar posse da Nova Colonia do Sacramento e seu Territorio”. In: MONTEIRO, Jonathas Costa. Op. Cit., v2. pp. 55-57.

<sup>83</sup> AHU. Colônia do Sacramento, cx. 1, doc 38.

<sup>84</sup> AHU. Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 180.

<sup>85</sup> GARCIA, Elisa Frühau. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. p. 225-231.



confrontos, mas também pela cooperação mútua motivada por diversos interesses em comum. Como dito anteriormente, muitos espanhóis, apesar das restrições de seu governo, lucravam mais vendendo os couros que faziam na campanha aos portugueses do que participando do comércio legal. Os próprios soldados castelhanos, encarregados de barrar o acesso lusitano à campanha, podiam fazer vistas grossas às expedições de caça de gado mediante um “regalo”.

O governador Gomes Barbosa dizia que a cavalaria espanhola tinha como costume patrulhar os campos a uma distância de duas léguas de Colônia, mas que deixava os moradores da povoação buscar lenha no rio Rosário, a cerca de oito léguas, no entanto, impediam os mesmo de explorar o gado. No entanto, a repressão a exploração dos bovinos poderia ser evitada através do uso de suborno. Antes de irem a campanha, as pessoas que desejavam extrair couros deviam negociar com o capitão da guarda espanhola, sem esquecer do oficial que deviam procurar, pois, caso contrário, corriam o risco de serem presos e terem seus couros apreendidos. Presos, era necessário subornar o comandante para voltar a liberdade. Outras vezes, eram os próprios soldados da guarda de São João que extraíam os couros e vendiam aos portugueses.<sup>86</sup>.

No ano de 1724, Antônio Pedro de Vasconcelos pediu à Coroa para dispor de alguma quantia com a qual pudesse subornar a guarda espanhola que vigiava as atividades dos portugueses na campanha. Somente em fevereiro de 1726 chegou a resposta, em que D. João V liberou uma quantia anual de quatrocentos mil réis para que fosse usado em “gastos secretos”<sup>87</sup>. A compra de favores dos oficiais nem sempre era feita através da oferta de dinheiro, mas sim, do oferecimento de presentes.

Em maio de 1726, Vasconcelos informava D. João V sobre a boa relação que mantinha com o governador de Buenos Aires, que se refletia na boa correspondência que tinha entre seus súditos com os espanhóis na campanha. Continuava informando sobre a compra que fizeram os moradores de cento e dezoito mil couros dos espanhóis, comércio em que lucravam tanto comerciantes quanto lavradores, encarregados do transporte dos couros em suas carretas<sup>88</sup>. No

---

<sup>86</sup> AHU. Colônia do Sacramento, cx. 1, doc, 102.

<sup>87</sup> AHU. Colônia do Sacramento, cx. 2, doc, 179.

<sup>88</sup> AHU, Colônia do Sacramento, cx, 2, doc, 165.

mesmo mês, o governador deu conta de outra transação de sucesso com os castelhanos, onde dois santafesinos tinham-lhe vendido oitocentos cavalos com o preço de três réis cada. Completava dizendo que orgulhava-se do negócio, apesar das severas restrições que o governo espanhol fazia em relação ao comércio com os portugueses.<sup>89</sup>

Volta a se referir o governador de Sacramento sobre relacionamento com os espanhóis, dizendo que, apesar dos castelhanos levarem uma boa parte dos lucros do campo, não podia negar que as boas relações com Buenos Aires era a principal causa da prosperidade da praça portuguesa<sup>90</sup>. Mais tarde, em outra correspondência afirmava que para extrair lucros da campanha, portugueses e espanhóis não poderiam viver em desarmonia<sup>91</sup>.

As discussões sobre o relacionamento de diversos grupos estabelecidos na bacia do Prata com os luso-brasileiro não se encerram por aqui. Procuramos fazer uma breve análise sobre as interações sócias existentes no palco que era Colônia do Sacramento. Além disso, buscamos de forma sucinta levantar algumas especificidades que constituíram as relações não somente de castelhanos e portugueses, mas de portugueses com outros tantos grupos. É de se salientar que algumas dessas interações serão pertinentes para a compreensão dos campos de possibilidades a que estavam submetidos os militares incumbidos de guerrear na defesa de Colônia, o que será melhor analisado nos capítulos subsequentes.

---

<sup>89</sup> *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 158.

<sup>90</sup> *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 220.

<sup>91</sup> *AHU*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 276.

## **CAPÍTULO II: “Todos à bordo”, a organização do Socorro Militar à Colônia do Sacramento**

Em início de outubro de 1735, a situação de Colônia do Sacramento era desoladora. Diante de um crescimento e avanço constante das tropas de D. Miguel de Salcedo, não restavam muitas alternativas para o governador Antônio Pedro Vasconcelos a não ser se isolar e tentar fortificar a praça da melhor forma possível e recolher e transformar lavradores em soldados para somar às tropas. Além da situação deplorável da muralha, os soldados de ofício também encontravam-se em situação difícil. “A guarnição aflita, e cansada sobre a queixa de mal paga, violentamente obedecia e servia com repugnância<sup>92</sup>” à vista do inimigo que avizinhava-se.

Para conter uma possível rebelião e acalmar os ânimos, recorreu o governador aos comerciantes particulares pedindo empréstimos para o pagamento dos soldos atrasados, sendo atendido por estes que concederam grande quantia de dinheiro, suficiente para o pagamento geral das tropas.

O governador teve que enfrentar também a desconfiança dos colonos, pois circulava a notícia de que embora ele soubesse da possibilidade de um ataque espanhol, não teria providenciado a evacuação da população, que tiveram seu gado saqueado e suas plantações arruinadas pelo exército espanhol, sem poderem trazer alimentos necessários para a subsistência da praça durante o cerco, por terem sido expulsos às pressas de suas lavouras.<sup>93</sup>

Porém, mesmo que o governador Vasconcelos soubesse dos preparativos de guerra empreendidos por Salcedo, seus espiões em Buenos Aires asseguram que o mesmo tinha falta de pessoas e recursos. O governador de Colônia acreditava que a mobilização espanhola não passava de uma ameaça para que os portugueses

---

<sup>92</sup> Sá. Simão Pereira. op. cit. p.75

<sup>93</sup> MONTEIRO. Jonathas Costa Rego. op. cit. Vol. 1. p. 219

começassem sua retirada das estâncias, pois ele não acreditava em um rompimento das hostilidades sem uma declaração formal de guerra entre as cortes ibéricas<sup>94</sup>.

Travaram-se algumas escaramuças entre a cavalaria de Colônia e as tropas espanholas antes do completo sítio terrestre iniciado em 20 de outubro, quando o exército espanhol acampou no arraial de Veras, distante uma légua e meia da povoação. Até então a ação portuguesa foi de dar algum fogo ao inimigo, ao mesmo tempo que facilitava a retirada dos colonos das cercanias da praça. Já os espanhóis queimavam as plantações, arrebanhavam gado e afugentavam os colonos retardatários em seu avanço.

Ao acampar do arraial de Veras, Salcedo contava com um exército composto de 17 esquadrões somando 1700 homens, de onde passou a hostilizar Sacramento e esperar novos reforços de artilharia vindo de Buenos Aires e de indígenas vindos nas missões.<sup>95</sup> Já os portugueses contavam com “seiscentos homens de armas entre pagos, paisanos, e escravos, porém os moradores eram em maior número”<sup>96</sup>, e tinham a expectativa de um possível socorro vindo do Brasil ou da metrópole para pôr fim ao sítio. Para aumentar os efetivos, Antônio Pedro Vasconcelos ordenou uma mostra para verificar quantos moradores tinham capacidade para pegar em armas, porém apenas 120 foram aprovados, causando o descontentamento do governador que os dividiu em quatro companhias destinadas à defesa do litoral. Nomeou um oficial para que os treinassem no manejo das armas<sup>97</sup>. Como podemos observar, toda a população de Colônia foi mobilizada para a defesa da praça e contribuiu de alguma forma.

Não sendo plenamente atendida a expectativa de um socorro completo, mas nem por isso menos comemorada, no dia 25 de outubro chegou uma embarcação vinda do Rio de Janeiro com os primeiros socorros, contando com “trinta homens, trezentos barris de pólvora, e os mais excelentes, e necessários petrechos”, além de um médico e a promessa do Governador Gomes Freire de Andrada de que teriam todo o seu esforço no auxílio para pôr fim ao sítio<sup>98</sup>.

---

<sup>94</sup> Ibidem.. p. 219-220

<sup>95</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. op. cit. p. 223.

<sup>96</sup> Sá, Simão Pereira de. op. cit. p 79.

<sup>97</sup> Ibidem. pp. 78.

<sup>98</sup> Ibidem. pp 77.

Enquanto esperava por mais reforços D. Miguel de Salcedo espalhou pelas proximidades de Colônia do Sacramento boletins com recados aos sitiados, na tentativa de facilitar a deserção dizendo:

“El Governador de Buenos Aires haze saber el perdon, que concede a todos los españoles, que se retireren de la Colonia al campo de nuestras tropas; y los que se mantuvieren con los portugueses, y fueren cogidos, seran castigados com pena de la vida, como traidores a Su Magestad. Y tambien se haze notório a todos los portugueses, y de outra qualquiera nacion, que quizieren venir a establecerso, se les cercará tierras, y ganado, y los negros de la Colonia, que tambien quizieren retirarse, adonde estuvieren las tropas españolas, gozarán la libertad de su esclavitud. Dado em el Campo a 23 de Octubre. – Salcedo”<sup>99</sup>

Imediatamente, para evitar novas deserções, “as quais nem por acauteladas deixavam de se fazer notórias pelos desertores, que frequentemente se introduziam no campo”<sup>100</sup>, o governador Antônio Pedro Vasconcelos respondeu ao boletim, enviando-os as tropas inimigas por um espanhol que não quis continuar na praça após as ameaças de Salcedo, dizendo:

“O Governador da Colônia do Sacramento promete em nome de El Rey de Portugal seu Amo perdão do crime de desertor a todo o Português que se acha no Campo dos Espanhóis, abordo das embarcações, ou em qualquer parte destas Índias, quando se queira recolher a esta Praça, e que havendo sido soldado nela se lhes fará com fradas, tempo, e soldo, como se atualmente houvera continuado no exercício militar, e não lhe tendo conveniência prosseguir o Serviço Real, em nenhum tempo será para isso obrigado, antes se lhe não duvidará passaporte para passar ao Brasil; e todo o Espanhol que quiser passar do mesmo Campo se lhe darão cinquenta pezos em prata, e toda a mais conveniência, com que possa manter-se; e que tomar partido se lhe darão além de quatro Reales de soldo por dia, e uma farda completo por ano, cem pezos assim que chegar, e só não disputa aos escravos a fuga do domínio de seus senhores, por ser contra o moral Cristão, que já mais na Guerra entre Católicos se atropela.

Além de tentar impedir novas deserções, os boletins enviados por ambos governadores tinham por objetivo aliciar moradores e soldados inimigos para aliarem-se aos seus exércitos ou enfraquecer as tropas inimigas. Além disso, esses indivíduos não teriam essas regalias de graça, pois seriam utilizados como “línguas” dando informações sobre a situação do que ocorre atrás das linhas inimigas.

<sup>99</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da. op. cit. pp. 72-73.

<sup>100</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. pp. 78.

O aliciamento de soldados inimigos já era prática conhecida entre os portugueses e espanhóis na península ibérica pelo menos desde a guerra da Restauração, onde “os elementos em fuga jogavam necessariamente com as fronteiras políticas, passando para o reino vizinho, onde, para mais eram aliciados por prêmios”<sup>101</sup>. O aliciamento, além de potencialmente servir para enfraquecer as forças inimigas, também era fonte de recrutamento. No ano de 1735, na metrópole, foram enviados 5.000\$000 de Reis para a província do Alentejo, para se darem 3.000 rs. para cada desertos espanhol que passasse para o lado português, e que se quisesse assentar praça nas tropas lusas que se assentasse<sup>102</sup>.

Na Colônia do Sacramento, não sabemos ao certo, quão efetiva foi a tentativa de aliciamento para ambos os lados, no entanto, podemos supor que não houve resultado imediato, pois, após o envio de boletins, Vasconcelos ansiava por um “língua” que noticiasse sobre as tropas inimigas, já que um estranho silêncio se abateu no campo. O Governador descobriu mais tarde que a causa dessa quietude das tropas castelhanas era motivada pela espera de três mil cavalarianos Tapes, conhecidos por sua “incomparável destreza com que esgrimem as armas”, comandados pelo padre jesuíta Lourenço Balbi<sup>103</sup>.

Juntamente com o reforço da artilharia vinda de Buenos Aires, composta de “14 peças de 24, 18 e 12 libras e 4 morteiros”, D. Miguel de Salcedo estava pronto para iniciar o longo sítio à Colônia do Sacramento<sup>104</sup>. No dia 9 de novembro de 1735 movimento suas tropas, que somavam 500 espanhóis e 4.500 índios, do acampamento de Veras até o campo de Santo Antônio dispendo-os de forma que Colônia ficasse completamente sitiada “de mar a mar”.

O bombardeio da praça foi iniciado no dia 28 de novembro, e se prolongou até o dia 9 do mês seguinte, fazendo um “horroroso estrago nas propriedades da povoação” e conseguiu abrir uma brecha “no comprimento de duzentos palmos de muralha”, fazendo com que os colonos e soldados se ocupassem dos reparos das

---

<sup>101</sup> COSTA, Fernando Does. O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. *Análise Social* – Revista de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. XXXIII, n. 149, 1998. p. 976.

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> Sá. Simão Pereira de. op. cit. 78.

<sup>104</sup> MONTEIRO. Jonathas Costa Rego. op. cit. pp. 228.

ruínas todas as noites sob o fogo das armas inimigas que avançavam para atrapalhar os concertos e avaliar os estragos feitos durante o dia.<sup>105</sup>

Com a brecha na muralha criada, o governador espanhol enviou uma primeira intimidação para rendição, onde se mostrou “pronto a conceder a V. S. los honores Militares”. No caso de uma resposta negativa ameaçava que “será preciso experimentar essa guarnición el ultimo rigor del furor de las tropas que han de avanzar, como tambien las vidas de todos los vecinos”<sup>106</sup>. Segundo o historiador militar John Keegan:

“Já era uma convenção da guerra de assédio que a recusa de se render depois de aberta uma brecha eximia os atacantes da obrigação de oferecer mercê ou se abster de saquear. Na era da artilharia essa convenção tornou-se absoluta.”<sup>107</sup>

Mesmo assim, a resposta de Antônio Pedro Vasconcelos foi contrária à rendição, perguntando que ordem o governador de Buenos Aires tinha para fazer sítio a Colônia, já que não tinha notícia da deflagração de guerra na Europa. Salcedo, em nova carta insistiu novamente na capitulação da praça, e mais uma vez Vasconcelos se negou a cede-la.

Diante disso Salcedo iniciou os preparativos para o assalto final. Porém, uma bala da artilharia portuguesa atingiu o centro da formação inimiga, enquanto está se organizava, causando uma grande confusão que desbaratou as tropas castelhanas e impediu o ataque. Frustrado o assalto, as tropas espanholas voltaram para as trincheiras e continuaram a bombardear a praça até princípios de janeiro, quando houve a notícia trazida por um desertor de que seis embarcações portuguesas foram vistas entrando no Rio da Prata em direção a Colônia<sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit. p 84.

<sup>106</sup> ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. op. cit. pp. 508.

<sup>107</sup> KEEGAN, John. op. cit.. p. 410.

<sup>108</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit. pp. 91-92.

## 2.1 As Tropas do Brasil

Os primeiros socorros chegaram em resposta às solicitações do governador Antônio Pedro Vasconcelos, que em 19 de dezembro, encarregou o inglês naturalizado Guilherme Kelly a levar sua carta que dava notícias de sua delicada situação e pedia ajuda as autoridades portuguesas no Rio de Janeiro. O inglês foi escolhido por ser um excelente prático da costa e dos baixios do Prata e, apesar do bloqueio marítimo espanhol a praça, utilizou-se da escuridão da noite para enganar as embarcações espanholas, que quando deram conta da falta da sua embarcação já era dia e muito tarde para sair em sua captura.<sup>109</sup>

Em resposta aos pedidos de socorro de Vasconcelos, o então governador interino do Rio de Janeiro, o Brigadeiro José da Silva Pais, que mesmo antes da chegada de Guilherme Kelly, já tinha ideia da situação em Colônia, mandou lançar um bando convocando a sentar praça...

“...toda pessoa que quiser sentar praça voluntariamente para servir naquelas tropas de infantaria ou cavalaria se lhe dará farda, e armamento, e três meses de soldo adiantados por ajuda de custo, e querendo passada a referida ocasião largar o serviço o poderão fazer entregando o armamento, e farda, e caso o queiram continuar com praça em algum dos terços desta cidade, ou do da Nova Colônia ficarão neles, e na companhia que for da sua satisfação, e quando hajam pessoas, ou casais que queiram passar para aquela povoação sem praça, e só para lá assistirem, ou para sempre, ou só pela ocasião em razão dos seus ofícios se lhe dará passagem livre para todos sustentando-os à custa da fazenda de S. Majestade...”<sup>110</sup>.

Apesar dos incentivos prometidos aos voluntários para sentar praça, e mesmo para povoadores os números de pessoas interessadas não deve ter sido grande, pois em bando posterior, o governador mandou a concentração dos efetivos do socorro no Largo do Carmo, a fim de passar mostra às tropas de voluntários, e mencionou também “a todos os mais que se têm sentado praça involuntários”<sup>111</sup> indicando o provável uso de recrutamento compulsório na tentativa de completar o número de soldados necessário para a formação do socorro. Além disso, nos mapas de contingente das embarcações que foram enviadas no primeiro socorro, não há nenhuma referência a casais, ou mesmo paisanos, o que indica o insucesso do

<sup>109</sup> MONTEIRO. Jonathas Costa Rego. op. cit. p. 236.

<sup>110</sup> Bando do governador Silva Pais, 19/10/1735. In: *RIHGRS*, nº 109 a 112. p 50.

<sup>111</sup> Ibidem.



bando do brigadeiro, que além de querer angariar homens para as tropas, buscava praticar a velha política de povoamento da praça.

As embarcações que entravam no Prata noticiadas pelo desertor foram as primeiras que chegaram em socorro a Colônia do Sacramento, e garantiram a superioridade naval dos portugueses no rio, além de causar a retirada do Governador de Buenos Aires do bloqueio, levando consigo boa parte da infantaria e cavalaria, deixando apenas 500 cavaleiros no campo de bloqueio, com o objetivo de impedir a saída dos portugueses da praça fortificada<sup>112</sup>. Além disso, D. Miguel de Salcedo mandou evacuar a ilha de São Gabriel, em frente a Colônia, que foi imediatamente tomada e fortificada pelos portugueses.

O comando da expedição estava a cargo do sargento-mor Thomaz Gomes da Silva que viajou com instruções dadas pelo governador interino, onde aconselhava cautela na viagem “por serem aqueles mares igualmente de Castela, e de El-Rei de Portugal”. Caso o comandante se encontrasse com alguma embarcação deveria logo largar bandeira, e sendo inimiga deveria se por “em forma de peleja, de sorte que possa rebater a força que lhe fazem, e entrando em ação, procurará desempenhar o sucesso dela”. No entanto, encontrasse alguma embarcação portuguesa, o comandante deveria receber o imediato desta e dar parte do porquê de sua viagem. De resto, deveria ir imediatamente para o ancoradouro de Colônia do Sacramento, entregar as provisões e esperar ordens do governador Antônio Pedro Vasconcelos<sup>113</sup>.

Ao total, a expedição contou com seis embarcações, sendo elas uma fragata, um navio, duas galeras, um patacho e uma corveta. A maior, a fragata N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Nazaré trazia consigo, aproximadamente 826 embarcados como mostra a tabela a seguir, por se tratar de uma embarcação de grandes proporções que contava com 50 canhões. Já o navio Bom Jesus de Vila Nova, conhecido como “O Cortanabos”, levava 20 canhões e 552 embarcados, sendo juntamente com a fragata as maiores embarcações, tanto em poder de fogo, quanto em capacidade de carga. Abaixo a tabela nos dá uma ideia da tripulação do socorro:

---

<sup>112</sup> MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., p.242,

<sup>113</sup> Instruções que o Governador do Rio de Janeiro José da Silva Paes deu ao Sargento-Mór Thomaz Gomes da Silva, comandante da expedição de socorro a Praça da Nova Colonia do Sacramento. Rio de Janeiro 12 – Dezembro – 1735. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. op. cit., vol. 2, pp. 83.

**Tabela das embarcações e embarcados no primeiro socorro**

	N. <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> da Nazaré	Bom Jesus V. <sup>a</sup> Nova	Galera St. <sup>a</sup> Ana	Galera S. José e St. <sup>o</sup> Ant. <sup>o</sup>	Patacho Bom Jesus de Bouças	Corveta St. <sup>a</sup> Ana.
Sargento- mor	1					
Ajudante	1					
Capitães	2	1				
Alferes de marinha	1					
Alferes ligeiros	3	2				
Sargentos	4	4	1	1	1	
Condestável		1				
Soldados Infantes	100	80	25	20	15	10
Dragões	42					
Artilheiros	20	15				
Índios					15	10
Recrutas	38	25	6	6	6	5
Gente de mareação e serviços de artilharia	196	120	30	25	20	18
Praças	368	248	62	52	57	43
Praças de artilharia	50	20	6	6	6	5

Fonte: Socorro expedido para a Colônia em 15 de Dezembro.<sup>114</sup>

Essa tabela é reveladora por vários motivos. Primeiramente porque na documentação produzida por Simão Pereira de Sá, os recrutas indicados na tabela são na verdade “reclusos”, totalizando 86 prisioneiros levados para servir no socorro. Além de 25 índios, sugerindo novamente o uso de recrutamento compulsório de prisioneiros e indígenas feito pelo governador interino no rio de Janeiro<sup>115</sup>. Segundo, porque mostra como foram dispostos os embarcados nos navios, sugerindo que militares com maior prestígio, como os Dragões, ficavam nas embarcações maiores, enquanto índios eram embarcados em navios de conserva, diferentemente até mesmo dos prisioneiros que foram divididos entre eles.

A essas seis embarcações deveria se unir mais duas corvetas que foram enviadas antes para angariar suprimentos em “Paranaguá, Cananeia e Laguna”. Dizia o brigadeiro que assim “unidas todas fazem oito, socorro que ainda até aqui se não viu junto no Rio da Prata”<sup>116</sup>

Era comum na época da navegação à vela a utilização de pequenos navios que acompanhassem os maiores. Às primeiras chamamos de embarcações de conserva, que em sua maioria eram utilizadas para levar a maior parte dos suprimentos, já que nas grandes naus eram embarcados um grande número de pessoas, entre marinheiros, militares, e viajantes. Além disso, as grandes embarcações carregavam uma grande quantidade de canhões, o que causava sobrepeso ainda maior e necessitavam de muitos marinheiros para operá-las. Já as pequenas utilizavam de um pequeno contingente, às vezes não passando de dez marinheiros para acompanhar as grandes embarcações, sobrando espaço de armazenagem para suprimento. Como empecilho, as embarcações de conserva detinham pequeno poder de fogo. Segundo Jean Merrien:

“As embarcações são, na sua totalidade, deficientes. Por isso, no mar alto, o único remédio que se utiliza contra o naufrágio ou contra os incêndios é a navegação de conserva, que se pratica sobretudo para proteção mútua.”<sup>117</sup>

<sup>114</sup>...In: RIHGRS. Porto Alegre. nº 104. p. 457.

<sup>115</sup> SÁ, Simão Pereira. Op. cit. p. 87.

<sup>116</sup> Carta de José da Silva Pais ao rei, 28/01/1736, in: RIHGRS, nº 109-112. 1948, pp. 45.

<sup>117</sup> MERRIEN, Jean. *A vida quotidiana dos marinheiros no tempo do Rei-Sol*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 238.

Como veremos adiante, quando tratarmos das operações navais no Prata, esse tipo de embarcação de pequeno calado foi de vital importância para as manobras militares no rio, por este ser de difícil navegação para grandes embarcações. A esses pequenos navios, muitas vezes, foram adicionados o maior número possível de peças de artilharia, já que os grandes não conseguiam manobrar com facilidade e corriam risco de encalhar. Além disso, eram utilizados na praticagem do Rio da Prata, indo em frente dos navios maiores medindo os palmos do rio e informando se era possível ou não a passagem. Apesar de sua importância, muitas vezes as embarcações de conserva não estão incluídas nas fontes, sendo referenciadas apenas os navios com maior poder de fogo.

Outro fator que chama a atenção são as designações das embarcações. Usualmente elas são chamadas de navios ou naus. No entanto, sua designação específica revela muito tanto sobre sua função, quanto das táticas de navegação para que era utilizada. No primeiro socorro, Thomas Gomes da Silva, conta com uma Fragata: embarcação que continha três mastros, era fácil de manobrar e tinha apenas uma cobertura de artilharia; um navio, que como vimos poderia designar qualquer embarcação, mas o nome era mais comumente utilizado para designar navios mercantes com boa capacidade de carga, mas desprovido de grande capacidade de artilharia; duas Galeras: embarcação menor, também utilizada para fins mercantis, mas diferia das outras pois dispunha de remos; um Patacho: embarcações de dois mastros, semelhante à caravela em formato, porém muito menor; por fim uma Corveta: também navio mercante de dois mastros<sup>118</sup>. Com isso percebemos que as embarcações feitas para a guerra eram poucas, o que havia era a transformação de navios comuns e mercantis, que eram armados com canhões e enviados para o conflito, o que indica a precariedade da marinha na colônia.

Mesmo assim, graças a essas embarcações foi garantida a superioridade naval no Rio da Prata. Logo que o socorro chegou, o governador Antônio Pedro Vasconcelos ordenou a Tomás Gomes da Silva que atacasse os navios espanhóis que se retiraram na enseada de Barragán, situada a aproximadamente 60 quilômetros ao Sul de Buenos Aires, e que, como veremos mais adiante, será fonte de muitas dificuldades para as operações portuguesas no rio. Apesar das ordens, os

---

<sup>118</sup> RAMOS, Fábio. *Naufragios e obstáculos enfrentados pelas armadas da Índia Portuguesa: 1497-1653*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p. 283-296.

práticos votaram contra o intento por considerar-se arriscado fazer batalha num porto tão raso como aquele. Os navios portugueses com maior poder de fogo eram grandes demais e tinha o calado muito fundo para tentar atravessar o canal. Diante desse problema foi feita uma tentativa com embarcações menores, no entanto, os navios espanhóis estavam em terra e eram defendidos por uma bateira. Mesmo assim, a batalha durou 13 horas “sem mais perda de nossa parte, que a leve ferida de um marinheiro. Do inimigo com alguns mortos houveram muito feridos”<sup>119</sup>.

Enquanto isso, após 2 meses de sua partida do Rio da Prata, o bergantim de Guilherme Kelly chegou ao Rio de Janeiro em 19 de fevereiro levando consigo as cartas de Antônio Pedro. Logo entrou em contato com o governador interino José da Silva Paes e detalhou o estado da Praça de quando havia escapado do bloqueio naval espanhol. O governador, então, convocou uma junta no qual ficou decidido que sem esperar os reforços prometidos de Pernambuco, seguisse logo os que chegaram da Bahia, e que as embarcações seguissem o mestre Kelly, pois ele era um excelente práctico do Rio da Prata. Ordenou também o governador que o socorro esperasse em Maldonado e que o inglês fosse até Colônia para ver o estado que se encontrava e só então retornasse para buscar os reforços.<sup>120</sup>

O contingente que chegou da Bahia tinha vindo em consequência das cartas anteriores de Antônio Pedro Vasconcelos ao Conde das Galveias, vice-rei do Brasil, que havia sido avisado do ataque espanhol a Sacramento. Tratou, o vice-rei, de logo organizar uma expedição de socorro composta de duzentos soldados retirados dos dois terços que guarneciam a praça da Bahia, aos quais foram adicionados mais três capitães de infantaria, um de artilharia, três alferes, seis sargentos e cinquenta artilheiros, sendo divididos em quatro companhias: uma de oitenta soldados, duas de sessenta e outra apenas com os artilheiros.<sup>121</sup>

Segundo Possamai, a escala das tropas da Bahia no Rio de Janeiro trouxe consigo o medo da deserção dos soldados, e por esse motivo, ordenou o governador que todos os oficiais e soldados estivessem sempre a postos nos seus quartéis, sob pena de serem castigados como desertores os que se ausentasse

---

<sup>119</sup> SÁ, Simão Pereira. op. cit. pp. 89.

<sup>120</sup> MONTEIRO. Jonathas Costa Rego. op. cit. pp. 172.

<sup>121</sup> MIRALLES, José de. História militar do Brasil, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1900, XXII, pp. 172.

deles. A ordem incluía castigo as pessoas que ajudassem os desertores, correndo o risco de serem degredados por cinco anos em Angola<sup>122</sup>. Apesar do rigoroso controle sobre as tropas nortistas, houveram vários desentendimentos entre as tropas da Bahia e a guarnição do Rio de Janeiro, ocasionando baixas, pena capital e prisões entre as tropas<sup>123</sup>.

As tropas partiram do Rio de Janeiro no dia 11 de março de 1736 com o acréscimo de 120 recrutas, sendo a maioria de Mina Gerais. A nova esquadrilha era composta por uma Galera de 30 canhões, um Navio de 18 canhões e mais 3 sumacas que iam em conserva. Esses barcos chegaram isoladamente entre os dias 1º e 11 de abril comboiadas pelo inglês Guilherme Kelly, que imediatamente as colocou em atividade, apresando duas lanchas inimigas e queimando outras duas, incendiando construções de terra e assaltando destacamentos isolados<sup>124</sup>.

Apesar da importância dos novos reforços nas operações da guerra, mal haviam desembarcado o destacamento da Bahia em Colônia e começaram os desentendimentos com os habitantes e a desconfiança dos oficiais, rendendo uma descontente nota do cronista Simão Pereira de Sá, dizendo:

“Desembarcaram o destacamento Bahianense, começaram os soldados com distúrbios, e desgostos a inquietar a Praça. Mostravam, que da guerra não tinham experiência, menos sofrimento para os trabalhos de um sítio rigoroso, Sabiam melhor contender com os domésticos, que disputar com os estranhos. Sentiam o vexame por não acharem o sono sobre as duras pedras da muralha, desejando brandos leitos para o repouso, e mimosas iguarias para a mesa. Fizeram-se inúteis por insofridos aos excessos do aperto; e estimando mais a liberdade, que a obediência, nenhum estímulo os fazia mudar de natureza, melhorar de costumes, porque mal pode na guerra com a dor das feridas, quem no ócio não tolera a lisonjeira picada de um mosquito, por esta razão, por esta razão os Espartanos na paz costumavam os filhos a fome, por não estranharem depois os rigores das Campanhas.”<sup>125</sup>

Além do despreparo das tropas baianas para a guerra de sítio, como demonstra o comentário do cronista, é normal esperar o descontentamento dos

<sup>122</sup> POSSAMAI, Paulo César. Soldados do norte nas guerras do sul: o recrutamento militar na Bahia e em Pernambuco para a Colônia do Sacramento. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, n. 29.1 (2011). p. 47.

<sup>123</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 94.

<sup>124</sup> BARRETO, Abeillard. “A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro”. In: *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, vol. 2, Tomo 2, p.18.

<sup>125</sup> Sá, Simão Pereira de. op. cit. pp. 96.

soldados, já que, como dito anteriormente, Colônia do Sacramento era considerada um lugar de degredo e de grandes dificuldades. Esses militares, acostumados a servir na capital foram deslocados para o ponto mais extremo do Brasil e sobrecarregados em um regime de extrema disciplina e perigo constante. O recrutamento forçado trazia a dificuldade de manter a disciplina entre os homens, muitos deles sem treinamento militar necessário. Vasconcelos, ao experimentar as tropas do segundo socorro, julgou que “nem todos os soldados tem capacidade para a empresa assim por rapazes como pelo pouco exercício militar”<sup>126</sup>.

O descontentamento de tropas também ocorreu do lado castelhano quando os 200 Dragões espanhóis que haviam chegado em Montevideu causaram motins por falta de pagamento dos soldos, e diversos desentendimentos com os moradores locais.<sup>127</sup> Por esse motivo entendemos a pressa do governador Antônio Pedro Vasconcelos em colocar o soldo em dia no início das hostilidades, tendo de usar de capital privado para isso.

Com a chegada dos reforços vindos da metrópole, como veremos mais adiante, e diante dos conflitos gerados entre as tropas da Bahia e os moradores, Vasconcelos resolveu afasta-los mandando-os embarcar para Laguna a fim de buscar carne para o sustento da praça, da onde o destacamento saia “mal quisto com o povo por alguns insultos cometidos aos paisanos...embarcou contente e alegre, imaginando, que livres do risco já iam lograr das delicias do ócio”<sup>128</sup>.

A mobilização de tropas militares para a defesa da Colônia do Sacramento começou a preocupar as autoridades coloniais. Mesmo enviando um novo socorro em 3 de dezembro de 1736, o vice-rei escreveu à corte incomodado por não ter os meios necessários para socorrer Colônia, já que faltavam munições, armas e dinheiro para pagar os soldos dos terços da guarnição de Salvador. Também alegava não ter nenhum navio capaz, em que se pudesse armar e transportar os reforços<sup>129</sup>. Mesmo com as reclamações o socorro contava com cem soldados, cinquenta artilheiros, dois capitães e um alferes<sup>130</sup>. No entanto, a chegada deste

---

<sup>126</sup> Carta de Anto Pedro de Vasconcellos a Gomes Freire de Andrada, 25/04/1736. In: *RIHGRS*. nº 104. pp. 362-364.

<sup>127</sup> SÁ, Simão Pereira de. Op. Cit. pp. 156.

<sup>128</sup> Ibidem. pp. 110.

<sup>129</sup> POSSAMAI. Paulo César. op. cit. p. 11.

<sup>130</sup> MILRALLS, José de, op. cit. p. 172.

socorro só ocorreu após o final do sítio, sendo, portando, enviados para reforçar a nova fundação criada do Rio Grande de São Pedro. Em janeiro de 1737, o vice-rei, queixou-se a Martinho de Mendonça pedindo a Deus...

“Deus que nos livre desta guerra da Colônia em que nos achamos empenhados que não pode ser mais trabalhosa, porque para acudirmos a sua conservação será necessário destruir todas as praças da América dos meios de se poderem defender porque em todas vai faltando o dinheiro, a gente e os mantimentos, e me parece moralmente impossível o abastecer uma praça tão longe do nosso continente, com um presídio tão oneroso, além das guarnições das Fragata de guerra, e das mais embarcações que temos no Rio da prata que todas recebem assistência dos mantimentos que se lhe mandam de fora, o que é muito dificultoso de conseguir, pelas ariscadas a que sempre estão expostas as viagens do mar de que prende o bom, ou mau sucesso da sua condução”.<sup>131</sup>

Já Martinho de Mendonça, queixou-se a Gomes Freire de Andrada sobre a falta de oficiais em Minas, geralmente despachado para servir no socorro de Colônia. Segundo Possamai, o recrutamento forçado já começava a ameaçar a economia das regiões onde era praticado com maior intensidade. O próprio Martinho de Mendonça queixou-se de que se prendiam vadios e moradores e mais os homens do caminho para servirem da praça, sendo o abuso no recrutamento compulsório, praticado nos caminhos que ligavam ao litoral, “poderia gerar uma crise no abastecimento de Minas Gerais”.<sup>132</sup>

Além dos reforços relatados anteriormente, tinha-se a expectativa do envio de tropas de Pernambuco, o que nunca concretizou-se apesar da promessa do governador da capitania que enviaria duzentos homens<sup>133</sup>. Diante do não cumprimento do acordado o governador de Pernambuco, Duarte Sodré, foi severamente repreendido pelo Secretário de Estado Antônio Guedes Pereira por agir com “estranhável frouxidão com que VS. Dilatou e finalmente suspendeu a remessa do socorro que tinha prometido”. A alegação do Duarte era de que já havia recebido notícia dos sucessos do primeiro socorro enviado por Silva Paes, o que não foi motivo suficiente para Guedes Pereira ordenando que “com toda a brevidade faça por pronto e despache para o Rio de Janeiro o socorro de gente que

<sup>131</sup> Carta do Conde das Galveas a Martinho de Mendonça, 10/01/1737, in: Revista do Arquivo Público Mineiro, 1911, vol: 16, Fascículo: 2. p. 271.

<sup>132</sup> POSSAMAI, Paulo César. op. cit. p. 12.

<sup>133</sup> Carta de José da Silva Pais ao rei, 28/01/1736, in: Revista do IHGRS, 1948, nº 109-112, pp. 47



prometeu”<sup>134</sup>. Com a advertência, em 9 de novembro de 1736, chegou ao Rio de Janeiro a ajuda do governador de Pernambuco, que trouxe, além de munições, os 200 soldados prometidos. No entanto, “muita parte deles são de outra qualidade a que a V. S.<sup>a</sup> recomendava por ordem de S. Majestade pois a alguns se permitiu a salvar paisanos para virem servir em seu lugar”. Imediatamente tratou-se de remeter esses paisanos de volta a Pernambuco, pois eram “inteiramente inúteis”.<sup>135</sup>

Se as promessas de envio de tropas de Pernambuco quase não saíram do papel, a expectativa de ajuda dos paulistas realmente não se efetivou. No entanto, entre as forças castelhanas o boato de que paulistas preparavam-se para sitiar Montevidéu pela campanha não deixou de causar medo entre elas. Simão Pereira de Sá descreve os paulistanos como sendo:

“...estes povos temidos dos bárbaros, e por concomitância também dos castelhanos, pelas muitas vezes, que cruelmente em campanha, e dentro de suas aldeias foram desolados com perda, hostilizados com mortes e como dos pais aos filhos passavam as memórias por tradição, ainda conservavam o medo introduzido nas veias em lugar do derramado sangue...”<sup>136</sup>.

Apesar do histórico dos paulistas, Gomes Freire de Andrada havia desmentido o boato para os portugueses, pois o governador de São Paulo, Conde de Sarzedas, já havia comunicado não ter tropas para enviar à Colônia. No entanto, parece que a notícia foi um dos motivos que levaram os castelhanos a levantar o cerco, o que foi de grande utilidade aos portugueses que não desmentiram o boato.

Mesmo sendo a notícia da participação dos sertanistas falsa, o secretário de estado, Antônio Guedes Pereira, realmente pediu em agosto de 1736 ao Conde de Sarzedas que convidasse...

“...os sertanistas dessa cidade, e seus contornos a invadirem pelo sertão as aldeias vizinhas ao Rio Uruguai e mais terras dos castelhanos fazendo por aquela parte todas as hostilidades lícitas para a diversão e ressarcimento da injusta guerra...”<sup>137</sup>

Mesmo com o pedido, não há indícios de uma participação efetiva nem de tropas oficiais, nem de sertanistas de São Paulo para Colônia do Sacramento. No

<sup>134</sup> Carta do Secretário de Estado Antonio Guedes Pereira a Duarte Sodre. 27/07/1736. In: Revista do IHGRS, 1946, nº 104, p. 447.

<sup>135</sup> Carta a Antonio Guedes. 27/11/1736. In: Revista do IHGRS, Idem. p. 338.

<sup>136</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. pp. 90

<sup>137</sup> Carta do Secretário de Estado Antônio Guedes Pereira escreveu ao Conde de Sarzedas. 30/05/1737 In: Revista do IHGRS, 1946, nº 104, p. 428.

entanto, a participação deles mesmo que imaginária, não deixou de exercer importância no andamento do conflito. Na verdade, os homens de São Paulo vieram junto com a expedição de Cristóvão Pereira de Abreu para dar início aos preparativos para o estabelecimento da fortificação portuguesa na barra do Rio Grande de São Pedro, juntamente com outros homens de Laguna, juntando “170 companheiros, aos quais sustentava de sua fazenda, e mantinha com esperança do prêmio”.<sup>138</sup>

## 2.2 As tropas de Portugal

A metrópole também participou do esforço de guerra. Através de cartas enviadas por Antônio Pedro Vasconcelos sobre a situação da Colônia do Sacramento a Coroa pôde dar início aos preparativos para somar esforços aos socorros enviados pelas autoridades coloniais. Além disso, já circulava a notícia sobre o “empenho de Castela e certificado, que no Porto de Ferrol se preparavam duas Naus com gente, e bastimentos para engrossar o Campo”<sup>139</sup>, fazendo D. João V ordenar a ida de uma frota de socorro a Colônia do Sacramento, notícias essas trazidas provavelmente por espiões portugueses na Espanha.

No dia 25 de março de 1736, zarpou de Lisboa uma pequena esquadra, composta de duas naus, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Conceição e a fragata Nossa Senhora da Lampadosa sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Luís de Abreu Prego. A primeira e a segunda contavam com 60 peças de artilharia, sendo a Nossa Senhora da Vitória comandada pelo capitão de mar-e-guerra Luís de Abreu Prego; a Conceição por João Pereira dos Santos. Já a fragata Nossa Senhora da Lampadosa tinha como comandante José de Vasconcelos e contava com 54 peças de artilharia.

A esquadra partia “com o pretexto de servirem duas de comboio e a terceira de guarda-costa no Rio de Janeiro, segundo o costume”<sup>140</sup>, pois tentavam os

<sup>138</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 110.

<sup>139</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p.107.

<sup>140</sup> Instruções que deve seguir o Snr. Coronel do Mar Luiz Abreu Prego na expedição a que vai por ordem de S. Majestade. In: Revista do IHGRS, 1948, nº 109-112, p. 6-10.

portugueses fazer sigilo quanto ao destino da expedição, sendo escondido até mesmo dos embarcados, o que ocasionou alguns descontentamentos quando souberam que a esquadra se destinava ao Rio da Prata. O sigilo em relação ao destino das esquadras era uma prática comuns entre as nações europeias, segundo Lucy Maffei Hutter:

“A rota dos navios, dependendo da missão, era mantida em segredo. O destino dos navios e a sequência da rota só era revelada à grande maioria da tripulação durante a navegação, pois essa informação poucos a detinham.”<sup>141</sup>

Mesmo assim, a notícia de que a esquadra iria se dirigir ao Rio da Prata não deixou de causar indignação entre os soldados.

Juntamente com a esquadra se encontrava Caetano da Cunha Botelho, provável autor de um diário intitulado *Diário de Viaje que fes ao Ryo da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego, anno 1736, com a Escoadra que S. Mag.<sup>e</sup> mandou em defenssa da grande Praça da Collonia do Sacramento. Escripto por hum Coriozo que foi na mesma Escoadra*. Documento importantíssimo que abrange o tempo que vai de 25 de março de 1736, dia em que zarpou a frota, até 21 de novembro. Diário que narra o cotidiano nas embarcações, os acontecimentos importantes, e por vezes trás uma perspectiva do conflito entre os comandantes das forças no Rio da Prata do lado de Luís de Abreu Prego. A partir de agora, tentaremos, com a ajuda desse diário, detalhar o cotidiano dessas embarcações, trazendo problemas que eram comuns a provavelmente toda a maioria dos navios que se aventuravam em longas viagens transoceânicas no século XVIII, além de tentar resgatar um pouco do cotidiano dos militares embarcados.

A esquadra zarpou sem maiores perigos, pois havia ventos favoráveis o que facilitou sua saída do porto. Ao sair, a capitânia hasteou a bandeira deu uma salva real normalmente pois:

“Na partida, segundo o costume, a bandeira do príncipe só era hasteada na nau capitânia, na gávea ou no mastro maior. Esta bandeira servia de sinal para os outros navios da armada que o deveriam seguir. Uma vez hasteadas todas as bandeiras, da nau capitânia ecoaria um tiro de artilharia e seria a âncora levantada,

---

<sup>141</sup> HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos Séculos XVII e XVIII. Rumo: Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 76.

servido isto de aviso para que os demais navios desancorassem e a seguissem.<sup>142</sup>

Foi a Nau Nossa Senhora da Vitória guiando as outras embarcações para o destino, indo os tripulantes “uns com bastante alegria, e outros, com lágrimas, por adivinharem o que havia a suceder em tão trabalhosa viagem”<sup>143</sup>.

Logo nos primeiros dias a frota já enfrentou seu primeiro temporal, coisa que seria comum em todo o restante da viagem, e “parece que ensaiando-nos para o futuro”, resultando em grande prejuízo e desespero entre os embarcados. Como grande boa parte da tripulação eram feitas de soldados não sendo experimentados na navegação “lhe causava dobrado trabalho o grande enjoo que padecia”, sendo necessário amarrar cordas no convés para que se segurassem. Os navios de marcação, como vinham muito carregados, tiveram que lançar parte de sua carga ao mar para conseguir enfrentar o mar agitado criado pela tempestade<sup>144</sup>. Os temporais poderiam durar vários dias, causando grandes estragos e por vezes, fazendo com que as naus da esquadra se perdessem de vista.

Em primeiro de abril, sábado de aleluia, com o tempo mais ameno, se celebrou uma missa e depois se abriu as instruções de Sua Majestade para a campanha do Prata, nomeando Luís de Abreu Prego como Coronel de suas Armadas. Três objetivos principais foram definidos: liberta Colônia do Sacramento do sítio espanhol; tomar Montevideú; e povoar a “Baía do Rio Grande de São Pedro e campanhas circunvizinhas, que igualmente pertencem aos meus domínios”<sup>145</sup>. Além disso, essas instruções eram extremamente minuciosas, pretendendo dar solução a todas as alternativas que pudessem ser criadas durante a campanha, partindo das informações que o Rei dispunha na metrópole.

Nas ordens, primeiramente, o rei repudiava os atos cometidos pelos castelhanos, tanto de Buenos Aires, quanto da Corte, pela omissão do conflito além do descumprimento do que havia sido estipulado no Tratado de Utrecht. Diante da violência cometida, o monarca ordenou a preparação das três embarcações citadas, e mais duas que se destinaram à Bahia e de lá para o Rio de Janeiro, além das

<sup>142</sup> HUTTER, Lucy Maffei. op. cit. pp. 49.

<sup>143</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego ano de 1736” *Biblioteca Nacional de Portugal*, F. 1445, COD. 567, f. 7.

<sup>144</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 7.

<sup>145</sup> “Instrução que deve seguir o senhor coronel do mar Luís de Abreu Prego na expedição que vai por ordem de S. Majestade”. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., vol. 2, p. 92-94.

embarcações que estavam sendo preparadas por Gomes Freire de Andrada e o Brigadeiro José da Silva Paes. Como dito anteriormente, nas instruções vão explicitas ordens sobre o sigilo do destino da esquadra. Aconselhou também que, caso a esquadra se deparasse com alguma embarcação da Espanha, desse caça a esta, caso não tivesse notícia de mudança na situação de Colônia do Sacramento, levando-a até o Rio de Janeiro, onde deveria ser tomada a decisão de confiscar a embarcação ou não.

Ao brigadeiro José da Silva Pais, uma embarcação ligeira havia sido enviada na frente, dando ordens para que este preparasse embarcações leves que poderiam transitar facilmente pelo Rio da Prata e preparar mais seis barcos grandes para a guerra. Chegando ao Rio de Janeiro, Luiz Abreu Prego seria informado da situação de Colônia, e deveria fazer uma junta com o governador Gomes Freire de Andrada e mais capitães de mar e guerra dos outros navios para saber o que executar a seguir.

Caso Colônia estivesse ainda estivesse sitiada, o seu socorro deveria ser prioridade, e aos navios espanhóis no Rio da Prata deveria agir com toda hostilidade possível, destruindo-os. Minguando as forças navais espanholas, deveria então partir a esquadra para sitiar Montevideú, tentando expulsar os espanhóis e tornar a praça portuguesa, devendo Gomes Freire dar as condições para o seu sustento, deixando-a pronta a resistir a qualquer invasão. As ordens também dão conta da necessidade de povoamento da “Baía do Rio de São Pedro”, instruindo então, sua fortificação na margem sul, que servisse de proteção do porto e amparo para os povoadores que fosse ali se estabelecer. No entanto, se ao chegar ao Rio de Janeiro, e houvesse notícia do fim das hostilidades e a restituição completa dos danos causados pelos espanhóis, não deveria o capitão de mar e guerra tentar qualquer coisa contra os castelhanos, exceto a expedição do Rio Grande de São Pedro. Por outro lado, caso o conflito tivesse terminado, mas não houvesse restituição por parte dos espanhóis, deveria seguir o comandante com as ditas ordens, executando tudo o que tinha sido ordenado<sup>146</sup>.

Durante a viagem era constante a preocupação do comandante com relação aos preceitos religiosos, assim como entre os demais países católicos, tanto que

---

<sup>146</sup> Instruções que deve seguir o Snr. Coronel do Mar Luiz Abreu Prego na expedição a que vai por ordem de S. Majestade. In: Revista do IHGRS, 1948, nº 109-112, p. 6-10

observamos que até na menor embarcação era necessário um capelão<sup>147</sup>. No dia 14, a vista das Ilhas Canárias, mandou o coronel comandante que todos fossem obrigados a se confessar dentro de 40 dias, “o que se executou prontamente”.

Durante a viagem o coronel comandante fazia com que toda a guarnição de exercitasse, onde “se faziam exercícios de fogo, e atirar ao alvo”<sup>148</sup>. A aplicação de treinamento servia para passar o tempo dos militares, já que muitos destes não trabalhavam nas embarcações e ficavam ociosos a maior parte do tempo. Os exercícios serviam para movimentar os corpos e em manejar as armas, sendo feitos treinamentos com espadas, mosquetes e lanças<sup>149</sup>. Em viagens que poderiam durar meses, o exercício dos militares era de grande importância, não só pelo preparo que este acarretava, mas também como ferramenta disciplinar em um cotidiano vivido em um espaço tão pequeno como um navio.

Notadamente, nem só de deveres era o cotidiano nas embarcações, pois também havia “jogos, danças e festas, formas de passar o tempo e disfarçar o trabalho”<sup>150</sup>. Essa prática era comum entre os oficiais portugueses, que diante de um cotidiano de disciplina rígida, imposta pela vida no mar, davam espaços para a necessidade de extravasar as tensões a bordo utilizando as festas a seu favor, obtendo assim, o controle sobre os subordinados<sup>151</sup>.

Juntamente com os relatos de festas também houveram os primeiros relatos de fome, doença e morte nas embarcações ao passarem pela linha do Equador. No dia 25 de abril o comandante da nau Lampadoza remeteu uma carta a Luiz Abreu Prego informando “achar-se aquela Nau com muita doença, e sem galinhas para os enfermos”. Logo mandou o comandante cinquenta galinhas e algumas camas, além do cirurgião da sua embarcação “por ser homem mais prático nas doenças da linha”.<sup>152</sup> Basicamente, essas doenças se davam por causa do grande calor presente na região da linha do Equador, somado à desidratação dos embarcados por causa do racionamento, ou mesmo, mal estado das águas de beber do navio,

---

<sup>147</sup> MERRIEN, Jean. op. cit. p. 125-128

<sup>148</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 8v.

<sup>149</sup> MERRIEN, Jean. op. cit. p. 244.

<sup>150</sup> Ibidem. p. 244.

<sup>151</sup> PESTANA, Fábio. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos Descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 109-111.

<sup>152</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit. f. 9

causando febres e até mesmo alucinações<sup>153</sup>. Além disso, é comum nessa faixa do oceano muitos dias de calmaria, como as embarcações referidas sofreram, assinaladas pela presença de “muito tubarão, clara indicação [de] muita calma”. Segundo o cronista da frota, estas doenças “não têm remédio se não fora da linha, por serem causadas de grande calor”. Somente do dia 6 de maio foram aparecer os ventos que acabaram com a calmaria e o socorro pode seguir viagem.<sup>154</sup>

Nesse mesmo dia, zarparam de Lisboa a Fragata Nossa Senhora da Esperança e a Nossa Senhora das Ondas. A primeira tinha como primeiro comandante José Gonçalves Lage e Henrique Manuel Padilha como segundo. Padilha foi o autor de uma das relações sobre a atuação da esquadra portuguesa no Prata que será utilizada nesse trabalho. Porém seus relatos tratam apenas dos conflitos no Prata e não dão conta da viagem que se fez até ele. Como dito pelas ordens reais, essas embarcações inicialmente deveriam se destinar à Bahia, no entanto, na altura da Ilha da Madeira, novas ordens reais foram abertas nas quais ordenava: “que a toda a força de vela seguissemos viagem para o Rio de Janeiro à ordem do General Gomes Freire de Andrade e que em tudo seguissemos o que ele nos desse”.<sup>155</sup>

Voltando à frota de Luiz de Abreu Prego, durante a travessia do Atlântico, este organizou uma festa religiosa em louvor a Santa Tereza, em que a tripulação foi se preparando do dia 11 a 14 quando enfim se comemorou, onde foi aberta a patente do sargento mor André Ribeiro Coutinho, fazendo-o Mestre de Campo da Infantaria, e com muito aplauso:

“...se competiram várias loas<sup>156</sup> e entremeses, com figuras ricamente vestidas por se acharem na nau algumas senhoras que iam de passagem para o Rio de Janeiro, as quais concorrerão com todo o preciso, para o tal festim, a que também assistiram. Logo que entraram à dita festa saíram três figuras, as quais vinham deitando uma loa em louvor da gloriosa Santa Teresa, pela grande fé que o coronel tinha com

<sup>153</sup> MERRIEN, Jean. Op. Cit. pp. 20.

<sup>154</sup> “Diário de viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f, 9.

<sup>155</sup> PADILHA, Manuel de Miranda. “Relação da Campanha do Rio da Prata”. In: Revista do IHGRS. Porto Alegre, 1945, n. 99, p. 54.

<sup>156</sup> A expressão “Loa” deriva-se da palavra latina *Lous*, que quer dizer Louvor... Cf. Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 5, 1721

a dita Santa, a quem era muito devoto... Estes se principiaram logo que se acabou a dita loa, os quais se não escrevem aqui porque esta não passe de divertimento [e] enfado e acabados eles se principiarão novas danças as quais se faziam mais vistosas compostas com o sereno da noite. Acabou-se este festim pelas duas horas da madrugada que as ditas se recolheram a descansar os que até ali vigiavam”.<sup>157</sup>

Para o historiador Fábio Pestana Ramos as comemorações religiosas tinham como objetivo apaziguar os ânimos da tripulação, canalizando as atenções na vida espiritual a fim de exercer um maior controle social entre os embarcados. Além disso, também tinha a função de entrosar os participantes, assim como, “comemorar um dia santificado era uma tentativa de domar as forças da natureza”<sup>158</sup> Para a mentalidade da época, onde no imaginário naval lusitano, em que uma tempestade pode acabar em uma tragédia, a proteção divina era uma garantia de sobrevivência em alto mar. Dessa forma, os dias santos eram constantemente comemorados, com a maior solenidade possível, como a comemoração do dia de Santa Rita, onde “com missa cantada, e toda a mais solenidade que podia o lugar e permitiam a devoção dos devotos, pois mereceram que por intercessão da dita santa nos achamos”.<sup>159</sup>

Chegaram na altura do Rio de Janeiro no dia 25 e aportaram no dia 28 de maio. Logo Luiz Abreu Prego entrou em contato com o governador Gomes Freire de Andrada e o brigadeiro José da Silva Paes. No dia 9 de junho se fez uma junta com todas as autoridades onde leram-se as demais ordens reais. Essas ordens davam a hierarquia das operações ao governador Gomes Freire, ao brigadeiro José da Silva Paes as operações terrestres e a Luiz de Abreu Prego as navais<sup>160</sup>.

As instruções do brigadeiro, assim como as de Prego, eram extremamente minuciosas, levando em consideração as várias conjunturas que poderiam se seguir. Primeiramente tornava Silva Paes regulador das atividades no Prata, devendo ele levar suas ordens ao comandante de mar e guerra para que fossem as suas instruções. No entanto, ordena que todas as suas ações deveriam passar por uma junta. Instrui que todas as embarcações que vão para o Prata tivessem provimentos

<sup>157</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 9v. 15.

<sup>158</sup> PESTANA, Fábio. op. cit. p. 109.

<sup>159</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 15.

<sup>160</sup> Cartas régias para Gomes freire de Andrada, Luís de Abreu Prego, José da Silva Paes, etc. Ofícios, cartas e instruções.) In: Revista do IHGRS, 1948, nº 109-112, p. 4-6



para até quatro meses, e que sabendo das dificuldades enfrentadas pelo Rio de Janeiro por causa dos envios posteriores que fizesse, então, o provimento das naus nas vilas do sul. Sobre Montevidéu, as instruções reais ordenavam que o brigadeiro entrasse em consenso com os integrantes da junta sobre a melhor forma de invadir a fortaleza, se escalando ou abrindo brecha na muralha e a tomando de ataque. Invadida a praça e vendo ser possível sua fortificação, deveria reedificar com o material mais resistente que tiver. Caso não fosse possível a manutenção da fortaleza então deveria o brigadeiro destruí-la e utilizar as pedras para entupir o porto para não ser usado pelos espanhóis no futuro.

O governo da praça, caso fosse possível sua fortificação, deveria ficar com André Ribeiro Coutinho, que deveria contar com guarnições de oficiais e soldados para sua defesa. As ordens reais também instruíam a formação de um regimento de dragões em Montevidéu com soldados capazes de montar, pois sem cavalaria “não pode fornecer a praça com abundância, nem dela parte alguma da campanha”. Terminada a campanha em Montevidéu deveria o brigadeiro passar à Colônia do Sacramento para tirar uma planta das novas fortificações que deveriam ser feitas nela. Feito tudo isso, deveria examinar a ilha de Maldonado para também fortifica-la, e de lá passar a boca do Rio de São Pedro, para também fortifica-la na margem sul, com o auxílio de embarcações pequenas devido à dificuldade de navegação na barra. As instruções também informam a existência de gêneros enviados no socorro para a negociação com os índios minuanos. Alertava ainda as atividades de Cristóvão Pereira de Abreu que já havia começado a introduzir cavalcadas na boca do Rio Grande de São Pedro para a futura fortificação. Assim que esta estivesse pronta, o rei se comprometia a enviar colonos das ilhas para povoamento<sup>161</sup>.

Do dia da chegada até o dia 11 de junho não foi permitido o desembarque da tripulação, provavelmente por medo de que os soldados desertassem. Nesse mesmo dia as tropas desembarcaram na Ilha das Cobras para se exercitassem com seus comandantes e com as tropas locais que foram somadas ao socorro. Fez-se então “um rigoroso exercício de fogo, com avançadas à fortaleza, que parecia o maior furor da guerra. Saíram feridas algumas pessoas, entre as ditas o capitão de mar e guerra André Gonçalves Nogueira e acabou-se pelas 6 horas da tarde”. No

---

<sup>161</sup> Ordem que deve seguir o Sr. Brigadeiro José da Silva Paes na expedição que vai por ordem de S. Maj. In: *RIHGRS*, 1948, nº 109-112, pp. 10-12.

dia 13 também se repetiu o mesmo exercício, em que “o General deu ordem que esta fosse a que avançasse, a assim se formaram fora da fortaleza prontos com escadas e granadas, e todos os mais artifícios de guerra e artilharia, a certo sinal avançaram à Praça por três partes e a renderam”.<sup>162</sup> Esses exercícios tinham como objetivo treinamento para atacar e tomar uma fortaleza, nesse caso, provavelmente Montevidéu, como era a ordem do soberano português.

O conhecimento de que a frota tinha como rumo o Rio da Prata era velado somente aos oficiais. Ao chegar ao Rio de Janeiro começou a correr o rumor entre os tripulantes sobre esse destino que era corroborado por toda a preparação para a guerra, apesar do esforço das autoridades em evitá-lo. “Com esta notícia desertaram alguns soldados, ainda que alguns apareceram e foram castigados”, pois estes não queriam ir para o “inferno do Rio da Prata”. Diante disso, novamente as autoridades suspenderam o direito de desembarcar<sup>163</sup>. O autor do diário não dá a entender o motivo do medo da tripulação, se é temor pela guerra ou pelas dificuldades de navegação, no entanto as duas razões devem ter pesado, pois vinham os embarcados enganados pensando que a esquadra viria só até o Rio de Janeiro, pois o socorro sempre foi mantido em segredo para que os espanhóis não soubessem dos reforços portugueses vindos da metrópole. Até quem não era militar tentou escapar da frota:

“No dia 22 tendo fugido dois grumetes desta Nau mandaram buscar o seu fato por um caixeiro de uma loja, o qual trazia uma carta para um irmão dos ditos, o qual veio até a mão do coronel comandante, e certificado mandou prender o caixeiro, e assim apareceram logo os ditos moços.”<sup>164</sup>

Aos 24 de junho, quando as embarcações se preparavam para zarpar, apareceu na boca da barra a Nau N. Senhora da Esperança, que havia partido em 6 de maio de Lisboa como referido anteriormente. Sobre a Nau N. Senhora das Ondas, davam notícia de que ela havia partido em companhia da frota da Bahia. Embarcaram naquela noite mais 120 soldados e 30 índios.<sup>165</sup>

Partiu do Rio de Janeiro a frota composta pelas mesmas três embarcações que vinham da metrópole, somadas uma galera com o nome de Sant’Anna, o

<sup>162</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit. f. 17.

<sup>163</sup> Idem. f. 17v

<sup>164</sup> Idem. f. 17v.

<sup>165</sup> Idem. f. 18.

bergantim N. S. da Piedade (chamada de bichacadella), uma balandra e mais duas sumacas. Todas conduzindo aproximadamente 600 homens de desembarque.<sup>166</sup>

No dia 25 de junho, na pior época possível para a navegação nos mares do sul, partiu a esquadra com destino à ilha de Santa Catarina. Logo no terceiro dia de viagem experimentaram mares com mau tempo, que culminou num temporal que causou grande trabalho para a tripulação. Em 5 de julho chegaram a Santa Catarina, onde encontraram Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que recebeu ordens para reunir pessoas em Laguna e preparar a chegada do brigadeiro José da Silva Paes na margem sul do canal de Rio Grande, onde devia prover os meios necessários para o estabelecimento da fortificação que seria construída quando a expedição voltasse do Prata. Cristóvão Pereira era um ótimo prático na campanha, e por isso era uma peça chave nos novos intentos portugueses na região, já que estabelecia conexões com os indígenas, os castelhanos, a Colônia do Sacramento e as Minas através de seus negócios. Portanto, ele era a pessoa mais indicada para a tarefa de arrebanhar o gado para a alimentação das tropas, tratar com os indígenas que ali podiam estar e preparar o terreno para a nova povoação<sup>167</sup>.

Em Santa Catarina a esquadra se carregou de mantimentos para seguir viagem e fizeram novos exercícios com os soldados. Há um relato sobre um desentendimento entre um marinheiro e um soldado, no qual o primeiro foi punido por ter esfaqueado o militar<sup>168</sup>.

Devido ao mal tempo durante o percurso, duas sumacas com homens e mantimentos se perderam da esquadra, sendo que uma voltou para o Rio de Janeiro, e a outra só foi encontrada muito mais tarde no Rio da Prata. A demora da frota na ilha de Santa Catarina deveu-se primeiramente à espera de Silva Paes por Cristóvão Pereira de Abreu, que ainda não havia chegado. Teve a frota de esperar as duas sumacas desaparecidas, além de carregar de mantimentos para a viagem ao Prata. Vendo que não havia mais tempo para esperar, decidiram partir no dia 20, o que não foi possível devido ao mal tempo. Por sorte, no dia 21 chegou a galera

---

<sup>166</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. op. cit. pp. 263.

<sup>167</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: Os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 109-129.

<sup>168</sup> "Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego..." op. cit., f. 21.v

Corta Nabos, que vinha com 250 homens destinados a tomar Montevideú sob as ordens do brigadeiro. Essa embarcação vinha completamente esgotada de mantimentos e foi preciso mais alguns dias para o seu abastecimento.<sup>169</sup>

No dia 28 a esquadra tentou levantar vela, mas novamente foi impedida por uma forte trovoada. Buscando proteção para os perigos que vinham adiante:

“em 29 atendendo o Coronel Comandante a prolongada viagem a que se expunha e os inumeráveis perigos a que todos íamos expostos, movidos do zelo e salvação das almas, e que na companhia iriam muitos que só por força se conduziram delas mandou que sofrera de ásperos castigos, se confessassem toda a pessoa dentro em o termo de dez dias, ou fosse deste ou daquele sexo, para o que mandou botar um bando ao som de caixas, e depois de publicado, o mandou pregar no mastro grande, e as embarcações miúdas que a sua impossibilidade, lhe não permitia trazerem capelão lhe mandou os da esquadra para fazerem o tal efeito.”<sup>170</sup>

Em 1º de agosto a esquadra deixou a ilha de Santa Catarina e rumou para o Rio da Prata com os três navios principais, uma galera, um navio mercante, um iate, dois bergantins e uma balandra. Já no terceiro dia enfrentaram novo temporal, tão rigoroso “que nos vimos assoberbados dos mares e toda a noite com um grande trabalho fazendo sinais às mais embarcações da conserva e pela manhã nos achamos sós”.<sup>171</sup> Ficou a embarcação estagnada, à espera das outras naus até o dia 5, quando se tornou a ver toda a conserva. No dia 7, a frota encontrou uma embarcação que vinha de Colônia com destino à Bahia, relatando o péssimo estado em que se encontrava a praça, pois “havia lá muita doença e morria muita gente e a maior parte de fome”.<sup>172</sup>

Outro temporal arrebatou a esquadra no dia 10 de agosto. Este, por sua vez, era o mais forte que tinham enfrentado até então, além de ser de vento contrário. A tempestade era tanta que:

“...não seguindo mais rumo que aquele que a necessidade lhe mostrava a capitânia foi sempre resistindo os mares ainda que estes eram tão grandes que afogavam a nau, enchendo as cobertas todas de água, que andava a gente nadando nelas, perdendo totalmente a

<sup>169</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. Op. Cit. pp.264-265.

<sup>170</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 22.

<sup>171</sup> Idem, f. 24.

<sup>172</sup> Idem, f. 24v.

esperança de vida e só recorrendo à divina misericórdia, pois naquele tempo era a que nos podia valer”.<sup>173</sup>

A força do temporal foi tamanha que logo a conserva se perdeu das outras naus, além dos vários estragos e ferimentos dos marinheiros, inclusive sendo relatada a perda de uma vaca que estava no porão do navio. A tormenta foi tão forte que encharcou as roupas “dos miseráveis navegantes que nem uma camisa achavam capaz de vestir e muito fato perdido que não se tornou a ter uso”<sup>174</sup>.

A presença de animais vivos nas viagens marítimas, servia para garantir a presença de alimento fresco, no entanto, brindavam os tripulantes com muito esterco e urina, o que contribuía ainda mais para agravar o problema da higiene e por sua vez o aumento das doenças a bordo. O embarque de animais de grande porte não era recomendado, pois além da grande quantidade de espaço que ocupavam, consumiam muita água e viveres, além de deixar o ambiente mais insalubre<sup>175</sup>.

Não bastasse o último temporal, que causou grande cansaço na tripulação, outro ainda mais forte sobreveio no dia 14, tanto que surpreendeu André Ribeiro Coutinho, “experimentado nas carreiras da Índia, tendo passado tantas vezes o tormentoso Cabo da Boa Esperança, dizia não tinha visto ainda tão grandes mares, pois se levantavam pirâmides tão altas que parecia submergiam a nau”.<sup>176</sup> Surpresos com tamanha violência dos mares desde que tinham saído de Santa Catarina, a capitania percebeu que vinha 2 graus fora de sua rota, e não encontrava bom parte de sua conserva, o que, segundo John Keegan era comum. Diz ele que:

“As frotas de veleiros, operando exclusivamente por comunicação visual, têm grande dificuldade de se acharem em alto-mar. Mesmo com uma cadeia de fragatas, a ligação visual entre elas era de no máximo trinta quilômetros; muitas frotas se perdiam com grande facilidade”.<sup>177</sup>

Não bastasse isso, o reconhecimento das embarcações também era muito difícil, pois a forma de construção era muito semelhante, isto se não fossem construídas no mesmo porto, pois nessa época a Holanda vendia seus navios para

---

<sup>173</sup> Idem, f. 25.

<sup>174</sup> Idem, f. 26.

<sup>175</sup> PESTANA, Fábio. op. cit. p. 95.

<sup>176</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 26.v

<sup>177</sup> KEEGAN, John. op. cit. p. 97-98.

as várias nações europeias. Além disso, havia vários navios que eram tomados pelos inimigos, tornando impossível o reconhecimento sem que fosse de muito perto. Portanto, a bordo de navios praticamente iguais uma das poucas formas de reconhecimento eram as bandeiras, que por vezes, não eram mastreadas a fim de esconder sua nacionalidade de um possível inimigo<sup>178</sup>.

Isso veio a acontecer no primeiro combate com o inimigo no dia 20 de agosto, quando foram avistadas duas velas e a frota foi ao seu encontro com esperança de serem as outras naus da conserva que se achavam perdidas. Pôs a capitânia a bandeira para a sua identificação, o mesmo fez as duas naus, assim reconhecendo serem embarcações espanholas que seguiam o mesmo curso. O comandante ordenou então que se dessem os preparativos para o combate, “o qual com esta certeza sem mais demora, mandou tocar caixas e viragem aos seus postos, os quais logo pelo Coronel Comandante foram distribuídos”.

A batalha resultou num bombardeio tão intenso que resultou na morte de vários animais apenas com o estrondo da artilharia, destruição de vários componentes das naus, e “até aos santos chegou esta perda pois uma bala levou a cabeça do Santo Antônio”. Não houve nenhum falecimento, porém muitos ficaram feridos, inclusive o comandante Luís de Abreu Prego, porém “disfarçou por ver o motim que a gente fazia, considerando seu comandante morto”, o que lhe valeu uma reclamação por parte do brigadeiro José da Silva Paes, que questionava sua atitude de ficar a “peito descoberto” no convés sendo ele comandante, ao qual lhe respondeu “que em semelhantes ocasiões não se devia estimar a vida, quando se esperava ganhar a honra”<sup>179</sup>, causando talvez aí o princípio de uma desavença entre os dois, o que viria a se repetir ao longo da campanha. À noite, aproveitando-se da escuridão, os navios espanhóis bateram em fuga. Seguiu então a esquadra portuguesa rumo a Montevideu.

No dia 26 a capitânia avistou pela proa quatro embarcações, deixando os comandantes com esperanças de que fossem as naus que estavam perdidas desde o grande temporal. No entanto logo se ouviu barulho de artilharia e percebeu-se que na verdade eram as duas naus castelhanas do combate anterior batendo com outras

---

<sup>178</sup> MERRIEN, Jean. op. cit. p. 14-16.

<sup>179</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 25 - 29v.

duas portuguesas, a Lampadosa, única que combatia, junto com a Corta Nabos. Imediatamente foi ao encontro delas o comandante, e assim que chegou para o combate as embarcações espanholas partiram em disparada, aproveitando o bom vento que tinham<sup>180</sup>.

Vendo a derrota que sofriam as naus castelhanas, estas se retiraram do combate protegendo-se em um “baixo chamado o do inglês, por onde a nossa nau não podia navegar por mais possante e as suas suposto eram quase da mesma força”<sup>181</sup>. Esse tipo de problema afetou muito a mobilidade naval portuguesa, pois, apesar da largura do estuário do Prata ele é pouco profundo, com diversos bancos de areia que deixavam sua navegação era perigosíssima, sendo obrigatório a quem quisesse ter o domínio sobre as águas dali contar com bons práticos, além de embarcações de pouca tonelagem e baixo calado<sup>182</sup>.

Chegando ao Rio da Prata, os maiores problemas enfrentados pela tripulação que chegava em socorro seriam logísticos. As dificuldades de navegação pela geografia do rio, as fortes tempestades que não cessavam, a falta de víveres e água, as doenças nas embarcações, tudo isso somado a desentendimentos entre os comandantes do socorro, tendo como uma espécie de árbitro dessas situações Gomes Freire de Andrada que se encontrava no Rio de Janeiro a léguas de distância, dificultariam bastante o cumprimento das ordens do rei português<sup>183</sup>.

A falta de água nas embarcações foi um problema constante gravíssimo na campanha do Prata. Apesar da confirmação dos práticos de que a água armazenada na ilha de Santa Catarina era suficiente para a empresa, observou-se o contrário. Na época não existiam meios de conservação nem de comida, nem de água eficientes. Conservada em tonéis de madeira nos porões, em dois dias já estavam estragadas, quentes e fedorentas, além do manuseio que contaminava o líquido, tornando-o responsável por muitas das doenças a bordo<sup>184</sup>. Para remediar esse problema o coronel comandante pedia constantemente para que os marinheiros fossem buscar água em terra, porém não tardou para os espanhóis se alertarem e reprimissem a

---

<sup>180</sup> Ibidem. f 30-30v.

<sup>181</sup> Ibidem. f. 29v.

<sup>182</sup> POSSAMAI, Paulo César. op. cit. p. 104.

<sup>183</sup> BARRETO, Abeillard. op. cit. p.16.

<sup>184</sup> PESTANA. Fábio Pestana. op. cit. p. 98.

tentativa. Mandou então o coronel que as pessoas fossem escoltadas por militares, no entanto:

“...mandou ajuntar a gente toda para cobrir a que estava fazendo água e, a pouco tempo, apareceram toda a campanha coberta de cavalaria, vendo o coronel Comandante o risco em que a sua gente estava, e o desigual partido que ia de quarenta homens de pé e mais de duzentos de cavalo fez logo sinal para se retirarem e como a maré estava cheia embarcaram nas lanchas com água pelo pescoço e por baixo de nuvens de balas deixando, ainda na praia duas barricadas cheias de água da nau Lampadoza e dizem que por culpa do patrão que governava a lancha, assim nos ficou vedada água e terra que nunca mais podemos ir fazê-la, porque os espanhóis se fizeram ali fortes e, vendo o coronel comandante que não tinha água e que só a faria de baixo do fogo da artilharia e esta não podia lá chegar por ficarem as naus longe mandou abrir na ilha algumas cacimbas de que nos íamos remediando.”<sup>185</sup>

Algumas vezes corria alguma água doce no rio, o que remediava a tripulação. No entanto, essa água não era de qualidade, piorando ainda mais a situação das doenças nas naus. Estas que abundavam causando grande desespero tanto à tripulação quanto aos comandantes. Essas doenças se generalizavam pelas péssimas condições de higiene, pouca alimentação, baixa qualidade da água, tudo isso somado às condições climáticas, que mesmo no verão causavam imenso transtorno, pois era no Rio da Prata “seis meses de inverno e seis de inferno, pois no verão são as trovoadas contínuas e no inverno nunca cessam os temporais”.<sup>186</sup>

São vários os relatos de doenças presentes na campanha, onde até o navio Corta Nabos foi feio de hospital improvisado diante da quantidade de doentes<sup>187</sup>. No dia 5 de outubro de 1736, este mesmo navio foi assolado por outra tempestade quando:

“agarrando pelo rio abaixo até o perdemos de vista e como o dito se visse em cima da terra, largou as âncoras e se fez à vela para o mar largo, até que passou a tormenta que durou cinco dias, e no cabo deles se valeu do iate S. João Batista para lhe dar gente para suspender as âncoras, que a sua se achava toda doente e no porto de Maldonado tinha lançado ao mar vinte e tantos mortos, cujos corpos achamos na praia, quando ali aportamos no mês de Janeiro.”<sup>188</sup>

<sup>185</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 57v.

<sup>186</sup> Idem. f. 50v.

<sup>187</sup> Idem. f. 38.

<sup>188</sup> Idem. f. 40 – 40v.



Aproveitando que algumas naus iam para o Rio de Janeiro, os doentes eram para lá despachados, na tentativa de ainda se salvarem, pois no Rio da Prata não havia remédios nem dietas para os socorrer. A quantidade de doentes assustava, assim como a rapidez com que vinham a óbito como demonstra esse trecho, que revela as péssimas condições a que foram submetidas as tripulações:

“No dia quatorze tornou o nosso bordo o escaler da nau Lampadoza buscar o cirurgião para ver um Capitão de infantaria que se achava grandemente enfermo tornou o cirurgião no mesmo dia para bordo e deu parte que aquela fragata se achava com sessenta e tanto doentes e o maior mal que tinham era fome e o contínuo trabalho que todos os dias exprementavam todos os dias a capitânia, se achava também a este tempo com cento e tantos padecendo também os mesmos achaques, pois cada dia adoeciam dez e doze e doenças que logo malignavam cauza porque muitos duravam muito poucos dias e as vezes não chegavam a receber os sacramentos cauza porque o Coronel Comandante dali em diante usada[?] assim que via que algum se queixava, o mandava logo confessar, estes se curavam com os mesmo mantimentos, que lhe cauzavam as doenças que era o feijão podre, peixe e carne corrupta e quando muito se valiam de algum caldo de farinha aos mais nesceitados, usava o Coronel Comandante mandar dar uma galinha de algumas com que ainda se achava para os ir alimentando e isto se pode querer deu a vida a muitos, por que d’EL REY as não havia, ainda que algumas iam do Rio de Janeiro, mas quando as embarcações lá chegavam iam todas mortas e algumas se compravam a quem as levava, a quatro mil réis e a quatro mil e oitocentos, que isto era a maior guerra”.<sup>189</sup>

Os doentes e mortos eram tantos que escasseava de gente para trabalhar nas naus, piorando ainda mais a situação do socorro.

Além outras doenças, a que mais afetava aos marinheiros e soldados das embarcações era o escorbuto. Enfermidade provocada pela falta de vitamina C, que era chamado na época mal das gengivas, por causa do inchaço da gengiva, perda dos dentes, inchaço e dores nas pernas”<sup>190</sup>, assim como relatava nosso narrador dizendo que...

“...quarenta e dois doentes que ficaram em terra, os quais depois de tantos trabalhos foram acabar a vida naquela ilha, com um maldito mal contagioso, chamado escurbutico [sic], que lhe dava pelas pernas e, em chegando ao coração morriam falando uns com outros; também lhe dava pela boca que apodreciam as gimgibes [sic], e

<sup>189</sup> Idem. f. 46.

<sup>190</sup> PESTANA, Fábio. op. cit. p. 97.

caiam os dentes, muitos levamos ainda destes para o Rio da Prata, dos quais em outro lugar falaremos.”<sup>191</sup>

Sem o conhecimento sobre o que se tratava a doença se dava a causa por vários motivos no imaginário dos navegantes. Alguns achavam que era por preguiça, porque ocorria principalmente entre os soldados que, sem saber manusear um navio, ficavam deitados a maior parte do tempo, ao contrário dos marinheiros que estavam sempre em atividade. Outros acreditavam que era por falta de roupas e louça limpas. Só mais tarde descobriu-se que era uma vitaminose, passando então as embarcações a carregarem laranjas para remediar a situação<sup>192</sup>. A fome e o desespero por vezes poderiam salvar o tripulante desse mal, pois o consumo de ratos, que é um dos poucos animais que sintetizam a vitamina C a partir dos alimentos que consomem ironicamente livravam o tripulante sem que ele soubesse.<sup>193</sup>

As operações da frota que veio da metrópole no Rio da Prata duraram quase um ano, sendo a força dissolvida em abril de 1737 com o recebimento da notícia da assinatura do armistício que pôs fim às hostilidades entre as duas coroas no rio. Essas operações, assim como outros aspectos do cotidiano dos militares serão melhor analisadas no capítulo seguinte.

### **2.3 Navegação no estuário do Prata.**

Muito já se disse aqui sobre as dificuldades de navegação no Rio da Prata. Para prosseguirmos analisando as operações militares no conflito que mobilizou grandes forças navais de ambas as coroas, se faz necessária uma maior explanação sobre as particularidades do rio. Através disso poderemos compreender melhor diversas facetas do conflito, as decisões tomadas pelos comandantes, as dificuldades das manobras navais, até o cotidiano dos militares que sofreram com o clima impetuoso da região. Não pretendemos aqui fazer uma densa descrição geográfica, mas sim analisarmos algumas particularidades descritas por historiadores e pessoas que ali estiveram.

---

<sup>191</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 66v.

<sup>192</sup> MERRIEN, Jean. op. cit. p. 227 – 229.

<sup>193</sup> PESTANA, Fábio. op. cit. p. 98.

O Rio da Prata na verdade é um estuário, onde desembocam diversos outros rios que servem para a navegação para o interior na América. Tem o comprimento de aproximadamente 350 km, e sua largura máxima vai até 180 km na altura de Punta del Leste e Punta Rasa. Apesar na imensidão do estuário, ele é pouco profundo, devido aos diversos detritos vindos dos afluentes, formando diversos bancos de areia, tornando-o assim muito perigoso para a navegação. Diante dessas características, a navegação do rio exigia a utilização de embarcações de pequena tonelagem e baixo calado, adaptadas à navegação de pouca profundidade. Além disso, era imprescindível o emprego de práticos que conhecessem o rio e soubessem a localização dos canais que levavam aos portos do estuário.<sup>194</sup>

As dificuldades de navegação foram bastantes sentidas pelos comandantes envolvidos nas operações. Em uma das primeiras cartas escritas pelo Coronel Luís de Abreu Prego dando notícias a Gomes Freire de Andrada sobre a situação da esquadra dizia:

“...é preciso dizer a V. Ex. que dentro deste canal se não pode fazer tudo quanto se deseja porque numas partes há pouco fundo para estas naus, e atença [sic] lodo solto quando há vento, é preciso ariar vergas e mastaréus para baixo para a nau se ter mão; e quem vem pelo rio acima ou abaixo vem com ventos rijos e lhe não faz mal e acha as naus os mastaréus em baixo; estes incômodos todos tem eles ;...”<sup>195</sup>

Luís de Abreu Prego sofreu devido às dificuldades de navegação, sendo diversas vezes acusado de inércia pelos outros comandantes. As embarcações das quais dispunha eram grandes demais, e necessitavam de um calado bem menor.

Durante o conflito os bancos de areia configuravam duas passagens, pois estes estavam centralizados no estuário, permitindo então uma passagem norte e outra ao sul. A do norte tinha maior profundidade, além de ser onde se localizavam os interesses lusitanos. Já a passagem sul era menos profunda e por isso os práticos não recomendavam a navegação das grandes embarcações portuguesas, e as pequenas não podiam fazer frente aos navios espanhóis. Bloqueando o canal norte, ficaram os espanhóis apenas com o canal sul se refugiando na enseada de

<sup>194</sup> POSSAMAI, Paulo César. *O Cotidiano da Guerra: A Vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. op. cit. p. 103.

<sup>195</sup> Carta do Coronel Luis de Abreu Prego ao G. Gomes Freire de Andrada datada de Montevideu, Nau N. S. da Victoria, 24 de Setembro de 1736. In: *RIHGRS*, 1946, nº 104. p. 380.

Barragan. Segundo Luís de Abreu Prego “os navios espanhóis só podem passar pelo canal do sul, são navios ainda que grandes demandam muito menos água por terem mais linha batida e são próprios para este rio”.<sup>196</sup>

A enseada de Barragan era um local próximo a Buenos Aires, em San Tiago, de difícil acesso para as embarcações pois estava cercada por dois bancos de areia, deixando um estreito canal onde embarcações grandes só poderiam entrar afunilando-se. Devido a isso, foi um porto constantemente utilizado pelos espanhóis que evitavam o combate aberto com os portugueses. Devido a isso, diversos planos para atacar e desalojar as embarcações espanholas foram feitos pelos comandantes na tentativa de ter o completo domínio naval sobre as águas do Prata, mas todos não foram recomendados pelos práticos. Uma vez dentro da enseada, os navios espanhóis viravam suas baterias para o estreito canal de entrada, dificultando qualquer tentativa de combate.

A navegação do Prata era feita através de pontos visíveis pelos quais se guiavam os práticos. Dito isso, era extremamente desaconselhável a navegação a noite. No entanto, como vimos anteriormente, o inglês naturalizado Guilherme Kelly ousou navegar a noite para fugir do cerco espanhol, o que garantiu a chegada das cartas de Antônio Pedro de Vasconcelos para os oficiais portugueses no Rio de Janeiro. Vale salientar que o inglês era conhecido por ser um “grande prático da costa e baixos do Prata”, e teve função elementar no desenrolar dos acontecimentos, sendo-lhe concedido até uma carta de corso para apresiar as embarcações espanholas que transitavam no Prata.<sup>197</sup>

O governador Antônio Pedro Vasconcelos já havia se queixado de embarcações que insistiam em navegar a noite no Rio da Prata. No ano de 1726 uma charrua que ia carregada de farinha para o Rio de Janeiro encalhou em um banco de areia perto da Ilha dos Lobos. Segundo Vasconcelos o incidente ocorreu devido à

“ignorância do prático, e pouca atividade dos oficiais pois foram buscar o perigo depois de haverem visto a ilha dos lobos, e passaram entre ela, e a terra, e navegação pelo rumo direto da perdição velejando de noite, onde o perigo é certo porque não há

---

<sup>196</sup> Ibidem. p. 381.

<sup>197</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. op. cit. pp. 236.

prático neste rio, e tendo-se perdido quatro embarcações depois deste nosso último estabelecimento por navegarem de noite...”<sup>198</sup>

Diante do desastre que era a navegação noturna, Vasconcelos na mesma carta pede ao vice-rei para que...

“...ordenando que daqui em diante os comprometimentos que assinarem os mestres de todas as embarcações que saírem dos portos do Brasil para este, declarem a condição que depois de entrarem no Rio da Prata tendo avistado a ilha dos Lobos, darão fundo antes da noite, e durante ela se não navegará salvo algum temporal o não permitir. Seguro a V. Ex. que só com esta circunstância se pode prevenir, não haver risco, porque este rio é uma mar sem água, e o prático só de dia pode acertar.”<sup>199</sup>

O pedido de Vasconcelos foi atendido no ano de 1728, quando o governador do Rio de Janeiro obrigou a todos os capitães dos navios que iam ao porto de Colônia a assinar um documentos em que caso navegassem durante a noite no Rio da Prata deveriam pagar multa de dois mil cruzados. Para comprovar, deveriam trazer um atestado de que haviam navegado somente durante o dia na viagem de ida, e comprometendo-se a fazer o mesmo na volta<sup>200</sup>.

Além de todos esses perigos que dificultavam a navegação no rio, era comum o surgimento de ventanias repentinas, principalmente no período do inverno. As tempestades imprevistas poderiam jogar as embarcações de encontro a costa, como de fato ocorreu com a nau Esperança, que pega de surpresa por uma tempestade deu a costa e encalhou vários dias, trazendo o lamento dos integrantes da expedição porque esteve “quase perdida, e ficava aberta com água que mal se lhe podia dar vencimento”<sup>201</sup>.

Com tantas dificuldades, mesmo para práticos experimentados durante muito tempo na navegação do Prata, muitas vezes eles levavam a culpa pelos insucessos das embarcações. Como visto anteriormente, ao adentrar o Rio da Prata em meio a um combate, a esquadra de Luiz Abreu prego não pode seguir os navios espanhóis que foram pelo canal sul. Essa decisão foi tomada porque os práticos não recomendavam aquele canal para as embarcações portuguesas. Em carta de resposta de Gomes Freire de Andrada, ele questiona essa decisão dizendo:

<sup>198</sup> Vaconcelos ao vice-rei, 23 de março de 1736. In. MONTEIRO, Jonathas Costa Rego, op. Cit, vol. 2 p. 72-74.

<sup>199</sup> Ibidem. p. 72-74

<sup>200</sup> POSSAMAI, Paulo César. Op. Cit. pp. 105-106.

<sup>201</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 48v.

“Os nossos práticos, ou o não eram do canal do sul ou sem dúvida os castelhanos para o passarem seriam precisados o alojar até a artilharia das duas grossas baterias, e quando assim não fosse merecem os práticos um severo castigo pois a V. S. não estarem na infalibilidade de ser impossível entrarem as naus por aquelas partes as não esperariam pelo canal do norte.”<sup>202</sup>

Mesmo seguindo as instruções dos práticos, uma das embarcações do socorro ao fazer uma manobra “esteve três dias e meio entalado num banco e mais adiante deu em um alfaque ficando a poupa em nado e a proa donde botou uma taboa fora”. Diante disso Luiz de Abreu Prego praguejou em cara a Gomes Freire, dizendo que “tanto creio eu nos práticos como em Maomé; nada do que tem dito achei certo”<sup>203</sup>.

Todas essas dificuldades limitaram muito as operações navais no Rio da Prata. Com a esperança de desestabilizar a balança de poder naval no rio, a Coroa portuguesa apostou em embarcações com grande poderio de fogo, mas grandes demais para a mobilidade segura, o que por vezes, estagnou as frotas e criou discordâncias entre os comandantes. Como John Keegan salienta:

“...as limitações mais importantes à guerra estiveram sempre além da vontade e do poder do homem... e esses fatores – tempo, clima, estações, terreno, vegetação – sempre afetam, com frequência inibem e às vezes proíbem totalmente as operações da guerra”.<sup>204</sup>

Diante disso, podemos atestar que um dos principais inimigos dos portugueses durante o conflito foi a natureza.

---

<sup>202</sup> Carta do Governador Gomes Freire de Andrada para Luis Abreu Prego, 9/10/1736. In: *RIHGRS*. nº. 104. pp. 383-384.

<sup>203</sup> Carta de Luis de Abreu Prego ao General Gomes Freire de Andrada, 6-11-1736. In: *RIHGRS*. op. cit. pp. 368.

<sup>204</sup> KEEGAN, John. Op. Cit. pp. 94.

### **CAPÍTULO III: Comida, saúde e trabalho – o difícil cotidiano dos militares em meio à guerra.**

Com a chegada de tropas vindas de vários cantos do Brasil e também da metrópole portuguesa, idas e vindas que duraram mais de um ano, permitiram a produção de documentos preciosíssimos, que relatam os problemas diários enfrentados pelo exército expedicionário enviado à Colônia do Sacramento e das tropas que lá já residiram. Infelizmente, muitas dessas fontes são de cunho oficial, e trazem a visão e experiências dos comandantes, deixando pouco espaço para relatos feitos pelos soldados rasos, com exceção dos diários que narram os principais acontecimentos, quase que dia-a-dia, durante o cerco e nas embarcações, permitindo uma maior aproximação com o cotidiano das tropas.

Essas fontes retratam as dificuldades enfrentadas pelo exército português durante a campanha. Ao analisar quais eram esses problemas e ao separá-los uns dos outros, percebemos que eles estão majoritariamente ligados a questões de suprimento de tropas, a aspectos que diziam respeito ao estado de saúde dos militares e às condições de trabalho tanto de tropas terrestres como as navais. De diferentes autores em diferentes datas durante o conflito, a documentação aborda basicamente esses três aspectos – abastecimento, saúde e serviço – que foram continuamente relatados e debatidos entre governadores, vice-reis, Coroa, militares de alta e média patente e até por cronistas presentes no conflito. Todo esse conjunto de documentos oferece a possibilidade de vislumbrar a experiência cotidiana vivida pelas tropas mobilizada para lutar no Rio da Prata, ainda que está não tenha dado seu próprio relato. Sendo assim, o objetivo deste capítulo foi elaborar um estudo sobre as condições de vida cotidiana dos militares de baixa patente do exército português a partir desses três aspectos elencados.

Essas temáticas são obviamente bem abrangentes, o que nos permite estudar os minuciosos aspectos dentro delas. Em relação ao suprimento, este permite averiguar a alimentação das tropas, o pagamento dos soldos, o material bélico de que dispunham, fardamento e alojamento. Já no aspecto saúde, analisamos a assistência médica, doenças, ferimentos infligidos e baixas ocorridas.

Por fim, o quesito trabalho. Nele discutiremos o serviço ativo das tropas, como os confrontos, rotina, treinamento, batalhas, emboscadas, etc.

Alguns desses aspectos já foram trabalhados nos capítulos anteriores. No entanto, esta terceira parte do trabalho limita-se a análise das temáticas supracitadas durante o conflito e no local deste. Vale ressaltar que esses três aspectos se relacionam diretamente entre si, visto que a saúde das tropas depende prioritariamente do abastecimento desta, assim como as campanhas que necessitam de armamento e transporte.

### **3.1 – O sustento das tropas**

O império português quase sempre demonstrou uma certa dificuldade de abastecimento dos seus exércitos, seja por falta de recursos, de organização, condições naturais específicas ou, principalmente, por ir a pontos extremamente distantes da metrópole, como é o caso da Colônia do Sacramento, que encontrava-se praticamente isolada do mundo colonial português, sendo abastecida esporadicamente pelas capitanias brasileiras, principalmente pela do Rio de Janeiro. As obrigações básicas de alojar, alimentar e pagar os homens recrutados dificilmente era cumprida com regularidade, principalmente em pontos longínquos e próximos ao território inimigo. Poucas vezes as tropas eram supridas de tudo que era necessário, como soldo, armamento, fardas, comida. No entanto, isso não era exclusividade do império português. Na verdade, poucos foram os governos capazes de manter regularmente suas tropas abastecidas mesmo nas metrópoles, o que foi fonte de constantes desentendimentos e deserções. O caso de falta de abastecimento dos militares geralmente era agravado durante os conflitos e operações em território inimigo.

Semelhantemente aos militares dos exércitos em atividade durante o período colonial, os soldados destacados para socorrer a Colônia do Sacramento não deixaram de passar por essas dificuldades, que foram ampliadas devido ao seu caráter fronteiriço. De certa forma, todos os que foram até o Rio da Prata experimentaram com alguma intensidade a falta de alimentos que provocou a desnutrição e desespero, não somente das tropas mas também dos moradores. Tiveram, também, de tolerar a falta de fornecimento de pagamento, que, ou



chegavam meses e até anos atrasados, ou eram prometidos ao final do conflito, no regresso dos militares. Além disso, penaram com as condições de moradia, pois devido à grande quantidade tropas e a falta de espaço para alojá-las na praça, obrigou a que uma grande parte dos militares ficassem embarcados nos navios. Alguns relatos demonstram até mesmo a falta de fardamentos, estragados devido as grandes tempestades que assolavam a região.

A Colônia do Sacramento tinha um problema crônico de abastecimento, mesmo em tempos de paz. A Coroa preocupava-se em tentar gastar o mínimo possível na manutenção das colônias, o que gerava uma grande dificuldade no suprimento das tropas. Diante das reclamações dos governadores, a Coroa obrigou o governo do Rio de Janeiro a enviar mantimentos a Colônia a cada navio que para lá partisse. No entanto, essa medida não solucionou o problema, já que a ligação entre o Rio de Janeiro e Colônia do Sacramento não era regular o suficiente para garantir o fornecimento necessário. Além disso, nem todos os navios que deixam o porto do Rio cumpriam a determinação. Diante dessa dificuldade, o desenvolvimento da agricultura foi incentivado pelos governadores nos arredores de Sacramento como medida que visava diminuir a dependência das remessas do Rio de Janeiro. Outra alternativa eram as caçadas e a compra do gado chimarrão, tanto para a alimentação quanto para o comércio. Essa exploração do gado selvagem logo acabou com as manadas que viviam próximas a Sacramento, trazendo mais dificuldades ainda no suprimento das tropas habituadas ao consumo de carne.<sup>205</sup>

Como vimos anteriormente, logo que o governador de Buenos Aires, Dom Miguel de Salcedo, atravessou o Rio da Prata, ele iniciou uma marcha para sitiar a Colônia do Sacramento, “talando os campos, queimando as plantações e afugentando os colonos retardatários”<sup>206</sup>. Além disso, limitou o governador espanhol a navegação das embarcações portuguesas através de um bloqueio naval que rapidamente foi quebrado pelos primeiros socorros vindo das capitânicas brasileiras. O sítio castelhano colocou Sacramento em uma situação extremamente difícil em relação ao aprovisionamento de alimentação, pois, acusado de saber da movimentação das tropas de Buenos Aires, Antônio Pedro Vasconcelos não tomou as medidas necessárias para resistir a um cerco de longo tempo, pois não acreditava

---

<sup>205</sup> POSSAMAI. Paulo César. op. cit. pp. 159 - 164

<sup>206</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. op. cit. pp. 222.

na deflagração das hostilidades sem um motivo plausível de enfrentamento das coroas ibéricas.

No entanto, a movimentação das tropas espanholas não foi feita com sutileza, e nem os espiões portugueses deixaram de alertar as ações de Salcedo, que preparava embarcações para dominar o fluxo marítimo no Prata, tornando claro seus objetivos ao governador de Sacramento. Diante disso, pode Vasconcelos tomar medidas rápidas para prevenir um maior estrago.

Preparou as embarcações que deveriam partir para o Brasil rapidamente, e as fez zarpar dias antes da passagem das tropas castelhanas para a outra margem do Rio da Prata, dando início aos preparativos nas fortificações para os ataques espanhóis. E por fim, conseguiu avisar os lavradores que residiam nos arredores sobre o perigo iminente, e os fez abrigar-se dentro da praça. Estes “puderam recolher muita parte dos frutos que haviam celeirado em suas quintas, e algum gado mais doméstico para a duração do sítio”<sup>207</sup>.

Além dessas medidas, Vasconcelos também armou a balandra do inglês Guilherme Kelly para fazer corso aos pranchões castelhanos no Rio da Prata. Este, por sua vez, não teve muito sucesso nas investidas às embarcações espanholas, mas no retorno à Colônia do Sacramento atacou um armazém inimigo situado na ilha de Martim Garcia, fazendo um “pequeno saque de trigo, biscoito, galinhas, e surrões de sebo... dando-se com este prêmio, calor aos ânimos, que estimam mais as ocasiões pelo interesse que pela glória”<sup>208</sup>. Essas pequenas medidas permitiram aos sitiados suportar o início do longo cerco castelhano, onde, no futuro, puderam contar apenas com pequenos envios de mantimentos, com os navios de socorro que chegam em largos intervalos de tempo e pequenos saques as linhas inimigas.

O primeiro desses socorros chegou em 25 de outubro de 1735. A galera Santana vinha do Rio de Janeiro e trazia, além das respostas às suplicas de Antônio Pedro de Vasconcelos, trinta recrutas, um médico e munições. No entanto, a documentação pesquisada não informa exatamente a quantidade de materiais trazidos, nem se foram entregues alimentos para complementar o estoque feito antes do sítio.

---

<sup>207</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 73.

<sup>208</sup> Ibidem. p. 75.

Já o segundo socorro, que, como vimos anteriormente, contava com 6 navios que deveriam levar, além dos militares recrutados, mantimentos do Rio de Janeiro e das vilas do sul (Paranaguá, Cananeia e Laguna). As embarcações zarparam no dia 15 de dezembro de 1735. O socorro chegou em ótima hora, pois a poucos dias atrás, o exército espanhol havia aberto uma brecha na muralha e pedido a capitulação da praça ao governado Antônio Pedro Vasconcelos. Este reuniu todos os militares e pessoas distintas de Colônia e expôs a situação em que se encontravam a todos os presentes, alegando que a “falta de mantimento era grande”<sup>209</sup>. Mesmo com as dificuldades demonstradas pelo governador, optaram por não ceder a pressão de Salcedo. Na documentação pesquisada existe uma relação dos mantimentos que traziam as embarcações do socorro. Iam nelas os seguintes gêneros e equipamentos:

“50 pranchões para falsas de artilharia; 600 estacas de 15 até 20 palmos; 1000 cabos de ferramentas; 200 barris de pólvora; 280 arrobas de arroz; 245 alqueires de feijão; 20 pipas de sal; 1 rede de arrastar grande; 1 Botica; 1 caixa de ferragem para toda a operação anatomia, e cirurgia; 5.000 cartuchos de vários calibres; 15 barcadas de lenha; 2 curvetas de farinha que poderão levar 7 até 8 mil alqueires; 5 navios com várias mercadorias e gêneros; 10 peças de sobressalente montadas de 12, e 8; 1 caixote com 50 espadas largas.”<sup>210</sup>

Dentro da grande lista de mantimentos enviados, nos chama a atenção a quantidade imensa de farinha de mandioca trazida para a Colônia do Sacramento. Isto porque a farinha era a base da dieta, tanto de militares quanto de paisanos. Com ela, eram produzidos pães e biscoitos que demoravam a estragar. A farinha de mandioca cumpria um papel fundamental na vida dos colonos pois foi a base da alimentação que substituiu a farinha baseada no trigo no Brasil. Tal gênero foi amplamente utilizado para como alimento para os militares devido a facilidade de transporte e de preparo<sup>211</sup>.

<sup>209</sup> Relação do princípio da Guerra da Colônia the a chegada da Não Esperança, em q. na rellaçam dos sucessos da dita Não, se expressão os que houve na Collonia, the que chegou o Armestício, escrepta por Henrique Manoel de Miranda Padilha. In: *RIHGRS*, nº 99. p.45.

<sup>210</sup> Relação do q. mando nesta expedição de socorro para a prassa da nova Colônia, tanto de tropas, como de munições de guerra, e boca, e dinheiro. In: *RIHGRS*. nº 109 a 112. pp.48.

<sup>211</sup> CRUZ, Roberto Borges. *A farinha de cada dia: apropriações e trocas alimentares na Amazônia colonial*. Texto apresentado no IV Encontro Internacional de História Colonial, Belém, 3 a 6 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RBCruzFarinha.pdf>>. Acesso em: 30/11/2014.

Restabelecida a supremacia naval dos portugueses com a chegada do segundo socorro, foi recorrente a chegada e o envio de embarcações para se carregarem de mantimentos nas vilas do sul e em Santa Catarina. Em 11, de fevereiro, chegava a praça uma embarcação vinda de Paranaguá, onde foi comprar farinha de mandioca ao preço de 800 réis por 2500 alqueires.<sup>212</sup> Em 22 de abril de 1736, Cristóvão Pereira de Abreu escreveu carta a Gomes Freire de Andrada, dando conta da partida de embarcações do porto de Santos para a Colônia do Sacramento enviando mantimentos, dizendo:

“Amanhã parte para a Colônia as embarcações que veio a buscar farinhas, com escala por Paranaguá e mais portos, donde não terá demora, assim por não faltar este gênero, como pelas ordens que leva do Excelentíssimo Senhor Conde, e dinheiro pronto para as pagar, dizem carregara mil alqueires e como foram outros adiante me persuado que não experimentarão falta de farinha os sitiados, e que tendo esta e o mais necessário para se manterem não necessitam de mais gente para se conservarem.”<sup>213</sup>

No entanto, segundo o próprio governador Antônio Pedro Vasconcelos, Cristóvão Pereira de Abreu estava equivocado quanto à situação da praça. Três dias depois o governador escreveu a Gomes Freire, enviando-lhe uma relação dos mantimentos que deveriam ser remetidos o mais breve possível, pois, segundo ele: “a gente dos navios, guarnição, destacamentos e povoadores excede do número de 4 mil bocas”. A falta de recursos não estava relacionada apenas aos alimentos, mas também ao dinheiro, não restando nem “100 mil réis para alguns gastos miúdos, e assim tem vencido no fim deste mês os soldados e marinheiros”.<sup>214</sup> Apesar da falta de mantimentos assinalado pelo governador, Manoel Padilha nos dá conta da entrada de 3 embarcações no dia 3 de abril, vinte dias antes, carregadas de viveres vindas do Rio de Janeiro.<sup>215</sup>

O governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, desde de o início das hostilidades, mostrou-se, na documentação pesquisada, extremamente preocupado sobre a questão delicada da Colônia do Sacramento. Apesar da

<sup>212</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento...* Biblioteca Nacional, Lisboa, Seção de Reservados, cód. 1445, f. 65v.

<sup>213</sup> Carta de Cristóvão Pereira de Abreu para o General Gomes Freire de Andrada, Vila de Santos, 22/04/1736. *RIHGRS*; nº 104, p. 424-425.

<sup>214</sup> Carta de Antônio Pedro de Vasconcelos a Gomes Freire de Andrada, datada da Colônia, 25/04/1736. In: *RIHGRS*; nº 104, pp. 362.

<sup>215</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos ...* op. cit. p. 48.

distância, foi bastante ativo na preparação de remessas de viveres e armamentos para as tropas portuguesas. Em agosto de 1736, escreveu uma carta ao governador de Sacramento, dizendo que expedia duas charruas cheias de mantimentos, e demonstrava que “em quanto houver gente, e mantimentos na jurisdição destes governos torno a retificar a VS. Hão de ir a essa Praça porque em qualquer sucesso quero mostrar em tudo que é serviço de S. Majestade e glória de suas armas”.<sup>216</sup>

De fato, o comprometimento do governador foi imprescindível para garantir o mínimo de provimento para as tropas. Além de cobrar ações dos governantes das outras capitanias, Gomes Freire tomou medidas para a produção de alimentos no Rio de Janeiro. Em carta de 8 de outubro o governador dá detalhes sobre suas medidas para o abastecimento da praça dizendo:

“Pelo que vendo já extintas as mandiocas capazes, mandei fazer fornos e um moinho de vento, e consertar dois de água para moer milho, e de sua farinha com igual mistura da do reino fazer biscoito, cuja amostra saiu capaz e expedi para me avisarem como chega.”<sup>217</sup>

É bem provável que a atitude do governador em enviar alimentos prontos, ao invés da usual farinha de mandioca, esteja relacionada às diversas reclamações relacionadas à falta de lenha em Colônia do Sacramento. Além do sítio imposto pelos castelhanos limitar o acesso aos gêneros alimentícios, também dificultava o acesso à madeira utilizada para cozinhar, chegando ao ponto “de tão miserável estado por falta dela que já não há casa que tenha porta interior, nem coisa de madeira que se não tenha queimado, e muitos comprando carros para o mesmo efeito”<sup>218</sup>. Para se ter uma ideia do consumo, em mesma carta, Luiz de Abreu Prego da conta das 4390 achas enviadas anteriormente por Gomes Freire, e alegou que elas não poderiam durar para mais de um mês, e que “antes de estas chegarem queimou alguns barris”.<sup>219</sup>

De fato, a falta de lenha preocupava e muito as autoridades presentes no conflito. A situação era tão alarmante que Antônio Pedro Vasconcelos, armou um

---

<sup>216</sup> Carta do General Gomes Freire de Andrada a Antônio Pedro de Vasconcelos, 25/08/1736. In: *RIHGRS* nº 104. p. 356-357.

<sup>217</sup> Carta do General Gomes Freire de Andrada para Antônio Guedes Pereira, 08/10/36. *Ibidem*. p. 389-392.

<sup>218</sup> Carta de Luis de Abreu Prego a gomes Freire de Andrada, N. Sra. da Vitória – Rio da Prata, 04/01/1737. *Ibidem* pp.347-349.

<sup>219</sup> *Ibidem*. pp. 349.

bergantim para fazer lenha na ilha de Martim Garcia, mesmo sendo o risco muito grande de entrar em combate com o inimigo. No entanto, a única lenha que conseguiu servia aos hospitais. Luís de Abreu Prego, então pediu ao governador de Colônia que remetesse pelo menos uma das embarcações de sua esquadra para fazer lenha em Santa Catarina, diante da grande falta de madeira que assolava as naus, “porque o bergantim ainda que vá e venha sem as lanchas inimigas o baterem há de ser tão diminuta a sua carga que nunca suprirá a necessidade de qualquer das Naus.”<sup>220</sup> Vasconcelos então indicou o prático Phellipe para que Abreu Prego o despachasse para fazer lenha no canal do sul, já que este era um dos poucos que o conheciam.<sup>221</sup>

Realmente, o comandante da esquadra passava por uma situação delicada. Toda a armada carecia de lenha. Diante da situação:

“...vendo o coronel comandante a extrema necessidade em que as naus todas se achavam por faltas de lenha pois estavam queimando alguns reparos dos navios, tomou o provimento de mandar a ilha aonde havia alguns espinheiros brados, e os mandava arrancar para deles se valer, também mandou um navio a ilha de Santa Catarina, que ficava dali distante cinco graus, que carregasse de lenha, e a levasse a esquadra, o qual depois de passarem quatro meses foi notícia que tinha arribado ao Rio de Janeiro, com perda do seu escaler e onze homens, que nele morreram afogados.”<sup>222</sup>

Apesar da retirada de lenha das ilhas do Rio da Prata, a situação parece não ter melhorado até a volta da esquadra para Santa Catarina, pois as embarcações que eram destinadas a fazer lenha não tinham uma capacidade de carga significativa que pudesse acudir às embarcações maiores, além, é claro, do risco que havia de encontrarem uma embarcação inimiga.

Mesmo com a superioridade naval no Rio da Prata, não significava que as embarcações menores, ou que vinham sozinhas trazendo víveres, estavam livres das investidas castelhanas. Era comum a notícia de que uma ou outra embarcação tinha sido tomada pelas forças espanholas, principalmente na altura de Montevidéu. Segundo Simão Pereira de Sá, “esperava-se do Rio de Janeiro as continuadas provisões de boca para subsistência da praça, e como esta esperança, também se

---

<sup>220</sup> Cartas que o Coronel Luiz de Abreu Prego escreveu ao governador da Colônia, e respostas que o dito governador lhe mandou. RIHGRS, nº 99. pp. 84.

<sup>221</sup> Ibidem. pp. 85.

<sup>222</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata.... fl- 58v.

fez notória ao inimigo emboscaram várias embarcações em Montevideu”.<sup>223</sup> Para evitar que isto ocorresse, recomendava o governador de Colônia o “não expor algum navio de mantimentos que venha sem ser comboiado de nau de guerra”.<sup>224</sup> Diante da recomendação, alegava Luiz de Abreu Prego a impossibilidade de cumpri-la, pois, devido ao tamanho das embarcações, não conseguia manobrá-las com facilidade para poder acompanhar os navios que traziam víveres.

Todos esses problemas de abastecimento eram agravados, principalmente, pela quantidade de tropas e povoadores presentes, tanto nas embarcações quando na praça, que contavam, praticamente, apenas com os alimentos que chegavam do Brasil. Em abril de 1736, antes mesmo da chegada do socorro que vinha da metrópole, Antônio Pedro Vasconcelos dizia que contava com aproximadamente 4 mil pessoas entre soldados, marinheiros e povoadores, como foi mencionado anteriormente. Com a chegada da esquadra de Luiz de Abreu Prego, estima-se um acréscimo de mais 720 homens, entre militares e marinheiros àquele número. Esta grande quantidade de pessoas que dependiam do abastecimento preocupava as autoridades, pois estas, não conseguiam dar conta de alimentar a todos com os víveres que chegavam.

Os meses de agosto e setembro foram certamente, os meses mais difíceis tanto para militares quanto para povoadores, período este que precede a chegada da esquadra de Luiz de Abreu Prego. Os relatos sobre fome e doenças abundam na documentação analisada, assim como os pedidos de socorro para as autoridades coloniais.

Com a chegada de cada vez mais reforços “cresceu a gente, e se diminuíram os mantimentos”, como nos conta Simão Pereira de Sá. Segundo ele, a falta de víveres acabou elevando o valor dos alimentos a preços altíssimos dentro da praça, no entanto, houve a repartição dos gêneros aos soldados para que estes não perecessem.<sup>225</sup> Diante da escassez alimentícia, Sá retrata o surgimento de um mercado informal entre os sitiados, dizendo:

---

<sup>223</sup> SÁ, Simão Pereira. op. cit. pp.96

<sup>224</sup> Cartas que o Coronel Luiz de Abreu Prego escreveu ao governador da Colônia, e respostas que o dito governador lhe mandou. In: *RIHGRS*, nº 99. pp. 92.

<sup>225</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. pp. 101.

“Era tão lamentável, e geral a falta de mantimentos na Praça que a nenhuma espécie de animal imundo perdoava a fome, excogitando a necessidade e admiráveis viandas das ervas agrestes, que incultamente, produzia a terra, valia uma galinha quatro mil reis, e como ainda na extremidade era barata a exorbitância, apareciam poucas para os enfermos da mesma fome. Convalesciam os doentes de queixas graves com carne salgada, e corrupta. Eram os ratos preciosa venatória para os mais mimosos na criação. Custava o gato a meio peso castelhano. O quarto de cão a oitenta reis. De algumas estrebarias violentamente tiravam as bestas e sem igualdade nos quinhões, cada um levava o seu pedaço a força de armas, ficando mais lucrado o que era mais valente.”<sup>226</sup>

A insatisfação gerada pela falta de alimentos foi tamanha que os povoadores foram até o governador Antônio Pedro Vasconcelos pedir que este abrisse os portões da praça para que eles fossem ao campo, “e à força das armas adquirirem escasso alimento”. Diante dos insistentes pedidos, não teve o governador outra alternativa, e destacou 50 infantes para fazer a segurança dos colonos enquanto estes recolham o que fosse possível no campo. Depois de várias horas, puderam os paisanos recolher “hortaliças que a providência fez renascer das devoradas sementeiras, para redenção dos vizinhos, remédio da guarnição”. No entanto, a movimentação no campo não deixou de chamar a atenção das tropas castelhanas, que destacaram dois corpos de cavalaria para impedir os colonos. Estes, por sua vez, foram rechaçados pela infantaria portuguesa que conseguiu garantir a segurança dos povoadores.<sup>227</sup>

Assim como os moradores a situação dos militares também era complicada. Segundo um cronista anônimo do sítio:

“Em 4 [de setembro], terça-feira, mandou o governador dar a cada praça da guarnição e destacamentos 3 peixes tainhas que por muita aderência os tinha tomado da corveta do capitão João da Costa Quintão e foi coisa de estima por que há bastante tempo que a praça se achava muito falta de mantimentos, sustentando-se a gente com farinha, toda a qualidade de ervas agrestes do campo e toda a imundície de animais como cavalos, gatos, cães e ratos de que ainda se não viu outro segundo sítio de tanto tempo e de tanta necessidade, e assim o governador lhe mandava dar a cada soldado 40 réis para cada dia, que não chegava nem ainda a comprar um pão nem peixe de casta nenhuma por que cada bagrinho custava meia pataca, seis vinténs que não chegava para um homem comer

<sup>226</sup> Ibidem. pp. 105.

<sup>227</sup> Ibidem. pp. 107.



uma vez, e do mais que havia na praça ou vinha de fora tudo se vendia por um preço muito irracionável e sem proporção...”<sup>228</sup>

Diante da falta de gêneros para alimentar as tropas, percebe-se o esforço feito para contornar a situação. Sem mantimentos, foram as autoridades obrigadas a dar dinheiro para que os militares comprassem eles próprios sua comida junto aos civis da praça. Quando conseguiam algum mantimento, distribuíam estes entre os soldados. Percebe-se também, através dos dois relatos a inflação causada pela falta de víveres, situação crítica para os militares, pois seus soldos estavam a meses atrasados.

Normalmente a distribuição de alimentos aos soldados partia do almoxarife, encarregado de cuidar dos armazéns. Estes, por sua vez, repassavam os alimentos referentes a 10 dias aos sargentos dos terços que distribuíam entre os soldados a ração, que era descontada de seus soldos<sup>229</sup>. Como podemos notar, diante da atitude tomada pelas autoridades militares, os armazéns deveriam estar praticamente esgotados, pois, “havia-se neste tempo acabado o pão de munição para a soldadesca”.<sup>230</sup>

Algumas vezes o governador de Colônia tentou contornar a situação da falta de alimentos na praça. Em 23 de junho, Vasconcelos expediu 4 bergantins com aproximadamente 150 soldados destacados do terço de José Inácio de Almeida para ir às reduções do Rio Negro a fim de conseguir alguma carne e algum gado. Juntamente com os militares, foram também, quatro castelhanos que estavam em Colônia, desde o início do cerco e conheciam o rincão de destino. No entanto, o intento não teve sucesso, pois um desertor deu a notícia aos castelhanos, que esperaram as tropas portuguesas com trezentos cavaleiros. Mesmo tentando arrebanhar alguns cavalos, a surtida não teve efeito diante da superioridade numérica dos espanhóis. O embate entre as tropas foi curto e saíram alguns feridos. Os portugueses conseguiram trazer sete prisioneiros castelhanos. Uma semana depois, o governador fez embarcar dez soldados em uma lancha para conduzir

---

<sup>228</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos...* op. cit. f. 93.

<sup>229</sup> POSSAMAI, Paulo César. op cit. p. 159.

<sup>230</sup> Sá, Simão Pereira. op. cit. p. 103.

algumas rezes compradas ocultamente. Os militares conseguiram trazer os animais sem chamar a atenção dos inimigos.<sup>231</sup>

Ações como esta surtiram pouco efeito apesar do esforço português. O isolamento a que estava sujeita a praça não permitia que o governador conseguisse uma quantidade de carne suficiente para suprir a demanda de mais de 4 mil pessoas. O comércio com indígenas e contrabandistas foi fortemente repellido pelo bloqueio dos espanhóis, só sendo feito com todo o segredo e em pequenas quantidades. Além disso, algumas tentativas maiores eram frustradas por desertores e espões castelhanos, dificultando ainda mais a obtenção de alimentos.

De fato a situação deplorável em que se encontrava a praça só foi remediada com a chegada da esquadra de Luiz de Abreu Prego. Apesar das dificuldades enfrentadas durante o curso, as embarcações conseguiram chegar abastecidas ao Rio da Prata, com exceção de duas sumacas que vinham carregadas de farinha e que se perderam da esquadra principal. Luiz de Abreu Prego, em carta escrita a Gomes Freire de Andrada, deu conta da quantidade de mantimento que tinha para o sustento das embarcações logo que chegou ao Rio da Prata. Diz ele:

“Esta nau terá perto de dois meses de mantimentos por ter diminuído alguma coisa de ração; a conceição diz que tem um mês; a Lampadoza há dias que tinha para quarenta dias, todos os meses há mister está nau de farinha 420 alqueires, de feijão 415 alqueires; a Conceição de farinha 397 alqueires, de feijão 400; Lampadoza de farinha 340 alqueires, de feijão 340 alqueires; de legumes e arroz todos os dias deixo 30 praças no porão e tenho dado ordem as outras naus observem o mesmo a boa ordem me faz ter mantimento para dois meses trazendo eu o mesmo que as mais trouxeram; da carne e farinha se não pode tirar nada.”<sup>232</sup>

A esquadra conseguiu abastecer Colônia do Sacramento. José da Silva Pais, assim que chegou na praça tomou várias iniciativas para tentar amenizar a situação. Uma delas foi retirada de “bocas inúteis”, isto é, casais, mulheres, crianças, idosos e doentes que não podiam pegar em armas. Para isso:

“... se divulgou a notícia certa de que o governador tinha ordenado que as famílias que quisessem ir para o Rio de Janeiro ou outra

<sup>231</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos...* op. cit. f.83-83v.

<sup>232</sup> Carta do Coronel Luiz de Abreu Prego ao Gov. Gomes Freire de Andrada, datada de Montevideu. 24/09/1736. In: *RIHGRS*, nº 104. p. 380-381.

qualquer parte fizessem petição para serem despachados, supôs-se ser a causa por que todos os casais pediam mantimentos e como na praça não havia que chegasse para a gente de guerra concordaram entre ambos deixarem ir quem quisesse só a fim de ficar menos quem pudesse pedir mantimentos...”<sup>233</sup>

André Ribeiro Coutinho, em carta a Gomes Freire, prestou contas sobre as ações que ele e o brigadeiro estavam empreendendo em Colônia e que só faltava “que as mulheres e gente inútil evacuem a dita praça, e veja o inimigo que buscamos todos os meios da sua subsistência”.<sup>234</sup>

A política de retirada de casais surtiu efeito, logo alguns pares se apresentaram para ir ao Rio de Janeiro, onde pediram ajuda de custo para o pagamento da passagem e de sua alimentação. Para receber a ajuda, tiveram alguns casais de provar que eram pobres, e terem eles se retirado da praça por ordem do governador Vasconcelos. Outros casais seguiram para o Rio Grande em 1737, com o objetivo de dar início ao povoamento da região, assim como alguns comerciantes de Colônia. No ano seguinte, muitos dos casais que tinham ido até o Rio de Janeiro e Laguna foram remetidos também para o Rio Grande de São Pedro.<sup>235</sup> Os doentes também passaram a ser constantemente remetidos ao Rio de Janeiro para lá curarem-se.

Além disso, o brigadeiro também tentou amenizar o bloqueio espanhol à Colônia do Sacramento, organizando uma surtida ao acampamento dos castelhanos no dia 4 de outubro pela noite, com o objetivo de pega-los de surpresa. Em suas ordens o brigadeiro comandava que, “a meia noite irão as companhias para a porta do trem donde receberá cada soldado ração de biscoito e vinho”<sup>236</sup>. Esta é uma das poucas descrições que temos sobre como era a alimentação do soldado. Percebe-se a preocupação dos oficiais de que estes estivessem alimentados e aptos antes de enfrentamentos.

As surtidas que foram feitas no dia 4 e 6 pelos portugueses ao acampamento espanhol, que serão melhor tratadas posteriormente, foram coroadas

<sup>233</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos* op. cit. f.98v.

<sup>234</sup> Carta de André Ribeiro Coutinho a Gomes Freire de Andrada. 20/09/36. In: RIHGRS; pp. 379-380.

<sup>235</sup> POSSAMAI, Paulo. A Mazagão do Rio da Prata: Colônia do Sacramento, 1735-1737. In: POSSAMAI, Paulo (org). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 378-379.

<sup>236</sup> Ordem que passou o governador na noite de 3 do dito mês se executar no dia 4 de outubro. In: RIHGRS. nº 104. p. 459.

de sucesso. Desprevenidos, os espanhóis abandonaram as barracas, e como recompensa, os portugueses conseguiram recolher diversos despojos. A lista segue a seguir:

“1 peça de artilharia; 84 armas de fogo; 48 clavinas; 52 pares de pistolas; 15 catanas; 6 pares de botas; 15 pares de borzeguins<sup>237</sup>; 7 xaréis<sup>238</sup>; 8 pares de capeladas; 36 fardas de dragões; 15 casacas soltas; 47 vestias soltas; 19 pares de calções soltos; 67 pares de meia; 108 pares de sapatos; 33 capotes; 202 camisas; 120 galinhas; 8 cobertores; 7 espadas de prata; 21 colheres e garfos de prata; 2 salvas de prata; 1175 pesos; 18 presuntos; 16 queijos; 7 dúzias de pratos de estanho; 3 bules; 19 caldeirões; 9 tachos; 38 chapéus; 8 trombetas; 3 prisioneiros; 12 mortos; muita carne e manteiga.<sup>239</sup>

A quantidade de despojos deixados para trás pelos castelhanos foi tão grande que os portugueses não puderam carregar tudo para a praça, tendo então que queimar o que sobrou. Colocaram fogo em dois armazéns, um com carne e outros alimentos e outro com fardas e roupas, além de diversos armamentos. Segundo o documento, o exército português deixou intacto somente a ermida que havia no campo de bloqueio por ordem do brigadeiro.<sup>240</sup>

Com a chegada, em 29 de setembro, das embarcações Nossa Senhora das Ondas, e Nossa Senhora da Esperança a situação da falta de mantimentos parecia já estar sanada. No entanto, a última embarcação, chegou em um estado deplorável ao Rio da Prata diante das várias tempestades que enfrentou. Em uma relação constam diversos mantimentos que foram carregados na esquadra na sua saída do Rio de Janeiro. O que chama a atenção na relação é a variedade de gêneros relatados, dentre eles estão relacionados: arroz, azeite, ameixas, biscoito, bacalhau, carne de vaca e de porco, biscoito branco, galinhas, grãos de bico, lentilhas, farinha

<sup>237</sup> “É pois borzeguim bota mourisca, ou meia grossa com sola delgada de couro”. In: BLUTEAU, Rafael. op. cit. p. 165.

<sup>238</sup> “É um pano que se assenta nas cadeiras do cavalo de um ilhal a outro, para livrar do suor as malhas, capotes, casacas e couras”. In: BLUTEAU, Raphael. op. cit. p. 277.

<sup>239</sup> Relação que trouxe o mestre de campo Manoel Botelho do despojo de duas surtidas que se fizeram ao campo dos inimigos em 4 e 6 de outubro de 1736. In: RIHGRS. nº 104. pp. 458-459.

<sup>240</sup> Ibidem. p. 458.

do reino, legumes, vinagre, vinho, açúcar, farinha de guerra, arroz de casca, sal, doces, feijão, entre outros víveres.<sup>241</sup>

Apesar das primeiras atitudes de Silva Pais terem surtido efeito, logo os insucessos seguintes de não poder tomar Montevideu, não conseguir entupir Barragan e não dissolver completamente o cerco, além das doenças que abundavam nas embarcações, novamente colocaram tanto a Colônia do Sacramento, quanto a esquadra de Luiz de Abreu Prego em situação difícil em relação aos mantimentos. Agregado a estes fatores estão, as dificuldades enfrentadas pelas embarcações devido ao clima rigoroso, tempestades constantes, e à inoperância naval causada pelas dificuldades de navegação. Em novembro e dezembro de 1736 começam a abundar novamente os relatos de falta de água e dieta para os doentes. Consequentemente o exército português se tornou incapaz de fazer frente aos militares castelhanos que guardavam Montevideu.

Cristóvão Pereira de Abreu, que na barra do Rio Grande preparava a instalação do futuro entreposto português, conseguiu tomar dos índios Tapes da região cerca de setecentos cavalos e mais de duas mil vacas, como ele próprio revela em carta ao brigadeiro José da Silva Paes. Na surtida aos índios, Cristóvão acredita ter matado cerca de cinquenta Tapes, e fez nove prisioneiros. Pôde assim o sertanista fretar uma lancha carregando-a de mantimentos para ajudar as operações do Prata, levando “seiscentas arrobas de carne” e “vinte e três de peixe sexo e 457 arrobas de carne que lhe mandei embarcar por conta da Fazenda Real”. Segundo Cristóvão, as 457 arrobas de carne foram retiradas dos 1200 gados que este comprou a “480 réis a vaca para o sustento da gente e carga desta embarcação para a qual mandei escolher 300 de que se mataram 200 que não renderam mais que as 457 arrobas que leva a lancha porque ao mesmo tempo comia a gente delas”. Na mesma carta, aconselha Cristóvão Pereira de Abreu que “também podem vir a este porto e de caminho carregarem as embarcações de carne e peixe de que há muita abundância”, estabelecendo assim um novo reduto para abastecimento.<sup>242</sup> A chegada da embarcação foi comemorada por Antônio Pedro de Vasconcelos, pois

---

<sup>241</sup> Relação dos mantimentos e mais coisas que vão embarcadas na fragata N. Sra. da Esperança, e N. Sra. das Ondas e no late S. José e na Charrua N. Sra. do Loreto e S. Domingos este presente ano de 1736. In: *RIHGRS*. nº 104. p. 467-469.

<sup>242</sup> Carta de Cristóvão Pereira de Abreu a José da Silva Paes, Rio Grande de São Pedro, 05/12/1736. In: *RIHGRS*. nº 104. p. 416-419.

as carnes “vão servindo de grande bem aos doentes que ao presente de passam de 200 remetidos a maior parte das naus”.<sup>243</sup>

Com a separação das esquadras ocorridas entre os meses de fevereiro e maio, tanto o domínio no Rio da Prata quanto o abastecimento de Colônia do Sacramento ficaram prejudicados. O brigadeiro José da Silva Paes juntou algumas embarcações e se dirigiu em fevereiro a barra de Rio Grande para fundar o presidio Jesus-Maria-José, tendo que levar consigo mantimentos, artilharia e tropas para garantir o domínio da região. Já Luiz de Abreu Prego saiu à caça de embarcações espanholas que haviam invadido a ilha de Santa Catarina. Após conter os castelhanos voltou ao Rio da Prata e retornou ao Rio da Prata. No entanto o comandante da esquadra deixou o rio novamente em maio, e se dirigiu ao Rio de Janeiro levando também algumas embarcações. A força naval portuguesa que restou no Rio da Prata ficou bastante reduzida, contando apenas com três embarcações de grande porte para fazer frente ao poderio espanhol. A nau Nossa Senhora da Conceição e as duas fragatas: Nossa Senhora da Arrábida e a Nossa Senhora da Esperança, sendo que esta última enfrentava problemas graves por conta dos estragos provocados pelas tempestades.

Diante da situação, o governador Antônio Pedro Vasconcelos armou seis embarcações de pequeno porte remanescentes em Sacramento, com o objetivo de garantir o suprimento de lenha que havia conseguido anteriormente. Apesar do pequeno potencial de fogo, esses barcos realizaram diversas ações bélicas que permitiram uma sobrevida as atividades navais no rio.<sup>244</sup> A retirada da esquadra de Abreu Prego não deixou de causar indignação aos sitiados, sendo que:

“A maior penalidade, e assombro, consistia na ímpia resolução de trazer consigo todos os transportes, que haviam chegado ao Rio da Prata para a subsistência da Praça, deixando-a ainda por este modo, aflita pela necessidade, e mais consternada pelo desamparo. Começou o povo a falar por diversas bocas como monstro de muitas línguas, contra o inculpável procedimento do Coronel Comandante.”<sup>245</sup>

<sup>243</sup> Carta de Antônio Pedro de Vasconcelos para Gomes Freire de Andrada, 29/12/1736. In: RIHGRS. nº 104 p. 341-344.

<sup>244</sup> BARRETO, Abeillard. op. cit. p. 30.

<sup>245</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 681.

De fato, a volta da esquadra de Luiz Abreu Prego para o Rio de Janeiro deixou mais uma vez a situação da praça péssima. Em fins de maio “o governador de Colônia expunha a grande aflição e necessidade que a praça experimentava de mantimentos, e pedia com grande instância que se lhe remetesse tudo que houvesse ainda que fosse com risco”<sup>246</sup>. Em julho, protestava o governador novamente frente as autoridades portuguesas. No final do mês.

“A todo o risco com um bom vento que se esperou expediu o governador um aviso a Santa Catarina e ao Rio de Janeiro com a infausta notícia da miséria em que nos achávamos, de que o mais a que nos poderíamos sustentar só a farinha e água séria até os fins de agosto, e que se ao dito tempo lhe não introduzissem mantimento, protestava que se perdia a Praça e Nau Esperança pois seríamos pela fome obrigados a ceder aos inimigos o que eles a força das armas não puderam conseguir, crescendo-nos cada vez mais a desconfiança de que os socorros não nos pudessem chegar a tempo que aproveitasse pelas inumeráveis doenças, e mortes que se experimentavam, e cada dia ia a maior número.”<sup>247</sup>

Ao que indica Henrique Manoel Padilha, não viram os sitiados outra embarcação com mantimentos até 15 de agosto de 1737, quando chegou a Nau Boa Viagem com a notícia da assinatura do armistício que pôs fim àquelas hostilidades entre castelhanos e portugueses no Rio da Prata. Mesmo com a paz, alega o cronista que outra embarcação com mantimentos chegou somente um mês depois, e ainda com ração que duraria para 15 dias. Depois novamente em fins de novembro.<sup>248</sup>

### 3.1.1 O Soldo

A manutenção do soldo em dia foi quase sempre um dos problemas mais difíceis de serem remediados pelas autoridades portuguesas nos exércitos da Era Moderna. Muitas vezes se adotava uma política de gasto mínimo, deixando arrolar dívidas com os militares que passavam meses e anos sem receber nada. Esses soldos atrasados muitas vezes só eram pagos pelas autoridades reais com alguma

<sup>246</sup> Outra relação da Guerra da Nova Colônia. In: *RIHGRS*, nº 99. p.115.

<sup>247</sup> Relação pelo maior da campanha do Rio da Prata, escrita por Henrique Manoel de Miranda Padilha. *RIHGRS*, nº 99. p. 73.

<sup>248</sup> *Ibidem*. p. 73.

pressão dos militares, ou em caso de deflagração de guerra com o objetivo de evitar a deserção ou o motim.

O pagamento ou não do soldo é um excelente fator para a análise do cotidiano dos militares. Através dele podemos perceber o grau de satisfação destes assim como sua confiabilidade se pensarmos como pegando o exemplo do cronista Henry Koster ao falar das tropas de Pernambuco dizendo que:

“...a grande repugnância geralmente sentida pelo serviço militar é explicada pela escassez do soldo e pelo maus fardamentos usados, e ainda o fato do trabalho incessante afastar a possibilidade de outra profissão ou ainda de um encargo que não esteja ligado à vida de soldado”.<sup>249</sup>

Portanto, há de se salientar, que mesmo o pagamento de soldo não evitou a deserção de vários soldados durante o conflito analisado. Mesmo com o pagamento em dia as condições de trabalho, clamor por liberdade ou por diferentes condições de vida ao lado do inimigo seduziram alguns soldados.

Alguma coisa já se tem falado referente aos pagamentos dos honorários devidos aos militares. Houve, durante o cerco, um grande esforço por parte do governador Antônio Pedro Vasconcelos na tentativa de repor os salários atrasados dos militares assim que se acirraram os ânimos entre portugueses e espanhóis no Rio da Prata.

É importante salientar que a manutenção do pagamento dos militares em dia estava intimamente ligada à situação econômica, tanto da Coroa quanto da praça. Ao combater o contrabando e limitar o acesso à campanha pelos portugueses logo que tomou posse em 1734, Dom Miguel de Salcedo também retirou a maior fonte de renda da praça, diminuindo drasticamente a entrada de prata na Colônia do Sacramento, causando assim o atraso no pagamento dos soldos dos militares.

O pagamento só foi feito quando os castelhanos estavam à porta da praça. À vista dos inimigos, as tropas já esboçavam sinais de descontentamento no serviço militar. Segundo Simão Pereira de Sá, “alguns dos paisanos abundantes em bens, por evitar o dano, ofereceram liberalmente grandes somas de dinheiro para

---

<sup>249</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. 1942. p. 390. In:< <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-aonordeste-do-brasil>> Acesso em: 19/11/2014.



satisfação dos soldos vencidos”. Os comerciantes Domingos Alvarez Calheiros, Jozé de Meyra, e outros mercadores, fizeram o pagamento completo das tropas com o objetivo de evitar que os soldados se fizessem “rebeldes aos superiores, traidores à pátria”<sup>250</sup>.

Outros relatos sobre o pagamento dos soldos são raros na documentação estudada, mas como podemos perceber, a situação não parece ter sido regularizada nos meses seguintes devido aos relatos de falta de abastecimento anteriormente discutidos. Pelo menos até dezembro de 1735, a tropa estava “paga de seu soldo até o último de outubro”, sendo assistida pelos mantimentos ordinários.<sup>251</sup> Em outra carta, um ano após, em dezembro de 1736, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos pediu a Gomes Freire o envio de dinheiro para pagar a guarnição de a “dez meses que se lhe está devendo”<sup>252</sup>. Diante dessa informação, devemos supor que após o pagamento do soldo realizado com o dinheiro dos comerciantes de Colônia outra remuneração só foi feita em fevereiro de 1736, provavelmente do dinheiro vindo nos primeiros socorros chegados em janeiro do mesmo ano.

O pagamento de soldos adiantados foi uma das premissas levantadas pelo brigadeiro José da Silva Paes para a formação dos socorros que iriam à Colônia do Sacramento. Em bando lançado em 19 de novembro, o qual já foi citado anteriormente, o brigadeiro oferecia a que quisesse sentar praça voluntariamente, além de farda e armamento, “três meses de soldo adiantado por ajuda de custo”<sup>253</sup>. Com vimos, apesar do incentivo, o número de voluntários não foi muito grande, sendo preciso levar alguns prisioneiros e índios para a campanha.

Ao que indica a documentação, o incentivo não foi ofertado apenas aos voluntários, mas também as oficiais e soldados do Rio de Janeiro. Em carta ao rei, José da Silva Paes demonstra como foi organizado o socorro de seguiriam para Colônia, e o efeito dos incentivos dados dizendo:

---

<sup>250</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 75.

<sup>251</sup> Diário da praça e sítio da Nova Colônia do Sacramento. *RIHGRS*, nº 104. p. 463-467.

<sup>252</sup> Carta de Antônio Pedro de Vasconcelos para Gomes Freire de Andrada, 29/12/1736. *RIHGRS*, nº 104. p. 341-344.

<sup>253</sup> Bando que o governador do Rio de Janeiro, o brigadeiro José da Silva Paes, mandou lançar para o alistamento voluntário de praças para a defesa da praça da Colônia do Sacramento, Rio de Janeiro. 19/11/35. In: *RIHGRS*, nº 109-112. p. 50.

“...e é sem dúvida que estes oficiais com estas pequenas ajudas de custo vão com outro gosto do que os que vão violentos, e os soldados a maior parte deles foram voluntários, porque mandei saíssem dos terços os que quisessem ir, e foram tantos que me foi preciso deixar alguns por serem mais do que deviam ir, e se embarcaram tão alegres que ainda não vi tropas para expedição tão contentes como estas, que daqui partiram, e aos capitães de mar e guerra mandei dar as ajudas de custo à proporção do que vencem os pagos para darem meuza [sic] aos oficiais na forma de costume.”<sup>254</sup>

Provavelmente o brigadeiro José da Silva Paes tomou essa iniciativa diante da dificuldade que existia em conseguir militares dispostos a servir na Colônia do Sacramento. Além disso, com a tropa bem servida, evitava-se possíveis distúrbios devido à falta de regularidade de pagamento em Sacramento, além de permitir uma maior adesão das tropas.

Diferentemente dos militares de Colônia do Sacramento, os soldados cariocas não demorariam a receber novamente seus soldos em dia. Diante da chegada de um pacote e uma lancha que vinha em socorro a praça, no dia 6 de julho, “o governador teve também grande contentamento e alegria que ele mesmo mostrou nesta ocasião a todos os militares, neste dia se fez pagamento a todo o destacamento do Rio de Janeiro”. Mesmo o pagamento feito não impediu a deserção. No mesmo diário, apenas alguns dias após estarem os soldos quitados, 3 soldados do destacamento do Rio de Janeiro fugiram para o acampamento inimigo.

255

Percebe-se que o pagamento foi feito apenas aos militares do Rio de Janeiro. No mês do pagamento, além das tropas da praça que não foram pagas, haviam também militares da Bahia. Após os distúrbios por causados entre os baianos e a população, o governador Antônio Pedro Vasconcelos resolveu despacha-los no navio Corta Nabos, para conseguir mantimentos da ilha de Santa Catarina. Antes de embarca-los, no dia 30 de junho foi pago o soldo do destacamento baiano, para então irem até a ilha. Ao que indica a documentação, os soldados não sabiam ao certo para onde iam, e muitos pensavam que voltavam para a sua praça de origem.<sup>256</sup>

<sup>254</sup> Carta do governador José da Silva Pais sobre a organização e transporte dos socorros para a praça da Nova Colônia do Sacramento, Rio de Janeiro. 28/01/1736. In: *RIHGRS*, nº 109-112. p. 45-48.

<sup>255</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos...* op. cit. fl. 88.

<sup>256</sup> *Ibidem*. fl. 86-86v.

A situação do destacamento carioca foi novamente regularizada com a presença do brigadeiro José da Silva Paes em setembro de 1736. Novamente, os praças de Colônia do Sacramento não receberam nenhum soldo além do dinheiro que estava sendo disponibilizado para compra de comida diante da falta dela nos armazéns.

A falta de pagamento de uns e o recebimento de outros pode ajudar a compreender o aumento da deserção. Em 11 de dezembro de 1736, realizou-se uma mostra a todos os militares e “achou-se faltos 61 do terço e 15 da cavalaria e do destacamento do Rio 22”. Mesmo com as súplicas do governador Antônio Pedro Vasconcelos para conseguir dinheiro para pagar as tropas, no dia 15, apenas o destacamento do Rio de Janeiro recebeu o pagamento.<sup>257</sup>

Diante das notícias de miséria que temos após a retirada das esquadras do Rio da Prata, é possível supor que a situação do atraso no pagamento dos soldos não se tenha resolvido até o fim do conflito, com a chegada do armistício de agosto. Infelizmente, também não temos notícia de como ocorria o pagamento das tropas metropolitanas durante o conflito. No entanto, na amostra referida acima, temos a deserção de apenas 4 granadeiros de Lisboa, o que pode ser um indicador de que essas tropas encontravam-se em melhor situação, se pensarmos a ausência ou não do soldo como indicador de deserção.

### **3.2 – Inúteis, doentes e mutilados: A saúde dos militares durante a guerra.**

As atividades militares por si só envolvem um cotidiano repleto de riscos. Durante o século XVIII não era diferente e tais perigos eram existentes e ampliados para aqueles que eram destacados para os enfrentamentos. Diversos militares faleciam nas batalhas, outros acabavam somente feridos, se, por sorte, não ficassem mutilados. Outros, por sua vez, padeciam com as severas condições de vida, sendo achacados por moléstias que poucas vezes tinham cura. Não temos como precisar, exatamente, o quão letal foi aos militares a campanha do Rio da Prata, pois o número, tanto de soldados destacados quanto de doentes e falecidos,

---

<sup>257</sup> Ibidem. fl. 109v. 110.

difere de documentação para documentação. No entanto, podemos observar, a partir das descrições, tanto dos diários quanto da documentação trocada entre as autoridades, um elevado número de mortandade entre as tropas destacadas a defender a Colônia do Sacramento.

Através desses relatos, é possível concluir que o número de baixas nas linhas lusas foi muito maior em decorrência de doenças do que dos enfrentamentos com o exército espanhol. Essas moléstias, independente de levar o soldado a óbito ou não, diminuíram drasticamente o número de militares aptos a exercer o serviço ativo nas tropas e dificultaram a execução dos desígnios dados pela corte portuguesa. Além das baixas provocadas pelas doenças que reduziam a força das tropas, sabe-se pouco sobre os tratamentos oferecidos para combater essas enfermidades, e mesmo assim, esses métodos de cura poucas vezes foram eficientes a ponto de poder salvar muitos militares. Pouco se sabe também quais eram essas doenças, pois muitas vezes os militares nesse estado aparecem na documentação diagnosticados com “moléstias”, “doenças”, “mal”, termos muito abrangentes para uma definição de uma doença específica. No entanto, outros documentos são mais claros e apontam o escorbuto (ou mal de Luanda) e a disenteria como principais causas que acometiam os soldados. É importante salientar, que mesmo tendo os armazéns abastecidos durante o sítio a alimentação devia ser deficitária de nutrientes. Segundo Keegan:

“Porém até mesmo a melhor dieta da intendência era deficiente de alimentos frescos, de forma que em tempo de escassez os soldados, tal como os marinheiros de longo curso, estavam propensos a sucumbir às doenças da subnutrição. A debilidade resultante provocava as epidemias que periodicamente atavam os exércitos reunidos para uma batalha ou durante operações prolongadas de sítio.”<sup>258</sup>

Logo no início do cerco, a Colônia de Sacramento estava em uma situação complicada pois carecia de falta de um médico. Vários pedidos já haviam sido realizados pelo governador Antônio Pedro Vasconcelos, que contava apenas com um boticário e um cirurgião para atender a toda a praça.<sup>259</sup> Desassistida como estava, foi com grande felicidade que a praça comemorou a chegada em 25 de

<sup>258</sup> KEEGAN, John. op. cit. p. 391.

<sup>259</sup> POSSAMAI. Paulo César. op. cit. p. 167-169.

outubro do médico. O relato de Simão Pereira de Sá esboça bem a situação da praça:

“Também carecia o presídio de médico, para as enfermidades mórbidas, e agudas que a arte cirúrgica não podia penetrar nem vencer, e posto que o avantajado ordenado parecia convidar as vontades não houve sem violência, quem aceitasse o partido; porém considerada a necessidade do povo, que perecia à falta de aplicação médica com exorbitantes despesas de medicamentos, no mesmo navio foi constrangido a embarcar José Ribeiro Pinhão, que tinha boa opinião na praxe curativa. Não foi menos avultada esta providência, tanto para o tempo futuro, como para o presente em que no maior rigor das hostilidades, começaram a padecer uma geral, e cuidadosa epidemia pelos salgados e pestilentos mantimentos, de que se mantinham os defensores, sustentavam os auxiliares.”<sup>260</sup>

Através desse breve relato do cronista podemos tirar várias conclusões. A primeira dela se refere à incapacidade do cirurgião estabelecido na praça de conseguir combater as doenças mais malignas, por isso a insistência anterior ao cerco da presença de um médico na praça. Podemos perceber também a queixa referente aos preços dos remédios vendidos pelo boticário presente, algo que foi alvo de reclamação do brigadeiro José da Silva Paes a Gomes Freire de Andrada, pois ao que parece o boticário inflacionou o valor dos medicamentos. Diante disso Silva Paes disse que “só não posso admitir é o excesso com que se quer pagar ao boticário que a meses passa de 3 mil cruzados os remédios do hospital, e é preciso se lhe ponha a emenda que eu fiz com o hospital e botica dessa praça”<sup>261</sup>. Por último, o relato já aponta para o surgimento das primeiras complicações na praça devido a deficiência alimentícia.

De fato, já em 2 de março do ano seguinte a praça “começa a experimentar grandes doenças, de que morre muita gente”<sup>262</sup>. A moléstia que atacou a praça foi a disenteria, que vitimou principalmente velhos e crianças. Para contornar a situação foram estabelecidos três hospitais para o tratamento dos soldados doentes. Para dar conta da epidemia, Vasconcelos mandou entregar ao boticário João Pedro Freire todos os medicamentos que estavam nos armazéns reais. Além disso, ganhou o

<sup>260</sup> SÁ, Simão Pereira. op. cit. p. 77.

<sup>261</sup> José da Silva Paes a Gomes Freire de Andrada, 04/01/1737. In: *RIHGRS* nº 104, p. 392-395.

<sup>262</sup> Relação de Henrique Manoel Padilha. In: *RIHGRS* nº 99. p. 47.

boticário um abono mensal de salário para preparar as receitas aos oficiais e praças.<sup>263</sup>

Ao que indica a documentação a ameaça da disenteria foi reduzindo diante da ação efetiva do governador em conte-la. No entanto, o aparecimento de doenças parece estar intimamente ligado as questões de abastecimento. O mês de agosto e setembro, que como vimos, foi o período de maior precariedade na remessa de viveres para a praça, temos uma incidência muito maior de doenças e a impossibilidade de trata-las com alimentos saudáveis, pois “convalesciam os doentes de queixas graves com carne salgada, e corrupta”<sup>264</sup>.

Apesar da chegada da esquadra de Prego ter dado um alento aos armazéns de Colônia, isso não significou a redução na incidência de doenças nas tropas portuguesas. Isso, porque, ao chegar as embarcações, algumas delas já apresentavam uma quantidade significativa de doentes entre os embarcados. Exemplo disso é a fragata Lampadoza, cujo imediato, José de Vasconcelos, em carta a Gomes Freire de Andrada, relata, que mesmo recém chegada a embarcação do Rio da Prata, já contava que “nesta fragata se tem padecido muitas doenças, e atualmente me acho com 66 pessoas”<sup>265</sup>.

As causas dessas moléstias nas embarcações portuguesas já foram retratadas no capítulo anterior. O surgimento dessas doenças estava intimamente ligado às condições de higiene e armazenamento de mantimentos, se não, à falta destes nos navios. O mais comum era o escorbuto, que se manifestava com a paralisia, inflamação da gengiva, a queda dos dentes e os constantes desmaios. Além disso, essa doença era agravada pela falta de água fresca. Por isso, que muitos militares já chegaram doentes ao Rio da Prata, pois essas enfermidades costumavam aparecer em viagens marítimas de longo curso do período. Uma das receitas utilizadas durante o cerco foi recomendada por José da Silva Paes a Henrique Padilha, imediato da fragata Nossa Senhora da Esperança. Para conter o surto, indicou o brigadeiro que “cuide V. M. muito em buscar todo o remédio para ele e o espirito de vitríolo<sup>266</sup> é o mais adequado para temperar com ele as águas e

---

<sup>263</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa. op. cit. p. 243-244.

<sup>264</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 105.

<sup>265</sup> José de Vasconcelos a Gomes Freire de Andrada. In: *RIHGRS* nº 104. p. 344-347.

<sup>266</sup> Denominação antiga para os sulfatos, ou para ácido sulfúrico.

cordeaes que tomar, e o mando essas dúzias de limões para esfregar nas gengivas”<sup>267</sup>. Como dito anteriormente, a causa do escorbuto só foi descoberta posteriormente. No entanto, como podemos observar, a medicina moderna já tinha receitas para combater a doenças, como a alimentação com leguminosas e frutas cítricas ricas em vitaminas C, que a falta delas era a causa da doença.

Outro fator que elevou consideravelmente a proliferação da doença foi a questão de alojamento. Dos militares que chegaram na esquadra de Luiz de Abreu Prego, poucos foram os que desembarcaram na Colônia do Sacramento. Ficavam, então, esses soldados à espera de ordens nos alojamentos insalubres dentro das embarcações, contribuindo, assim a proliferação, não somente do escorbuto, mas provavelmente de outras enfermidades. Dentro das naus ficavam os militares privados de víveres frescos e de dietas para o tratamento das doenças.

Os relatos do número de doentes das naus são extremamente recorrentes na documentação analisada. Luiz de Abreu Prego reclama a Gomes Freire sobre não poder operar muito nas ações do Prata, um dos motivos para isto está no número de enfermos presentes na embarcação, diz ele que encontrava-se só “a nau Conceição com duzentos doentes que pouco me podem valer”<sup>268</sup>. Para tentar remediar a situação muitos desses doentes foram enviados nas embarcações que rumavam para o Brasil. No dia 20 de setembro, numa galera que se dirigia para Bahia, foram embarcados 120 doentes da Nau Lampadoza “sem embargo que as mais naus se achavam no mesmo estado”. Em 22 do mesmo mês, relatou o comandante da Nau Conceição que se achava a seu bordo com “duzentos e quatro doentes, o que foi bem sentido por não haver remédios, nem dietas para os socorres”.<sup>269</sup>

Outra alternativa encontrada foi a adesão de uma das embarcações para servir somente como hospital aos doentes. No dia 14 de setembro se recolheram a bordo no navio Corta-nabos sessenta doentes que estavam na Lampadoza, “aonde

---

<sup>267</sup> José da Silva Paes a Henrique Manoel Padilha. In: *RIHGRS*, nº 99. p. 102.

<sup>268</sup> Luiz de Abreu Prego a Gomes Freire de Andrada. In: *Ibidem*. p. 368-370.

<sup>269</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” *Biblioteca Nacional de Portugal*, F. 1445, COD. 567, f. 40v.

se fez hospital.” A esta embarcação, foram remetidos viveres e remédios para o tratamento dos doentes.<sup>270</sup>

A situação não parece ter melhorado nos meses seguintes. Em janeiro de 1737 as doenças continuavam aumentando nas embarcações, “causa porque se via as naus quase desarmadas por falta de gente, e essa pouca que havia toda com cores de defunta pelos ruins mantimentos e grande trabalho que tinham”<sup>271</sup>.

Como destacado acima, alguns doentes foram recolhidos as embarcações para serem transportados até o Rio de Janeiro, outros até Santa Catarina. A embarcação Corta-nabos, que serviu de hospital, foi remetida ao Rio de Janeiro para que os doentes lá pudessem se curar. Gomes Freire de Andrada, em carta a Luiz de Abreu Prego deu conta da chegada da embarcação e dos doentes que nela haviam dizendo:

“Dos cento e dezessete doentes que esta nau trouxe, perderam cinco na viagem, porem chegaram aqui tantos restabelecidos, que ao hospital passaram 43; de uns e outros irei remetendo os que se restabelecerem”<sup>272</sup>

A passagem da carta de Gomes Freire não nos deixa de causar uma incerteza pelo número de restabelecidos. Pode-se supor que existia uma espécie de resistência ao serviço militar, fazendo com que os soldados fingissem estar doentes, já que essas doenças, como demonstrou a documentação, não eram facilmente tratáveis nem em terra, quanto mais em uma embarcação que navegava do Rio da Prata até o Rio de Janeiro. Em outra troca de correspondência entre Abreu Prego e Gomes Freire, anexada a obra de Simão Pereira de Sá, o governador demonstrou sua desconfiança em relação a veracidade das doenças que acometiam os militares:

“... a voz geral do grande número de mortos, e doentes, o qual entendi menos com a chegada do Bahia, dos quais voltaram logo como V. S. sabe oitenta e cinco homens sem mais remédio que dormirem algumas noites nos quarteis, o que agora confirmo vendo a carta do dito que refere pedira ao comandante da Conceição remetesse ao hospital os duzentos e treze doentes que dizia ter, e que estes se reduziram a 26, dois quais ele achava que só seis

---

<sup>270</sup> Ibidem. p. 35.

<sup>271</sup> Ibidem. p. 52

<sup>272</sup> Gomes Freire de Andrada a Luís de Abreu Prego. In: *RIHGRS*, nº104. p. 366-367.



estavam, e é natural que a muita parte de doentes haja sido mandrice, ou bisonharias, cuja desconfiança me havia feito a tempo declarar-lhe o regido exame com que me deviam ser remetidos os enfermos pela falta que faziam ao serviço...”<sup>273</sup>

Apesar da tentativa de escapar das obrigações militares, os soldados baianos foram rapidamente remetidos de volta ao Rio da Prata a pedido do brigadeiro José da Silva Paes, que exigiu o retorno “para a Colônia e os mais que maliciosamente se retiraram”.<sup>274</sup>

A incidência das doenças entre os soldados não deixou de causar um forte impacto nas ações militares pretendidas pelas autoridades portuguesas. As operações para a tomada de Montevideu foram prejudicadas, pois, além de os espanhóis estarem fortemente fortificados na praça, a decadência numérica de homens aptos a pegar em armas fez da operação muito arriscada. Em carta a Gomes Freire de Andrada, D. Pedro de Estrees relata a dificuldade, dizendo:

“... o estar Montevideu fortificado mui diferente do que se pintava como reconheceu o brigadeiro, e André Ribeiro que foram a noite a essa diligência, e termos também uma grande parte dos soldados doentes, que dos que vieram da guarnição são mui poucos os capazes de pegar em armas.”<sup>275</sup>

De fato, várias investidas das tropas portuguesas foram frustradas antes de mesmo de começar, pela situação em que se encontravam as tropas embarcadas. Em outro relato, escrito por Henrique Padilha, ele demonstra a decisão do conselho feito sobre a tentativa de tomar Montevideu, onde foram convocados os militares de alta patente para que se tomasse uma decisão sobre o assunto. Diz ele que o brigadeiro José da Silva Paes...

“...convocava a todos para nos dizer que segundo as ordens que tinha de S. Majestade de fazer neste Rio da Prata as maiores hostilidades que fossem possíveis, se via mui falto de gente pelas muitas doenças, e mortes que tinham havido, e se não achava com forças capazes de empreender tomar Montevideu...”<sup>276</sup>

<sup>273</sup> Sá, Simão Pereira de. op. cit. p. 137.

<sup>274</sup> José da Silva Paes a Gomes Freire de Andrada, 04/01/1737. In: *RIHGRS*, nº104. p. 392.

<sup>275</sup> D. Pedro Antonio de Estrees a Gomes Freire de Andrada. 19/12/1736. In: *RIHGRS* nº 109-112. p. 17-18.

<sup>276</sup> Relação de Henrique Manoel de Miranda Padilha. In: *RIHGRS* nº 99. p. 57.

Ao contrário do que acontecia nas embarcações, não há muitos relatos de proliferação de enfermidades na praça da Colônia do Sacramento nessa mesma época. Isso provavelmente se deve, ao abastecimento da praça pela esquadra, ainda que aquela não tivesse espaço para comportar todos os militares das embarcações. No entanto, vários doentes das naus foram levados até os hospitais de Colônia para lá tratarem-se.<sup>277</sup> Através desse fato, reforçamos a ideia de que o alojamento das tropas dentro dos navios foi um dos fatores que mais contribuíram para a incidência de doenças, e consequentemente mortandade dos militares.

Houve algumas tentativas de tentar combater essas enfermidades. Uma delas era o uso específico de dietas para os doentes. Estas foram seguidamente remetidas e rapidamente consumidas devido ao número elevado de enfermos. O principal alimento dessas dietas era a galinha, da qual se faziam caldos para os doentes. Gomes Freire, a pedido do comandante da esquadra, enviou alguns víveres para tentar atender aos enfermos presentes nas embarcações. Mandou ele além de medicamentos, que “foram em tanta abundância”, também “alguma porção de galinhas as que se tem podido encontrar” para as dietas dos doentes.<sup>278</sup> No diário da esquadra a falta de galinhas para os doentes se faz evidente, pois o que

“lhe causavam as doenças que era o feijão podre, peixe e carne corrupta, e quando muito se valiam de algum caldo de farinha aos mais necessitados, usava o coronel comandante mandar dar uma galinha de algumas com que ainda se achava, para os ir alimentando, e isto se pode crer deu a vida a muito, por que El Rey as não havia, ainda que algumas iam do Rio de Janeiro mas quando as embarcações lá chegavam iam todas mortas e algumas se compravam a quem as levava a 4 mil réis, e a 4.800, que isto era a maior guerra.”<sup>279</sup>

O tratamento à base de galinha era parte de uma dieta que tentava ser a mais rica possível dentro da situação para tentar curar o enfermo<sup>280</sup>. Isso porque, como dito anteriormente, muitas dessas moléstias estavam ligadas principalmente à desnutrição e à desidratação.

<sup>277</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos...* Op. Cit. fl. 107-107v.

<sup>278</sup> Gomes Freire a Luiz de Abreu Prego, 06/12/1736. In: *RIHGRS* nº 104. p. 17-18.

<sup>279</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” op. cit., f. 45-45v.

<sup>280</sup> LOPES, Maria Antónia - *Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários* (meados do séc. XVIII - meados do séc. XIX). In SILVA, Carlos Guardado da, coord. - *"História da saúde e das doenças"*. Lisboa : Ed. Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras, 2012. p. 147.

Outro tipo de tratamento dado aos militares foi a sangria. Na documentação estudada não aparecem os métodos utilizados para exercer essa prática. No entanto, sabemos que a sangria consistia na remoção de parte do sangue do enfermo para “purifica-lo”. A quantidade dependia do diagnóstico dado pelo médico ou cirurgião. Já a forma como eram feitas as sangrias variavam entre o uso de ventosas, abrir a veia ou mesmo sanguessugas<sup>281</sup>. A prática da sangria foi comum desde a Antiguidade Clássica até fins do século XVIII, sendo ela um recurso universal da medicina. Segundo Márcia Ribeiro:

“Diante da ausência de um saber científico e de um conhecimento mais profundo acerca das doenças e das curas, característicos da arte médica até o século das Luzes, a sangria foi considerada como uma terapêutica extremamente eficaz. Usada como um recurso contra a doença ou como meio preventivo, ela fazia parte do cotidiano. Os defensores da arte flebotômica comparavam as veias a reservatórios de água, ou seja, quando mais é renovado o seu líquido, melhor a sua qualidade.”<sup>282</sup>

Um dos poucos relatos que dispomos do uso da sangria para curar um enfermo é o de Henrique Padilha, pois ele mesmo contraiu alguma moléstia, a qual o médico de Colônia indicou o uso da prática para curá-la. Disse ele:

“... que me sucedesse a desgraça que depois se experimentou fez com que a minha moléstia fosse um tanto aumento que foi necessário vir médico de terra a assistir-me pois os cirurgiões na nau me julgaram com ameaços de um estupor, mandou-me o médico logo sangrar e sendo-o de manhã ao jantar... não obstante a moléstia com que esse achava, e a veia aberta me ergui, e saí fora ao convés, onde estive várias haras, até que a nau livrou do perigo, cujo excesso nessa noite me fez estar mui atribulado, e se me aumentou a queixa em forma que a poder de sangrias, e cordeais me puseram capaz de me levarem para terra para nela poder melhor ser assistido dos remédios de que necessitava...”<sup>283</sup>

Afora as doenças, obviamente o serviço militar tinha outros perigos. Um deles era os ferimentos causados durante os enfrentamentos com os inimigos. Estes poderiam ser causados por projéteis de artilharia, perfurações com espada, pique ou outras armas brancas, ou até mesmo estilhaços de granadas ou da muralha que saltavam ao serem atingidas por tiros de canhão. De qualquer forma, todas

<sup>281</sup> DA CUNHA, Fanny Andrée Font Xavier. A Arte de Curar em Amato Lusitano (1511-1568) e o Quotidiano Terapêutico Português no Século XVIII. In: *Cadernos de Cultura*, nº9, Novembro de 1995, p. 17-19.

<sup>282</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. La Sève de l'homme. In: *Revista de História*, n. 123-124. São Paulo. 1991. p. 175-177.

<sup>283</sup> Relação de Henrique Padilha. In: *RIHGRS* nº 99. p. 63.

situações causavam ferimentos que, pela medicina da época, não poderiam ser tratados com eficiência pois, além do ferimento em si, a pessoa corria o risco de pegar algum tipo de infecção caso este não fosse bem limpo e tratado.

Os cortes com armas brancas poderiam ser tratados facilmente caso não tivessem atingido nenhum órgão interno e nem ocasionado a perda demasiada de sangue. Já ferimentos causados por armas de fogo eram mais problemáticos. Uma bala de canhão, por exemplo, poderia significar a morte imediata do soldado, ou no mínimo sua mutilação. Por sua vez, projéteis menores como os disparos de mosquetes podiam causar hemorragias internas, fratura ósseas e, é claro, a morte instantânea caso o projétil atingisse alguma parte vital. Ferimentos infligidos nas extremidades do corpo pela artilharia geralmente eram remediados com a amputação para diminuir os riscos de gangrena. É importante salientar que as armas utilizadas nesse período eram quase inofensivas a longa distância, com exceção dos canhões os quais, mesmo com um poder de fogo imenso, sua mira não era precisa, sendo necessário a utilização de militares especializados que através de várias tentativas travavam o canhão no lugar pretendido.

Em um caso, o tiro de um canhão português foi tão certo que pode ter sido decisivo para o andamento do conflito. No início do sítio, estavam os espanhóis aliados com os índios Tapes. Ao todo contavam as tropas missioneiras com 3000 indígenas todos eles comandados pelo padre jesuíta Tomaz Balbi. Na noite do dia 3 de dezembro de 1735, fora as tropas indígenas atacar a muralha. No entanto, como nos conta Jonathas Costa Rego Monteiro:

“Tinha este padre, Tomaz Balbi, conhecimento militares e grande valor pessoal, o que ocasionou sua perda, pois atacando pessoalmente as muralhas com seus índios, tombou ferido mortalmente; sua morte a 3 de dezembro causou aos Tapes grande desânimo, arrefeceu seu entusiasmo.

Faltou-lhes o grande propulsor de todos os seus atos, seu diretor nas excursões guerreiras e como consequência, as deserções em massa.”<sup>284</sup>

Realmente o literal tiro de sorte mudou a configuração da guerra, logo os índios voltaram para as missões e alguns deram informações ao governador de Colônia sobre as operações espanholas.<sup>285</sup>

---

<sup>284</sup> MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. op. cit. p. 231.

Montado o cerco a Colônia, os espanhóis dispuseram sua artilharia e começaram a bombardear incessantemente a praça, tanto com canhões quanto com granadas. Alguns relatos surgem na documentação e demonstraram o clima de terror no qual viviam não somente militares, mas também paisanos. No dia 27 de dezembro, o exército espanhol lançou quatro granadas contra a praça, sendo que uma atingiu a casa do cabo de esquadra da cavalaria Manuel Pinto, onde residia este com sua mulher e filhos. A granada levou boa parte da casa “pelos ares... matando um castelhano que ali se achava quase enfermo levando-lhe cerceou uma perna”<sup>286</sup>. Outro homem, dias antes, morreu quando foi acertado por uma bala de canhão “levando-lhe a metade da cabeça”, depois se soube que se tratava de um genovês chamado Francisco Valentim<sup>287</sup>. No 30, morreu um escravo chamado Manuel Francisco da Costa que trabalhava junto com outros no foço de dentro da muralha atingido por uma bala de canhão.<sup>288</sup> Esses relatos revelam o cotidiano de insegurança a que estavam expostos todos que estavam sitiados em Sacramento.

A situação piorou após o inimigo conseguir abrir uma brecha da muralha. Logo o governador Antônio Pedro Vasconcelos intensificou o trabalho para tentar fechar o rombo feito pela artilharia inimigo. Para isso ofertou uma gratificação em dinheiro para cada um que ajudasse no conserto da brecha.<sup>289</sup> Apesar da grande adesão de trabalhadores para o concerto da brecha, o serviço de mostrou muito arriscado, pois, apesar do pedido de capitulação feito por Salcedo, não quis Vasconcelos capitular. Como consequência, apontaram os espanhóis sua artilharia para a brecha. Várias balas passaram, levando risco a população e aos militares que trabalhavam. No dia 7 de dezembro, teve um castelhano a mão arrancada por conta de uma bala, e “pouco depois um soldado infante com 3 dedos fora da mão direita, e quase por se não abaixarem quando os sentinelas avisavam que o inimigo dava fogo”<sup>290</sup>. De fato, os trabalhos na muralha se mostraram muito perigosos para os militares pela exposição a que ficavam submetidos.

Os relatos de ferimentos causados por artilharia são vários e perturbadores. Durante os embates tanto navais quanto terrestre ficavam os soldados expostos a

---

<sup>285</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos...* op. cit. f. 45.

<sup>286</sup> Ibidem. f. 44v.

<sup>287</sup> Ibidem. f. 44.

<sup>288</sup> Ibidem f. 46v.

<sup>289</sup> Ibidem f. 36.

<sup>290</sup> Ibidem. f. 36v.

grande quantidade de fogo inimigo. Alguns militares tinham sorte de saírem ilesos apesar de serem atingidos, mas normalmente os projéteis deixavam sequelas que causavam espanto até aos que estavam habituados ao cotidiano de guerra. Em 2 de junho de 1737 o governador mandou desembarcar 2 sargentos que haviam se ferido em combate:

“... um por nome de José de Siqueira e uma bala de artilharia de calibre de 4 que vindo já fria lhe desconjuntou um ombro sem lhe fazer ferida, imprimindo-lhe somente a circunferência da bala em uma grandiosa nódoa; e outro por nome José de Brito Bernardes com uma horrenda ferida por cima das nádegas, levando-lhe outra bala de artilharia tanta carne e parte do osso que causava pavor tal estrago e levando-se para o hospital foi assistido e visitado do governador...”<sup>291</sup>

Ao que indica a correspondência trocada entre Vasconcelos e Gomes Freire, o segundo sargento citado acima tinha boas chances de sobrevivência apesar do ferimento que lhe retirou “parte do quadril junto ao espinhaço”<sup>292</sup>.

Outro ferimento polêmico, e que aparece em muitos documentos foi o do alferes Manoel Botelho. Em uma tentativa frustrada de cortar o abastecimento das tropas castelhanas da guarda de São João, as embarcações ficaram cercadas pelas tropas inimigas munidas com artilharia que foram colocadas na boca do rio por onde os portugueses deveriam sair. Por azar das tropas portuguesas, o lanchão onde estavam encalhou em frente a artilharia inimiga que logo abriu fogo. Ao todo ficaram 10 mortos, 34 feridos, e 121 foram levados prisioneiros. Os castelhanos remeteram os feridos para Colônia, entre eles estava o alferes que foi atingido por uma bala de artilharia “que lhe levou os queixos e língua”. Apesar do ferimento, o alferes ainda resistiu por três dias, causando consternação na praça tanto a morte, quando o insucesso da empresa.<sup>293</sup>

Apesar dos constantes relatos de mortes durante os combates, percebe-se que era muito mais nocivo aos militares o alojamento dentro das embarcações, onde ficavam sujeitos as doenças. Podemos afirmar que o exército português perdeu muito mais homens pelas enfermidades do que pelas armas. Aquelas geradas muito mais pela falta de condições higiênicas apropriadas e falta de mantimentos que

<sup>291</sup> Ibidem. f. 124.

<sup>292</sup> Antônio Pedro de Vasconcelos a Gomes Freire de Andrada. 24/06/1737. In: *RIHGRS* nº 104. p. 355.

<sup>293</sup> Relação de Henrique Manuel Padilha. In: *RIHGRS* nº 99. p. 63.

mantivessem as tropas saudáveis. Para piorar a situação, o exército contou com apenas um médico e pouquíssimos cirurgiões, e padeceu pela falta de remédios e dietas adequadas. Além, é claro, da incapacidade da medicina da época de tratar com eficiência a grande variedade de doenças e ferimentos a que eram acometidos os soldados.

### **3.3 As obrigações militares em meio à guerra.**

O ofício de soldado no período estudado não envolvia apenas as atividades de combate, mas sim, uma grande variedade de obrigações que preenchiam o cotidiano dos militares. Dentre essas atividades, os militares eram incumbidos de fazer escoltas, rondas e patrulhas. Todas essas atividades preenchiam a maior parte do dia-a-dia dos homens destacados para proteger Colônia do Sacramento. No entanto, nem de longe essas atividades eram as mais árduas para esses homens. Como vimos anteriormente, uma grande parte das tropas tinham como obrigação trabalhar na construção e reparos das defesas da praça, atividade de grande risco por estar os soldados na mira dos canhões castelhanos. A rotina de obrigações pesadas e incessantes foi, provavelmente, um dos motivadores mais fortes para as diversas deserções ocorridas durante o cerco. Fustigados pelo serviço e pelo intenso perigo a que eram submetidos, se bandear para o lado do inimigo não parecia ideia ruim, ainda mais com as regalias oferecidas para os desertores de ambos os lados.

De fato, o trabalho no concerto das fortificações se mostrou um dos mais difíceis de se concretizar durante o cerco. Como dito anteriormente, logo que tomou conhecimento das movimentações de Salcedo, mandou Vasconcelos iniciar os reparos nas fortificações, por “achava-se demolida a fortificação de Colônia com o tempo, e em parte tanto à superfície da terra, que toda a muralha eram portas”<sup>294</sup>. Assim, resolveu o governador “lançar bando que assim a gente de guerra como de ordenanças acudissem a trabalhar por faxina na muralha”<sup>295</sup>.

Em sua maioria, as muralhas de Colônia eram constituídas de faxina, uma mistura de palha e terra que era mais barata que a construção de uma muralha de pedra, além de servir melhor durante um bombardeio, por não produzirem estilhaços

<sup>294</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 72.

<sup>295</sup> ANÔNIMO. *Diário dos sucessos...* fl. 5.

que poderiam ferir os combatentes<sup>296</sup>. Apesar dos benefícios deste material, as defesas feitas com faxina não resistiam a chuvas intensas e desmanchavam-se, necessitando de um cuidado maior, e por sua vez gerava mais trabalho para os militares que constantemente deviam refaze-las. Houve dias em que a única obrigação dos soldados era fazer “as faxinas com todo o cuidado e aplicação possível para se acudir à grandiosa ruína que se achava a praça nas muralhas”<sup>297</sup>.

Cada militar que ocupava algum posto na muralha deveria exercer a manutenção de sua parte nela, tendo além da obrigação de vigiar, reformar também os parapeitos, “ficando de noite com as armas na mão”<sup>298</sup>.

O trabalho na reparação das defesas da praça se intensificou com a abertura da brecha feita pelas baterias espanholas. Diante da missiva de Salcedo ordenando aos portugueses que capitulassem ou a tropa castelhana atacaria Colônia, o governador Antônio Pedro Vasconcelos lançou bando com penas graves, “para que ninguém se afastasse de seus postos por nenhum motivo, esperando constantemente neles pelo assalto tão asseverado como prometido”<sup>299</sup>. Enquanto alguns soldados ficavam de guarda a noite, outros trabalhavam “com muita força para se limpar e dividir a pedra e faxina e dar-se-lhe o remédio no seguinte dia”<sup>300</sup>. Apesar do perigo em que se encontrava o conserto da brecha, por estar a artilharia castelhana apontada para ela, João Gonçalves Cação e o capitão de ordenança João da Costa Quintão se ofereceram para concertar a muralha, cada um levando dez homens para o intento, juntamente com os escravos dos dois referidos. No entanto, mesmo essa quantidade de pessoas envolvidas no concerto não era suficiente para o serviço, pois:

“...eram pouco para tanto trabalho, foi preciso o nosso governador mandar e ordenar ao comandante do terço fizesse nomear de cada companhia 4 soldados para por faxina trabalharem nela aterrando por dentro para que se formasse novo parapeito e fizesse por dentro nova banquetta, no decurso de 10 dias e 11 noites se trabalhou com grande cuidada nesta obra”<sup>301</sup>

<sup>296</sup> KEEGAN. John. op. cit. p. 410.

<sup>297</sup> ANÔNIMO. *Diário dos sucessos...* fl. 11v.

<sup>298</sup> *Ibidem*. fl. 14.

<sup>299</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 83.

<sup>300</sup> ANÔNIMO. *Diário dos sucessos...* fl. 27v.

<sup>301</sup> *Ibidem*. fl. 35v. 36.



Concertar as brechas, levantar parapeitos e manter as defesas em um curto espaço de tempo não foi tarefa fácil, pois a construção e reparo dessas estruturas exigia uma grande movimentação de terra, na coleta e, também na preparação de materiais construtivos, transformadas em faxina, além da grande quantidade de madeiras e pedras necessárias. Como vimos no relato, esses serviços exigiam uma grande quantidade de homens, além da utilização de trabalhadores especializados.

Para garantir o suprimento dos materiais necessários para as manutenções que exigiam as fortificações, algumas missões foram dadas aos militares para fazer faxina fora da praça. Numa delas, após o bombardeio da artilharia portuguesa na fortaleza de Sampaio, onde haviam castelhanos estacionados, o inimigo abandonou o lugar colocando fogo. No dia 3 de fevereiro de 1736, ordenou o governador que se organizasse uma expedição para recolher o restante do material que não havia sido queimado, onde foram destacados 80 soldados, e 50 ficaram de reserva caso pechassem os primeiros com os espanhóis. Chegando na local, dividiram os capitães a infantaria em duas esquadras, uma deveria apagar o fogo e tirar a faxina, a outra deveria ficar com arma em punho, atenta a qualquer movimentação inimiga. A surtida foi um sucesso e garantiu novos materiais para as construções. A mesma diligência se repetiu no dia seguinte com 150 soldados, juntamente com este corpo “saiu também por ordem do governador, João Gonçalves Casão com 80 negros armados com lanças e chuços com os quais conduziu cordões de faxina estacadas e algumas balas de artilharia que se acharam”.<sup>302</sup>

No dia 7 de fevereiro, 3 meses após a abertura da brecha, ordenou o governador que iniciasse ali a construção de uma muralha de pedra para reforçar as defesas, provavelmente por estar munido de novos materiais. No entanto, a construção com o uso de pedra parece ter sido abandonada alguns dias depois, pois em 29 do mesmo mês, se ia “continuando no conserto da brecha fazendo-se sempre de faxina todos os dias”.<sup>303</sup>

Ao chegar a esquadra de Luiz Abreu Prego, logo foi Silva Paes verificar as condições das fortificações da praça. Não deixou de ficar consternado com a situação, segundo relatou André Ribeiro Coutinho:

---

<sup>302</sup> Ibidem. fl. 61v.-62.

<sup>303</sup> Ibidem. fl. 70-70v.

“...maravilhado do mal que estava fortificada e de que não sendo necessária brecha para ser entrada no princípio deste sítio lhe abrirem os castelhanos, e de que ainda aberta a não assaltassem pelo que se devia ter a milagre a sua subsistência ainda que não fosse assaltada mas só batida, e não se livra o governador de Buenos Aires de uma de duas culpas, ou de não assaltar a brecha se for falso que a infantaria lhe perdeu a obediência, ou se não entrar com a cavalaria antes de formar o sítio por qualquer das três partes que aquele torrão tinha em baixo; de cujo estado se desculpa o governador Antônio Pedro Vasconcelos na falta de dinheiro ou nas ordens que tivera para não bulir [sic] na fortificação de modo que fizesse ciúmes aos castelhanos”<sup>304</sup>

Como importante engenheiro de fortificações que era, o brigadeiro José da Silva Pais ensinou aos oficiais “o meio mais fácil de reparar a muralha nas faltas que lhe achava”<sup>305</sup>. Além disso, verificou as defesas de Colônia e criou novos projetos para uma fortificação mais eficaz.

A vinda do brigadeiro parece ter influenciado mesmo no andamento das reformas nas fortificações. Em 14 de outubro, se passou ordem que se fizesse faxina pelas 8 horas da manhã até as 10, e a tarde, das 14 horas até as 17, estabelecendo assim, um regime de 5 horas diárias para o terço responsável pela reparação das fortificações da praça.<sup>306</sup> De fato, as obrigações com as construções e reparos ocuparam boa parte do tempo dos militares envolvidos. As muralhas feitas com faxina necessitavam de reparos constantes, além das construções dentro da praça que constantemente eram atingidas pela artilharia inimiga.

Obviamente o serviço militar em Colônia do Sacramento durante o sítio não se limitava apenas as construções e reparos. O ambiente hostil gerado pela presença do inimigo tornava o serviço de rondas e patrulhas essenciais para a defesa da praça. Além disso, era comum o envio de algum “espia” ao campo inimigo para tentar conseguir o maior número de informações possíveis. Logo no início do cerco “não cessava o nosso governador mandar espias e exploradores do campo a ver se podiam saber notícia do inimigo”<sup>307</sup>, ou então as informações chegavam através de desertores, que “ainda que falem verdade nunca é bom haver confiança”<sup>308</sup>, e dos indígenas já referidos anteriormente.

<sup>304</sup> Outra Relação da Guerra da Nova Colônia. In: *RIHGRS* nº 99. p.108.

<sup>305</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos*.... fl. 98v.

<sup>306</sup> *Ibidem*. fl. 102v.

<sup>307</sup> *Ibidem*. fl. 6.

<sup>308</sup> *Ibidem*. fl. 56.

Através do *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento*, percebemos a importância do serviço realizados pelos militares destinados as patrulhas. Elas deveriam ser feitas duas vezes ao dia, uma vez pela manhã bem cedo, e outra durante o crepúsculo. Sua função era patrulhar os arredores da praça, e se possível observar as posições inimigas. Mesmo com os constantes tiros das artilharias essas patrulhas eram realizadas e muitas vezes elas encontravam-se com as rondas castelhanas<sup>309</sup>, tornando o serviço da patrulha bastante arriscado. O diário referido acima dá um exemplo do que ocorreu durante uma dessas patrulhas.

“Em 28 [de março], segunda-feira, avançou a nossa ronda algum tanto adiante do que costumava e viram chegarem alguns ginetes do inimigo à fortaleza de Sampaio e atirarem alguns tiros de que saiu ferido um furriel de cavalos um dos 2 cabos, bem queria a dita ronda ir busca-los ao dito lugar mas acautelando-se de poderem estar na baixa alguma emboscada e estarem eles de melhor partido foi o motivo de o não fazer além de não ter ordem dessa execução, e com uma peça que da nossa muralha lhe atiraram se puseram logo em retirada...”<sup>310</sup>

Como pudemos observar, apesar do perigo enfrentado pelas patrulhas, não tinham elas ordem para entrar em confronto com os inimigos e nem se arriscar demasiadamente.

Já os serviços de ronda, eram realizados dentro da praça com o intuito de vigiar e evitar desordens. Primeiramente, as rondas eram realizadas apenas por um corpo, no entanto, se viu a necessidade de aumentar o número de militares envolvidos, formando assim 2 corpos<sup>311</sup>. O diário analisado, onde encontram-se os mais detalhados relatos sobre o cotidiano dentro da praça, não nos revela a causa para esse cuidado maior com as rondas, mas provavelmente esteja ligado a um receio de motins, deserções ou até mesmo roubos devido à falta de mantimentos em Sacramento. Em 13 de abril de 1736, o governador ordenou que dali em diante a ronda deveria ser exercida por 4 corpos todas as noites, para que “se pudesse melhor evitar qualquer desordem que pudesse embaraçar a conservação”<sup>312</sup>. O aumento na vigilância interna da praça pode ser indicador de uma crescente tensão entre os moradores, militares e governo devido as privações que passavam.

<sup>309</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 81.

<sup>310</sup> ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos*. fl. 74.

<sup>311</sup> *Ibidem*. fl. 63.

<sup>312</sup> *Ibidem*. fl. 77v.

Assim como nas embarcações, os exercícios também fizeram parte do cotidiano dos militares em Colônia do Sacramento. 28 de fevereiro de 1736, o governador ordenou que 2 vezes por dia deveriam os soldados da guarnição do Rio de Janeiro fazer exercícios de artilharia, exercícios esses que deveriam ser assistidos pela guarnição da praça<sup>313</sup>. A ordem do governador faz sentido se pensarmos que pouco, até então, se tinha feito a não ser resistir a artilharia castelhana. A infantaria tinha sido pouco utilizada, apenas em patrulhas e rondas como falamos anteriormente. Portando, necessitava a praça de militares que soubessem manejar os canhões pois estavam “pelejado mais os artilheiros que os soldados”<sup>314</sup> até então.

Outros exercícios foram feitos com as tropas que vinham da Bahia. Apesar de todos os problemas relatados anteriormente com esses soldados, os treinos a que foram submetidos mostrou que eles eram aptos soldados. Segundo Simão Pereira de Sá “tanto nos preceitos do manejo, como na doutrina do mandar eram tão sábios os capitães como inteligentes os soldados”.<sup>315</sup> No entanto, logo esses elogios se transformaram em desaprovação para o cronista, pois logo que chegaram começaram os desentendimentos com as tropas do Rio de Janeiro e habitantes locais.

Diferentemente das habilidades apresentadas pelas tropas baianas, os militares das ordenanças eram, ao que indica a documentação, menos aptos, pois “não sabem nem observam forma e união”<sup>316</sup>. Não obstante a sua destreza, as ordenanças foram utilizadas logo no início do cerco e foram de grande utilidade para a defesa da praça. Tiveram elas a função de guardar a muralha, assim como fazer os reparos e rondas. No entanto, com a chegada das tropas do Rio de Janeiro as ordenanças foram dispensadas das guardas<sup>317</sup>, apesar da também aparente inexperiência das tropas cariocas.

Apesar de poucos e raros, houveram alguns momentos de descanso para os militares de suas obrigações. Assim como nos referimos nas embarcações, os

---

<sup>313</sup> Ibidem. fl. 70.

<sup>314</sup> SÁ, Simão Pereira de. op. cit. p. 85.

<sup>315</sup> Ibidem. pp. 94.

<sup>316</sup> ANÔNIMO. *Diários dos Sucessos*. pp. 67v.

<sup>317</sup> Ibidem. fl. 65.

preceitos religiosos eram respeitados por todos, e traziam alívio ao pesado cotidiano. No dia de natal de 1735, em um dos períodos de maior belicosidade por parte dos espanhóis,

“...se passou o dia quieto, sem movimento algum, sem se atirara artilharia, e o mesmo sucedeu na noite seguinte, em todo o tempo até o presente se trabalhava com grande força nas faxinas sem descansar e de sol a sol, não se achando lugar se não enquanto se comia, e só neste dia se descansou por ser o dia que era”<sup>318</sup>

Em 28 de março de 1736, ordenou o governador que na quinta-feira de endoenças “todos os oficiais e soldados da guarnição e mais destacamento podia de dia correr as igrejas ficando seus postos guarnecidos com suficiente guarnição”<sup>319</sup>. No dia 8 de maio, se festejou na praça o dia de São Miguel com missa cantada solenemente na igreja matriz, onde “assistiu a esta solene missa todo o militar da praça e mais destacamentos”<sup>320</sup>.

Como podemos observar, a rotina pesada do trabalho no exército estendia-se a diversas atividades, e ocupavam grande parte, se não toda a vida do soldado. Apesar dos poucos combates em campo aberto, a rotina diária era de muita tensão, pois além dos bombardeios, que praticamente eram incessantes, havia tarefas que se não fossem cumpridas poderiam significar a ruína da praça. A manutenção constante das fortificações exigia um esforço físico muito grande para uma tropa que muitas vezes se viu mal alimentada e mal paga, e também sem tempo, pois não podia abandonar seus postos devido às severas penas que implicava tal ação. Não surpreende as formas de resistência utilizadas pelos soldados, seja pela deserção ou mesmo pelo fingimento de doenças, diante de um cotidiano tão rigoroso. Os poucos momentos de alívio eram muito esporádicos e, apesar que os reforços que foram chegando dividiram o trabalho entre os militares, isso também significou um aumento de homens que deveriam ser alimentados e receber alojamento dentro da praça, causando, muitas vezes, mais transtornos do que remédio à situação vivida.

---

<sup>318</sup> Ibidem. fl. 44-44v.

<sup>319</sup> Ibidem. fl. 75.

<sup>320</sup> Ibidem. fl. 82v.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para iniciarmos as considerações finais dessa dissertação devemos, primeiramente, frisar que essa pesquisa e seus resultados referem-se especialmente à Colônia do Sacramento, entreposto português marcado por diversos conflitos. Estabelecemos um recorte temporal de dois anos, que acreditamos ser o suficiente para podermos fazer uma análise precisa do tema proposto, já que, dentro desse curto espaço de tempo houve uma produção em massa de documentação e relatos retratando diversos ângulos da guerra. No entanto, acreditamos que, não somente Colônia e seus militares tiveram momentos parecidos, mas sim, todo o cotidiano abordado aqui foi de alguma forma experimentado em diversos pontos do planeta, seja nos outros entrepostos portugueses, seja nas embarcações. Analisamos aqui uma situação de cerceamento causada pela guerra que, no entanto, apenas potencializou uma rotina que já era imposta a praticamente a todo militar do império colonial português.

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar a vivência dos soldados comuns, os quais, muitas vezes, foram reduzidos a cifras numéricas pela documentação e boa parte da bibliografia. Tentamos recriar como deveria ser seu cotidiano, suas rotinas, obrigações, perigos e vivência em tempo de guerra. Para isso foram utilizados preciosíssimos diários e relatos de cronistas, que, diferentemente da documentação oficial, trocada pelas autoridades, trazem mais informações para a compreensão do dia-a-dia desses homens.

Primeiramente, observamos a formação da praça da Colônia do Sacramento e suas peculiaridades, desde as ações portuguesas que tendiam para uma maior utilização das potencialidades do Brasil, com o objetivo que tentar retomar sua antiga riqueza após a Guerra da Restauração (1640-1668), fazendo assim, com que a metrópole voltasse seu olhar ao Rio da Prata, importante ponto de escoamento de minérios espanhóis. Apesar de todas as dificuldades encontradas para o estabelecimento da praça, a partir do contrabando, os portugueses puderam participar do restrito comércio da que a metrópole castelhana empreendia em Buenos Aires. Contrabando este que foi fonte de vários desentendimentos entre

portugueses e castelhanos e que se tornou insuportável aos olhos destes devido ao crescimento econômico da praça por volta de 1730.

Essa crescente tensão transformou-se em um conflito vivido apenas no Rio da Prata, mas sentido em diversas capitanias do Brasil e também na metrópole, pois mobilizou uma grande quantidade de homens assim como recursos, muitas vezes causando protestos de governadores e autoridades, descontentes pelo esvaziamento de suas tropas e mantimentos. De fato, a mobilização de soldados para defender a praça exigiu bastante das capitanias brasileiras e ampliou o recrutamento compulsório para preencher as lacunas e reforçar a presença luso-brasileira no Rio da Prata.

No entanto, apesar das reclamações de algumas autoridades, o socorro à praça foi encarado com seriedade por Gomes Freire de Andrada e José da Silva Paes. Ambos foram responsáveis pelos grandes esforços de mobilização de tropas e mantimentos. Incentivos foram criados para os que quisessem servir na praça, embarcações foram preparadas, alimento foi produzido e despachado.

Essa mobilização juntou homens de diversas origens, desde militares conceituados até prisioneiros que eram feitos soldados contra sua própria vontade e deportados em navios insalubres para uma terra distante. A convivência desses militares nem sempre foi harmoniosa, ainda mais diante de um cotidiano de privações, diferente para alguns soldados que não estavam acostumados à guerra. Muitos desses soldados não resistiram à vida de privações e desertaram para o lado dos espanhóis ou para viver na campanha.

Percebemos também, como foram difíceis as utilizações de embarcações para as operações de guerra no Rio da Prata. Muitas vezes esses navios eram improvisados para a guerra e impróprios para a navegação no rio, o que dificultou ainda mais o socorro à praça, assim como as demais operações de guerra. Além disso, tentamos recriar o cotidiano vivido nessas embarcações, acompanhando através dos relatos presentes no *Diário da viagem que fes ao Ryo da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego*, o qual relata a viagem da frota, desde a metrópole portuguesa até as suas ações no Rio da Prata. Percebemos, através disso, uma rotina de grandes perigos e dificuldades e incertezas vivida por todos aqueles que se

aventuravam em viagens transoceânicas. Apesar do espaço reduzido, percebemos um rico cotidiano com obrigações, trabalho, exercícios e momentos de lazer para os soldados.

No entanto, tanto na praça quanto nas embarcações, houve momentos de grande desespero. Os navios, como observamos, eram assolados constantemente por tempestades e pelos fortes ventos que frequentemente atingiam a região platina. Ademais, as doenças cresciam e abundavam os números de soldados mortos sem nem ao menos ter desembarcado. Tanto para a praça, quanto para as naus, a fome gerada por falta de mantimentos piorava a questão das enfermidades e criava tensões que dificultavam o controle das tropas.

De fato, as dificuldades de abastecimento e as precárias condições de saúde das tropas limitaram sobremaneira as ações bélicas no Rio da Prata. Como vimos, a tomada de Montevidéu, que poderia ter garantido a posse efetiva da margem esquerda do Prata não pôde ser efetuada, pois, além das grandes defesas levantadas pelos castelhanos, ainda pesou a situação precária das tropas portuguesas, assoladas pelas doenças.

Por fim, tentamos remontar quais eram as obrigações dos soldados dentro da praça, que se estendiam desde o ofício na guerra até a função de construtores. As condições precárias de defesa de Colônia acabaram consumindo boa parte do serviço dos militares na sua reconstrução, trabalho este de grande risco, pois ao reforçar os parapeitos para sua defesa, ficavam os militares expostos à artilharia inimiga. Observamos também a utilização das forças em rondas internas destinadas a reprimir qualquer desordem. Através do aumento desta pressupomos também a elevação da tensão interna vivida dentro da praça.

Portanto, concluímos essa dissertação após buscar compreender o cotidiano dos militares envolvidos na guerra. Um cotidiano marcado pelo medo, tensão, trabalho e desassossego com pouquíssimos momentos de descanso. Importantes sentimentos que eram compartilhados entre praticamente todos os militares das tropas de linha do império colonial português.



## **FONTES:**

### **Fontes Manuscritas:**

ANÔNIMO. *Diário dos Sucessos da Nova Colônia do Sacramento, ou relação das ephocas em que foi povoada pelos portugueses, dos sítios que lhe poseram os hespanhoes particularmento o governador de Buenos Ayres, D. Miguel de Salcedo, sendo governador da mesma o brigadeiro Antônio Pedro Vasconcellos no anno de 1735.* BN LISBOA, Secção de Reservados, COD 1445.

ANÔNIMO. *Diário da viagem que fez ao Ryo da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego, anno 1736, com a Escoadra que S. Mag. Mandou em defesa da grande Praça da Collonia do Sacramento. Escripto por hum coriozo que foi na mesma escoadra.* Biblioteca Nacional de Portugal, F. 1445, COD. 567.

*Lisboa: Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino (AHU)*

Documentos manuscritos avulsos referentes à Colônia do Sacramento e à Capitania do Rio Grande do Sul.

*Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).*

Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino: Arq. 1.1.21 (1721-1726), Arq. 1.1.25 (1718-1720), Arq. 1.1.26 (1726-1739).

### **Fontes Impressas:**

*Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1977, vol. 1.

*Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid - Antecedentes do Tratado.* Documentos Organizados e Anotados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, tomos I e II, parte III, 1950.

*Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales.* Documentos referentes a la guerra de la independencia y emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América. Segunda série, dirigida por Carlos Correa Luna. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749).

Diversos documentos sobre a Colônia do Sacramento publicados por Jonathas da Costa Rego Monteiro no segundo volume da sua obra, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937. Vol.2.

“Documentos sobre a Colônia do Sacramento”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.º 99, pp. 41-117, III trim. De 1945.

“Documentos sobre a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.º 104, pp. 337-475, IV trim. de 1946.

“Documentos sobre a Colônia do Sacramento e a Expedição que a foi Socorrer em 1736”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.s 109 a 112, pp. 3-145, I a IV trimestres de 1948.

“Documentos sobre o Rio-Grande de S. Pedro, S.ta Catharina e Colonia do Sacramento”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 31, pp. 265-363, I trim. de 1868.

*Manuscritos da Coleção De Angelis: Tratado de Madrid - Antecedentes: Colônia do Sacramento (1669-1749)*. Introdução, notas e sumários por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

MIRALES, José de. “História Militar do Brasil” [1762]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1900, vol. XXII.

“Registro - Das cartas do exmo. sr. Gomes Freyre de Andrade gor.or. e Capm. Gen. Das Minas G. do Rio de Janeiro para o sr. Martinho de Mendonça de Pina de Proença a cujo cargo está o Gov. das Minas na sua auzencia com tão bem do Exm.o sr. Conde das Galveas V. Rey do Estado , e respostas ás mesmas cartas de qes. Alguas se registrarão por minúta, e de outras, se registrarão só alguns capitulos...” *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, anno XVI, vol. II, 1911.

SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* [1737]. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SILVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Facsímile da edição de 1748. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

### **Bibliografia:**

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1973.

ALVES, Francisco das Neves. Brasilidade X Platinidade: a construção historiográfica acerca das revolução sul-rio-grandenses. In: *Primeiras Jornadas Internacionais de História Regional Comparada*, 2000, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: FEE-RS/PUCRS, 2000. Disponível em: <<http://www.fee.tcche.br/site/fee/download/jornadas/1/s16a3.pdf>> Acesso em: 20 set. 2013.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferras; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almoedo de. *Fontes repatriadas: anotações de História colonial*. Recife: UFPE/Ed. Universitária, 2006.

BARRETO, Abeillard. “A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro”. In: *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, vol. 2, Tomo 2.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1712-1727, 9 vols.

BOXER, Charles R. *A Idade do Outro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, 3ª ed.

BURKE, Peter. “A Nova História, seu Passado e seu Futuro”, in: BURKE, Peter(org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COELHO, José Maria Latino. *História militar e política de Portugal – Desde os fins do XVIII século até 1814*, tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

COSTA, Fernando Dores. “Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)”. *Separata das Actas do VII Colóquio “O Recrutamento Militar em Portugal”*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996.

\_\_\_\_\_. “Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação”, in: *Revista Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 130, vol. XXX, 1995.

\_\_\_\_\_. O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. *Análise Social – Revista de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. XXXIII, n. 149, 1998.

DA CUNHA, Fanny Andrée Font Xavier. A Arte de Curar em Amato Lusitano (1511-1568) e o Quotidiano Terapêutico Português no Século XVIII. In: *Cadernos de Cultura*, nº9, Novembro de 1995.

FLEXOR, Maria H. Ochi. “Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil”, in: SILVA, Maria B. Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: Os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos Séculos XVII e XVIII. Rumo: Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. 1942.

LE GOFF, Jacques. “A História do Cotidiano”, in: DUBY, Georges et alii. *História e Nova História*. Trad. de Carlos da Veiga Ferreira. 3ª ed. Lisboa: Teorema, 1986.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, vol. 6.

LOPES, Maria Antónia - *Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários* (meados do séc. XVIII - meados do séc. XIX). In SILVA, Carlos Guardado da, coord. - "História da saúde e das doenças". Lisboa : Ed. Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras, 2012.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e as auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 45, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641 – 1669*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

MERRIEN, Jean. *A vida quotidiana dos marinheiros no tempo do Rei-Sol*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 2.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Nova História Militar e a América Portuguesa: Balanço Historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

NOVAIS, Fernando A. "Condições da Privacidade na Colônia", in: NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.), *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1.

PESTANA, Fábio. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos Descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2008.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v.6, jan./jun. 1992.

POSSAMAI, Paulo. A Mazagão do Rio da Prata: Colônia do Sacramento, 1735-1737. In: POSSAMAI, Paulo (org). *Conquistar e defender: Portugal, Paíse Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

\_\_\_\_\_. Soldados do norte nas guerras do sul : o recrutamento militar na Bahia e em Pernambuco para a Colônia do Sacramento. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, n. 29.1 (2011).

\_\_\_\_\_. *O Cotidiano da Guerra: A Vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. 2001. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

PRIORE, Mary del. “História do Cotidiano e da Vida Privada”, in: Ciro F. Cardos e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737 – 1822*. Rio Grande: FURG, 1987.

RAMOS, Fábio. *Naufragios e obstáculos enfrentados pelas armadas da Índia Portuguesa: 1497-1653*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

RIBEIRO, Márcia Moisés. La Sève de l'homme. In: *Revista de História*, n. 123-124. São Paulo. 1991.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A História Militar e a Historiografia Contemporânea. *A Defesa Nacional*, nº 768, pp. 83 – 96, Abril-Maio-Junho, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. “História da Vida Privada: Dilemas, Paradigmas, Escalas”, in: *Anais do Museu Paulista*, vol. 4.

WEHLING, Arno. A Pesquisa da História Militar Brasileira. In: *Da Cultura*. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, Jan/Jun 2001.